

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

Thais Zimovski Garcia de Oliveira

A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES DA CASA TINA MARTINS

Belo Horizonte

2019

THAÍS ZIMOVSKI GARCIA DE OLIVEIRA

A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES DA CASA TINA MARTINS

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais para a obtenção do título de mestre em Administração

Orientadora: Profa. Dra. Deise Luiza da Silva Ferraz

Área de concentração: Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade

Belo Horizonte

2019

Ficha catalográfica

O48e
2019

Oliveira, Thaís Zimovski Garcia de.
A experiência política das mulheres da casa Tina Martins
[manuscrito] / Thaís Zimovski Garcia de Oliveira. – 2019.
174 f.: il., e tabs.

Orientadora: Deise Luiza da Silva Ferraz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f.165-174).

1. Feminismo – Teses. 2. Mulheres na política – Teses. 3.
Mulheres - Identidade – Teses. 4. Serviço social com mulheres –
Teses. I. Ferraz, Deise Luiza da Silva. II. Universidade Federal
de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração. III. Título.

CDD: 305.42



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **THAÍS ZIMOVSKI GARCIA DE OLIVEIRA**, REGISTRO N° 667/2019. No dia 24 de janeiro de 2019, às 9:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 08 de janeiro de 2019, para julgar o trabalho final intitulado "**A experiência política das mulheres da Casa TINA MARTINS**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof^a. Dr^a. Deise Luiza da Silva Ferraz, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2019.

NOMES

ASSINATURAS

Prof^a.Dr^a.Deise Luiza da Silva Ferraz.....
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Marco Antônio Sousa Alves.....
(DIT/UFMG)

Prof^a.Dr^a.Juliana Cristina Teixeira.....
(DECAC/UFSJ)

A Cláudia de Campos,
“ainda que não te fossem dedicadas
todas as palavras nos livros
pareciam escritas para você”
(Ana Martins Marques).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres da Casa Tina Martins, pela luta diária.

À minha mãe Telma Zimovski, ao meu pai Marcos Garcia de Oliveira e à minha avó Elbani Tobias de Azevedo pelo inesgotável apoio.

Ao professor Rafael Diogo Pereira, com quem construí este trabalho em uma relação pautada sempre no mais profundo respeito e confiança. Rafael, trabalhar com você foi uma experiência única de crescimento teórico e de vida, não apenas por seu olhar perspicaz sobre as relações de poder, mas também - e como consequência disso -, pela sua postura radical contra a violência nas relações, o que contribuiu para que este trabalho fosse feito de forma prazerosa, criativa e pessoalmente edificante.

A professora Juliana Cristina Teixeira e ao professor Marco Antônio Alves, pela generosa disposição em participar da banca de defesa do projeto, concedendo conselhos fundamentais para a execução desta pesquisa. Minha admiração pelo trabalho de vocês faz com que o momento da banca seja um verdadeiro privilégio.

Aos professores que marcaram minha trajetória de estudante e, para além disso, me ensinaram o prazer de aprender: Amon Barros, Fábila Caram, Ludmila Guimarães, Admardo Júnior, Carolina Riente, Mariana Caeiro, Débora Pazetto, Bráulio Chaves, Luciana Gelape, Fernanda Tarabal, Antônio Lopes. Pessoas que, por levar a missão de produzir conhecimento em seu sentido mais elevado, acabam produzindo mundos novos.

Agradeço à professora Deise Luiza Ferraz, à professora Ana Paula Paes de Paula e ao professor Alexandre Carrieri, sem os quais este trabalho não existiria. Além da enorme contribuição para esta dissertação, vocês tornam o curso de Administração no país mais feliz ao marcar uma área tão dissonante como é a linha de Estudos Organizacionais e Sociedade. Em especial à professora Deise Luiza da Silva Ferraz por assumir as formalidades de orientação necessárias em virtude de trâmites burocráticos internos ao CEPEAD.

Aos meus companheiros de vida Luã Linhares e Giulia Soster, por me proporcionarem tanta alegria e por suportarem minha existência. Aos amigos Paulinho (Plena Treva) e Marina (Marina Rima), por ainda mais alegrias.

A Cláudia de Campos, musa inspiradora, pela beleza, inteligência e amor.

As amigas e amigos do mestrado Alexsandra Nascimento, Elisângela Furtado, Mariana Martins, Leonardo Tadeu e Felipe Soares, agradeço à paciência e o carinho.

Finalmente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado, fundamental para a consecução deste trabalho.

“Há dez mil modos de ocupar-se da vida e de pertencer à sua época... Repetindo, há dez mil modos de pertencer à vida e de lutar por ela”.

- Nise da Silveira

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a experiência política das mulheres da Casa Tina Martins à luz da perspectiva foucaultiana. A Casa Tina Martins, como é conhecida, é um espaço de referência para mulheres que se originou da ocupação do antigo prédio da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelas integrantes do Movimento de mulheres Olga Benário. Atualmente, a Casa é considerada um importante local de acolhimento para mulheres em situações de violência no estado de Minas Gerais. A experiência política em questão será analisada a partir de dois eixos que se constituem reciprocamente, a saber: os processos de constituição dos sujeitos políticos ali situados e a trajetória de criação da Casa, considerando suas práticas organizativas do cotidiano e as interlocuções com o governo do Estado. Por meio de metodologias participativas, buscou-se explorar as contínuas relações de poder que constituem os discursos presentes na vida desses sujeitos. Isto foi possibilitado pela triangulação de diferentes meios de inserção no campo de pesquisa, entre eles, a observação participante, entrevistas em profundidade, registros filmicos e fotográficos, diário de campo e dados secundários extraídos das redes sociais e outros materiais produzidos pelo grupo estudado. Por fim, foi possível traçar um paralelo entre a obra *História da Sexualidade: o Cuidado de Si* do filósofo Michel Foucault (2014) e a experiência da Casa Tina Martins, compreendendo momentos em que o sujeito se expõe a rupturas como práticas transformadoras no contexto da violência de gênero.

Palavras-chave: Sujeito. Política. Feminismo. Violência de Gênero.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the political experience of the women of “Casa Tina Martins” in the light of the Foucaultian perspective. Casa Tina Martins, as it is known, is a reference space for women that originated from the occupation of the former building of the Faculty of Engineering of the Federal University of Minas Gerais (UFMG) by members of the Olga Benário Women's Movement. Currently, the house is considered an important shelter for women in situations of violence in the state of Minas Gerais. The political experience in question will be analyzed from two mutually reinforcing axes: the constitution of the political subjects situated there and the trajectory of creation of the House, considering its daily organizational practices and the interlocutions with the government of the State. Through participatory methodologies, we sought to explore the continuous power relations that constitute the discourses present in the life of these subjects. This was made possible by the triangulation of different means of interaction in the research field, among them, participant observation, in-depth interviews, film and photographic records, field diary and secondary data extracted from social networks and other materials produced by the group studied. Finally, it was possible to draw a parallel between the History of Sexuality: The Care of the Self of the philosopher Michel Foucault (2014) and the experience of “Casa Tina Martins”, comprising moments in which the subject is exposed to ruptures as transformative practices in the context of violence.

Keywords: Subject. Politics. Feminism. Gender Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Lista de entrevistas e falas registradas	97
IMAGEM 1 – Redes de Sentidos	108
IMAGEM 2 – Mais Linhas.....	109
IMAGEM 3 – Costuras	110
IMAGEM 4 – Espertirina Martins.....	115
IMAGEM 5 – Cartilha do Movimento Olga Benário	118
IMAGEM 6 – “Apoie a Casa Tina Martins”	122
IMAGEM 7 – Pode Entrar	126
IMAGEM 8 – Infiltrações	126
IMAGEM 8 – “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira”	131
IMAGEM 9 – “Mesmo que as correntes sejam diferentes das minhas”	131
IMAGEM 10 – Convites para eventos	140
IMAGEM 11 – Evento aberto ao público	141
IMAGEM 12 – Exposição do jornal “Lampião da Esquina”	142
IMAGEM 13 – Histórias de mulheres negras, latino americanas e caribenhas	142
IMAGEM 14 – Feira da Tina	143
IMAGEM 15 – Temas	143
IMAGEM 16 – Trabalhos	143
IMAGEM 17 – Trabalhos II.....	143
IMAGEM 17 – “Sem mulheres não há revolução”	143
IMAGEM 18 – “Mulheres pela democracia - bh”	143
IMAGEM 19 – 12 Anos de lei maria da penha.....	144
IMAGEM 20 – Bazar	144
IMAGEM 21 – Bazar II.....	144

IMAGEM 22 – Cidade Administrativa	149
IMAGEM 23 – Femicídios no Estado.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CERNA – Centro Risoleta Neves de Atendimento a Mulheres

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher

FIC – Formação Interdisciplinar Continuada

MLB – Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas

MPF – Ministério Público Federal

OMS – Organização Mundial da Saúde

PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental

ROTAM – Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas

SEDPAC – Secretaria do Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

SUS – Sistema Único de Saúde

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

UMA GENEALOGIA DESTA DISSERTAÇÃO: PRÓLOGO	12
INTRODUÇÃO.....	20
REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
1. Constituição do Sujeito Político em Foucault	29
1.1. Arqueologia e Genealogia: o Sujeito entre o Saber e o Poder.....	32
1.2. O Sujeito Ético e a Arte da Existência	39
1.3. Sujeito e Prática Política: o Cuidado de Si	46
2. Feminismo como um Campo Politicamente Contestado.....	50
2.1. Contextualização: Histórias do Feminismo	51
2.1.1. Linhas que se Cruzam: Ondas do Feminismo	54
2.1.2. Feminismo como Resistência às Violências Domésticas	60
2.2. Foucault e Feminismo: uma Abordagem à Luz da Biopolítica.....	69
METODOLOGIA.....	83
1. Métodos para Que(m)?	83
2. Observação Participante como Inserção no Campo de Pesquisa	87
3. Narrativa de Vida, Discurso e Possíveis Aproximações	91
4. Materializando um Corpus de Pesquisa.....	96
CONTEXTUALIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA	99
1. O movimento Olga Benário.....	99
2. Tina Martins: de Ocupação à Casa de Referência da Mulher	102
A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA CASA TINA MARTINS	107
1. Uma imersão na Casa de Referência da Mulher Tina Martins.....	108
2. Constituição do Sujeito Político, Feminismo e Violência de Gênero	132

3. Diálogo com o Estado como Prática de Si.....	148
O QUE, COM ELAS, PODEMOS APRENDER?	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

UMA GENEALOGIA DESTA DISSERTAÇÃO: PRÓLOGO

Não sei o que é conhecer-me. Não vejo para dentro.
Não acredito que eu exista por detrás de mim.
(Fernando Pessoa)

Esta dissertação não teve sua origem em uma proposta de pesquisa que surgiu no momento em que iniciei o curso de mestrado, tampouco teve um objetivo determinado a priori. No entanto, para iniciar qualquer trabalho de pesquisa, precisamos ter em mente um norte. Guiamos nossos esforços em função de um objetivo inicial, algo que queremos conhecer, descobrir; algo para o qual buscamos uma resposta. Uma dúvida, uma lacuna em nosso conhecimento que só pode ser suprida por meio de uma investigação: uma pergunta!

Começamos assim nossa corrida, tendo em vista um alvo, normalmente expresso em uma frase no início da introdução. Este objetivo, que parece estar relacionado, intuitivamente, a uma curiosidade natural, no caso deste trabalho, tomou alguns meses de estudo e apenas se consolidou após uma construção complexa e intencional. Acredito que esta etapa da pesquisa possua um valor importante para a compreensão de qualquer trabalho acadêmico. Por essa razão, pretendo resgatar nos próximos parágrafos a história de como surgiu o objetivo deste trabalho, bem como de onde emergiram as bases teóricas empregadas na organização de seus eixos fundamentais. Para tanto, pretendo percorrer minha história pessoal no campo da pesquisa com a intenção de apontar alguns possíveis laços existentes entre ciência, política e subjetividade.

Ao entrarmos no mundo acadêmico, crus, apenas com interesse e curiosidade, seguindo, em alguns casos, uma oportunidade profissional que se mostre como uma fuga das formas convencionais de trabalho, chegamos sem saber muito bem sobre o que se trata o trabalho do pesquisador. Ler, escrever, estudar - começamos soltos, esperando que os direcionamentos do orientador nos mostrem o rumo que devemos tomar. E começamos assim, realizando tarefas secundárias em pesquisas com outras pessoas, tabelando dados, formatando textos e coletando informações.

Nesta fase, aguardamos, sem saber, o momento de um “insight” que nos esclareça que

trabalho é este afinal. Aquele estalo que nos mostrará em que mundo nos encontramos: o mundo da ciência. Este universo profissional que roda de acordo com resultados e produtos tangíveis, quantificáveis - controláveis -, tem suas regras e suas engrenagens próprias. Neste momento, ao buscarmos o sucesso profissional, tentamos nos adequar a esta dinâmica e traçamos os mais variados tipos de percursos.

Por onde começar? Um tema, um objetivo, uma teoria, um assunto? No meu caso, comecei me guiando por uma requisição vaga, uma instrução sem muito significado concreto - “escreva um artigo!”. E assim aprendi a primeira lição: a diferença entre as escritas soltas, criativa, desinteressada e de um trabalho científico legítimo, válido para publicação. Após um longo processo de ilusões, desilusões e barreiras a serem superadas, descobri que um artigo não é um texto como outro qualquer, que surge espontaneamente da imaginação e da criatividade. Pelo contrário, a criatividade parecia possuir um valor cada vez menor.

Neste cenário de ambientação, iniciei minha primeira experiência. Deliberadamente, seguindo apenas uma intuição, escolhi um assunto que me parecia o mais interessante possível (que mais tarde descobri não ter sido completamente por acaso): “prostituição”. Por outro lado, existia também um outro assunto, também interessante, que fundamentava todos os trabalhos feitos pela professora que me orientou, a psicanálise, mais especificamente as clínicas do trabalho.

E assim, como uma criança em frente a um quebra cabeças, deparo-me com a seguinte operação: prostituição + psicanálise = artigo. Contudo, as peças pareciam embaralhadas, sem muita forma. Ainda sem saber muito bem por onde começar, comecei escrevendo na introdução qualquer coisa que encontrasse na internet sobre prostituição, alguma coisa sobre psicanálise no referencial teórico e, no título, uma frase que parecia dar algum sentido ao trabalho: “análise e comparação da prostituição e do trabalho convencional”.

Depois de algumas páginas escritas, com nada mais do que um aglomerado de informações aleatórias, apenas uma pergunta da orientadora foi necessária para me mostrar que até aquele momento eu realmente não sabia do que se tratava uma pesquisa acadêmica: “Por que comparar essas profissões, sendo que cada sujeito é único e vivencia as coisas de forma singular?”. Não houve outra opção, tive que mudar o objetivo do trabalho. E, por isso,

reescrevê-lo completamente.

Restou, no entanto, uma lição - que os textos acadêmicos são escritos em função de um objetivo. E, mais importante, que este objetivo deve: 1) possuir um sentido e significado na vida real (ter importância, originalidade, ineditismo); 2) propiciar a possibilidade de explorar um campo teórico; 3) ser possível e alcançável (os métodos, instrumentos, metodologias servem para isso).

Resumidamente, buscando um objetivo de pesquisa mais coeso, decidi analisar as vivências de prazer e sofrimento de prostitutas de baixo meretrício em Belo Horizonte a partir da psicodinâmica do trabalho. Aproximadamente um ano depois, finalizei este projeto e tive como conclusão algo não muito surpreendente: as vivências de sofrimento das prostitutas são impactadas pelo estigma social que incide sobre esta profissão.

Apesar da conclusão não muito reveladora, esta experiência ampliou minha visão de tal maneira a propiciar um campo mais amplo de novas curiosidades e perguntas. E, por fim, ainda arrematei dois “presentes” que definiram todo o meu trabalho até aqui: o **feminismo** e a **ontologia**.

Feminismo¹ porque pensar sobre prostituição é cutucar um dos pontos de tensão mais dissonante deste entrópico movimento político. É justamente neste ponto que as correntes feministas entram em uma batalha aparentemente insolúvel. São controvérsias inúmeras, tanto no âmbito da história, do direito, da filosofia, da ciência social, da economia e da psicologia; feministas travando discussões com tanta tenacidade que, ao compreender a linha argumentativa de cada vertente, parece ser impossível encontrar qualquer problema.

E ontologia porque esta forte divergência entre as vertentes feministas não podia encontrar sua resolução no campo da argumentação racional e da retórica. É proveniente, no entanto, de uma visão (anti) metafísica distinta sobre a realidade social.

A relação entre estes domínios, ontologia, feminismo e prostituição, pode ser vista a partir do

¹ Vale ressaltar que além de a maioria das pessoas que se prostituem ser mulher, a maioria das pessoas que utilizam a prostituição são do gênero masculino.

seguinte antagonismo: Se, por um lado, afirma-se que as mulheres se prostituem porque são induzidas pela sociedade patriarcal, por outro lado, outros defendem que, se não fosse pelo moralismo dessa mesma sociedade, que retira da sexualidade da mulher a autonomia sobre seu corpo, a prostituição poderia ser vista como um trabalho como outro qualquer.

Vale notar que este tensionamento nos lança para um problema que está para além do debate objetivo acerca da prostituição. Se deslocarmos essa discussão para um plano mais geral acerca da realidade social, temos um conflito ainda mais amplo: 1) O sujeito é formado pela sociedade na qual está inserido; 2) A sociedade na qual ele está inserido, por sua vez, é formada por estes próprios sujeitos.

Portanto, diante deste ciclo, cuja definição de início não encontra um consenso nas ciências humanas e sociais, ficamos com as indagações: o que é o ser humano? O que faz dele ser o que é? Uma essência individual ou uma influência e determinação direta de seu meio? Qual é, “na realidade”, sua natureza? - É disso que se trata a ontologia.

No caso da prostituição, este tipo de dissenso tem resultado em um conflito prático na escolha de uma estratégia efetiva pelos movimentos sociais e políticos. Isto se refere à seguinte oposição: devemos lutar para acabar com o machismo e patriarcalismo da sociedade e assim libertar as mulheres da necessidade de se prostituir²? Ou, devemos lutar pelo fim do estigma gerado pela mesma sociedade machista para apoiar as mulheres a se prostituir sem sofrer tantos prejuízos morais, legais e afetivos³?

Com essa consequência prática da discussão sobre ontologia, pode-se retomar ao início desse texto com uma pergunta: Por que a ciência existe? Essa resposta é importante para refletirmos sobre as motivações de um trabalho acadêmico e, por conseguinte, sobre o que orientou a construção do objetivo desta pesquisa específica.

Neste sentido, torna-se clara a existência de dois caminhos distintos que dependem, necessariamente, da visão que se concebe do ser humano e de sua constituição como sujeito.

² Neste caso, a prostituição é vista como uma possibilidade de trabalho que se apresenta às mulheres com mais intensidade do que para os homens. Neste ponto de vista, a prostituição é apresentada às mulheres em detrimento de outros campos profissionais aos quais elas poderiam se desenvolver.

³ Parte-se do pressuposto de que a mulher tem autonomia sobre seu próprio corpo.

Contudo, seja diminuindo o estigma, seja ampliando os horizontes profissionais das mulheres, uma coisa é certa, a realidade social pode ser transformada. E, o mais importante, qual é o papel da ciência em sua relação com a realidade: conhecê-la? Interpretá-la? Contribuir efetivamente para sua transformação?

Com efeito, esta discussão permeou os primeiros meses do curso de mestrado, especialmente com a disciplina de epistemologia, cujo tema das aulas frequentemente girou em torno das diferentes concepções de ciência e de suas funções. Como exemplo de abordagem, autores como Hessen (2000)⁴ apontam que a ciência está relacionada ao ato de se conhecer a realidade ou pelo menos uma parte dela: gerar conhecimento.

Contudo, no âmbito dos estudos sobre o ser humano, este processo tem levantado uma série de complexidades. Uma vez que, de acordo com Hessen (2000), a ciência se trata de conhecer a realidade e que este conhecimento é o campo que está entre “os olhos” do investigador e o “objeto” estudado, há um conflito quando é o investigador é, ele mesmo, a própria realidade que se pretende conhecer.

Este problema acontece pelo fato de que o ser humano não pode ser considerado um objeto inerte, externo ao investigador, assim como estariam os demais objetos de estudo das ciências naturais. Ao contrário dos que defendem as correntes racionalistas da filosofia moderna (MATTOS, 2007), as quais consideram a subjetividade humana como algo passível de ser compreendido em totalidade, este trabalho alinha-se à perspectiva de Nietzsche, a qual alega que isto tratar-se-ia de:

[...] um olho que não pode absolutamente ser imaginado, um olho sem qualquer orientação, no qual as forças ativas e interpretativas estão imobilizadas ou ausentes – considerando que são estas que fazem com que ver, seja ver algo –; exige-se do olho, portanto, algo absurdo e sem sentido, a negação do conceito de olho (NIETZSCHE, 1994, p.142).

Observei ainda, no decorrer das minhas experiências no mundo acadêmico, que este conflito tem movimentado a filosofia, a ciência social e a psicologia há muitos séculos. Assim,

⁴ Hessen é um autor de uma vertente da filosofia denominada “teoria do conhecimento”, ou epistemologia. Este domínio é fundamental para pensarmos tanto sobre a questão da natureza humana, considerando-a como um polo do processo de conhecimento (sujeito-objeto), quanto sobre a reflexão acerca da finalidade da ciência. Para isto, ele resgata na história da filosofia perspectivas trazidas desde filósofos clássicos da antiguidade como Aristóteles e Demócrito, até perspectivas anticientíficas como Feyerabend (1989).

comecei minha investigação sobre a constituição da subjetividade a partir do foco no interior do sujeito, pela psicanálise. Para isso, comecei estudando as principais obras sociológicas de Freud (2012, 2013, 1996, 2010) como *Totem e Tabu*, *O Mal-Estar na Civilização*, *o Futuro de uma Ilusão* e *Por que a guerra?*; além de autores da psicossociologia do trabalho como Eugène Enriquez e Christophe Dejours.

Esta linha teórica embasou todo o trabalho sobre a prostituição. Além disso, ainda percorreu outras pesquisas nas quais pretendi compreender as vivências de sujeitos que se ocupavam de profissões também estigmatizadas, como drag-queens e drag-kings. Por fim, sem conseguir encontrar na psicanálise algo que pudesse ir além da constatação de que o sujeito tem seu sofrimento impactado pelo estigma social, passei a buscar perspectivas que retirassem do indivíduo a responsabilização pelo seu estado de sofrimento e que, principalmente, vislumbrassem alguma possibilidade de mudança e insubmissão.

Como em todas estas pesquisas a questão do trabalho e seus significados ocupou um espaço importante; e procurando perspectivas externas ao sujeito que pudessem abordar aspectos subjetivos como o sofrimento, naturalmente passei a me interessar pelos estudos marxianos. Com Lukacs, conheci a definição ontológica de trabalho como “categoria fundante do ser social” (LESSA, 2002).

Foi fundamental tomar conhecimento de uma perspectiva distinta da psicanálise que buscasse responsabilizar fatores sociais e estruturais pelas escolhas realizadas por um sujeito (TONET, 2013). Neste caso, a formação subjetiva de um indivíduo, ou seja, aquilo que ele quer fazer ou não - seus desejos e vontades -, possui uma determinação direta de seu meio, de suas necessidades para sobrevivência e de sua cultura, como se estas existissem a priori. Ou seja, como se estas coisas já existissem antes do próprio sujeito e independentemente de suas interferências individuais.

Assim, diante de um pêndulo que se move por duas extremidades, onde há, de um lado, as razões internas (psíquicas) do indivíduo para suas ações e, do outro lado, suas determinações externas, busquei algo que se propusesse a fugir desta dicotomia (PRADO, 2001). Nesta direção, tive acesso ao conceito de política do filósofo e historiador Michel Foucault em que o mesmo afirma que: “a política é a guerra continuada por outros meios”.

Este conceito é fundamental na composição deste trabalho por carregar uma ideia dinâmica de mudança por meio de uma disputa de forças. Essa transformação, no entanto, se distingue da perspectiva marxiana já que não se propõe a mudar a realidade a partir de sua total compreensão; mas por meio da problematização de certos conceitos naturalizados na cultura como verdadeiros, como correspondentes à realidade e, portanto, como imutáveis (DREYFUS; RABINOW, 2010).

Assim, tendo em vista tanto a perspectiva acerca da função da ciência, como geradora de conhecimento da realidade para sua transformação, quanto a concepção da “não-possibilidade” de compreensão da realidade em si, conforme o perspectivismo Nietzscheano, tem-se com o embasamento em Michel Foucault uma saída para uma vertente científica que se preocupa mais com os efeitos e consequências destas coisas na vida das pessoas - e com suas possibilidades de transformação -, do que com a tentativa efetiva de explicar a fonte “real” ou “essencial” de tais fenômenos.

Neste sentido, pode-se dizer que o que interessa neste trabalho são os aspectos que envolvem a vida das mulheres em nossa sociedade e que configuram um universo do que se pode **ser**, **fazer** ou **querer**; bem como das possibilidades de ruptura destes cenários aparentemente fechados. No âmbito da experiência política em um abrigo que recebe mulheres vítimas de violência doméstica - um tipo de violência tratada como algo normal na cultura brasileira -, a naturalização e a desnaturalização da violência será o foco da pesquisa.

Em suma, considere importante resgatar essa trajetória pessoal de pesquisa para mostrar que, *mulheres, violência, subjetividade e política* não partem de um interesse instantâneo e, tampouco, são aspectos desassociados. Deste modo, visto que minha intenção com esta pesquisa não é desvendar uma realidade social oculta - uma vez que não retiro a minha própria existência da constituição desta realidade -, defendo que estes aspectos encontram sua conexão na minha própria experiência social como mulher, principalmente em um contexto doméstico marcado por diversas formas de desigualdade e opressão.

Para concluir, o que quis mostrar com este prólogo é que o objetivo desta pesquisa, levando em consideração um alinhamento teórico e metodológico, possui uma relação importante com

a minha própria história de vida. Não penso nessa relação de forma reducionista como algo direto e objetivo. Ou seja, o fato de ser mulher não me direciona inevitavelmente a pesquisar sobre mulheres, nem acredito ser vantajoso para os ideais feministas que apenas mulheres atuem nesta área. Contudo, diante de uma trajetória de buscas inquietantes sobre tais assuntos, fica claro que este trabalho está inserido em um contexto mais amplo de demandas que emergem da minha própria experiência.

Por fim, prostituição, transformismo performático (drag queens/kings) e violência doméstica tem um ponto em comum: **ser** mulher em uma sociedade machista, patriarcal, sexista, misógina e homofóbica; que tem contorcido e retorcido todo um ideal de realidade o qual, incessantemente, coloca a mulher como nada mais do que um objeto. Seja isso feito através de mecanismos internos ou externos, implícitos ou explícitos, trata-se de um sistema perverso que vem, ao longo dos séculos (LERNER, 1986), reduzindo as possibilidades das mulheres e colocando-as em uma situação a qual incorre em uma única possibilidade: a resistência.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar a experiência política das mulheres da casa Tina Martins à luz da perspectiva foucaultiana. Essa casa é um projeto social originado por algumas integrantes do movimento feminista Olga Benário, que se iniciou com a ocupação do refeitório do antigo prédio da Faculdade de Engenharia da UFMG. Posteriormente, mediante a um longo processo de negociação com o governo do Estado, as representantes da ocupação conquistaram um imóvel tombado na região centro-sul de Belo Horizonte (BASTOS, 2016). Atualmente, este pode ser considerado um importante ponto de suporte e acompanhamento para mulheres em situação de violência na cidade, sendo sustentado e mantido pelas próprias integrantes do movimento.

Vale destacar que o objetivo deste trabalho tem como pano de fundo a ruptura com a dicotomia naturalizada na linguagem, na cultura e no ideal científico moderno que trata como opostos prática e subjetividade. Essa ruptura deve ser sublinhada logo no início, uma vez que o conceito de política aqui empregado vai além das ações institucionais objetivas, seguindo a concepção de Michel Foucault (1979), cuja obra relaciona política à existência e à vida cotidiana.

Como mostra Narvaz e Koller (2006), o fenômeno da violência de gênero não toca apenas as mulheres, mas possui uma relação direta com o desenvolvimento socioeconômico do país. Isto pode ser visto por meio de estudos que evidenciam consequências deste tipo de violência em suas múltiplas dimensões e que mostram que o problema vai além do olhar das políticas públicas de segurança. Sobretudo ao se falar de violência contra mulheres, o tema ganha um olhar que se desloca para o âmbito da cultura e dos processos de subjetivação. É por isso que é comum se falar em violência de gênero, para explicitar que isto não se trata de uma violência como qualquer outra, mas é a expressão concreta de uma história de injustiça que permeia, em termos simbólicos, culturais e estruturais, toda a vida das mulheres em sociedade (SAFFIOTI, 2001).

Além disso, a própria violência de gênero possui sua heterogeneidade a qual será abordada adiante no referencial teórico desta pesquisa. Entretanto, vale dizer que esta se manifesta por diversas formas, sendo que o tipo mais explícito é a violência doméstica. Este tipo de violência não apenas toca diretamente este caso de estudo, mas é também um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres no mundo. De acordo com Narvaz e Koller (2006, p. 8), “70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro”.

Visando superar a visão que relaciona a dimensão política apenas a sujeitos militantes, a observação da pesquisa se desdobrou sobre os diferentes grupos envolvidos na casa: coordenadoras e abrigadas. Entretanto, isto não foi feito sob as mesmas bases. Apesar da integração entre as mulheres da casa acontecer de forma livre, algumas abrigadas se encontram em uma posição de vulnerabilidade e exposição, demandando que este trabalho fosse conduzido de forma cuidadosa. Para não reproduzir o modo patriarcal que normalmente atua nos demais dispositivos estatais presentes neste cenário, como a linha 180 ou a delegacia da mulher, evitaram-se formas invasivas neste cenário.

Como mostram Solís e Pintos (2002), essas instituições acabam recriando uma situação opressora de silenciamento ao naturalizar perguntas invasivas, constrangedoras e impositivas que causam a revitimização das mulheres nesta situação. Ao mesmo tempo, seguindo a concepção de política mencionada acima, as mulheres abrigadas pela casa não podem ser tratadas como objetos manipuláveis, como se suas vivências estivessem apartadas da experiência política em questão. Isto vale ser destacado, sobretudo, em um cenário em que 60% das vítimas de violência conjugal permanecem com os agressores (FONTANA; SANTOS, 2001), o ato de romper com esta dinâmica naturalizada deve ser enxergado em toda sua complexidade como um processo de resistência.

Neste sentido, o termo “política” deve ser visto como um campo onde há o entrecruzamento de relações de poder, que nutrem as formas e possibilidades de viver dos sujeitos, tendo como resultado não só a delimitação de suas ações, mas também de quem estes sujeitos são e o que, por conseguinte, desejam e aspiram fazer em suas vidas. Em outras palavras, seguindo a perspectiva de Foucault (2010a), o campo político, neste estudo, será tratado como uma

dimensão que circunda, delimita, possibilita e interpela o que os sujeitos em sociedade podem ser ou não.

Desse modo, as várias especificidades presentes neste cenário, ou melhor, as várias diferenças, como gênero, classe social e sexualidade serão entendidas neste projeto a partir de sua constituição histórica, que vem ao longo do tempo, reiterando essas diferenças como fontes de desigualdades de possibilidades profissionais, afetivas, legais, etc (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Mais precisamente, pode-se dizer que a experiência política investigada se desdobra em duas dimensões que se constituem reciprocamente. A primeira localiza-se no âmbito das histórias de vida de cada uma delas, buscando aclarar seus diversos processos discursivos de formação subjetiva, tendo em vista um contexto marcado pelas diferentes desigualdades mencionadas acima. Já a segunda diz respeito à trajetória coletiva da criação e manutenção da Casa “Tina Martins” abarcando tanto a luta institucional pelo espaço junto ao Estado quanto as práticas cotidianas de organização e manutenção da casa.

Para alcançar o objetivo proposto de analisar a experiência política das mulheres da casa Tina Martins e articular estas duas dimensões, a pesquisa foi estruturada em dois momentos diferentes: o primeiro momento foi marcado por uma imersão na casa Tina Martins sob a ótica da observação participante (SERVA; JAIME JÚNIOR, 1995); o segundo momento, por sua vez, visou à construção de narrativas de participantes da primeira fase da pesquisa que tenham se mostrado abertas a conversar e contar seu relato de vida no âmbito de uma pesquisa acadêmica. As diretrizes adotadas e técnicas que foram conjugadas no decorrer de cada um desses momentos estão descritas adiante na seção de metodologia. No entanto, ambas valeram como suporte para alcançar os seguintes objetivos específicos:

- 1) Resgatar a trajetória de criação da Casa Tina Martins e evidenciar suas práticas organizativas do cotidiano;
- 2) Problematizar a experiência política da Casa Tina Martins, analisando os processos de constituição dos sujeitos políticos ali situados a partir de suas práticas coletivas e dos relatos de suas trajetórias pessoais;

- 3) Analisar como se dá a interlocução entre o Estado e a Casa Tina Martins, no âmbito da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Minas Gerais.

Por se tratar de uma temática que engloba uma casa de referência para mulheres, naturalmente, essas diversas especificidades serão tocadas na medida em que dialogam com uma visão feminista. Desse modo, esta pesquisa pode ser relacionada ao campo denominado por Matos (2008) como “Estudos de Gênero”, cuja formação, apesar de marcada por algumas complexidades e controvérsias, pode dialogar diretamente com o horizonte de transformação social vislumbrado pelos movimentos feministas (SANTOS et al., 2016).

Para Matos (2008), a principal característica que distingue a temática intitulada por ela como “estudos e gênero” do campo epistêmico “estudos de gênero” é o posicionamento da pesquisa em abordar os fatores que formam e determinam a própria ideia de gênero, observando aspectos mais profundos desta noção, os quais vão além da simples constatação das consequências da categorização homem/mulher como se esta já fosse existente a priori.

Isso pode ser percebido neste trabalho uma vez que há a intenção de se compreender os processos discursivos que sustentam a possibilidade da criação de uma subjetividade feminina investigando, especialmente, o local da violência nestes processos. Desse modo, a proposta se justifica visto a urgência e a relevância das temáticas que circundam este caso de estudo, sobretudo, a questão das violências de gênero. Tais violências são caracterizadas por diferentes aspectos e estão presentes em diferentes âmbitos da vida.

O Mapa da Violência mostra que houve um aumento das taxas de feminicídios, sobretudo entre mulheres negras e periféricas (WAISELFISZ, 2015). Na última década no Brasil, enquanto o índice de homicídios de mulheres brancas caiu em 11,9%, a quantidade de homicídios de mulheres negras aumentou em 19,5% (WAISELFISZ, 2015). Isto torna evidente uma estatística já amplamente denunciada: a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras que entre as não negras, sinalizando para uma diferença de 71%. (CNJ, 2018). Entretanto, os dados demográficos concernentes a este problema são dispersos. Isso porque, uma vez que a conceituação do termo “violência” encontra barreiras para o

estabelecimento de um consenso, torna-se problemático definir objetivamente suas vítimas e seus parâmetros.

Assim, é comum que os tipos de violência mais tratados pelas pesquisas sejam aqueles relacionados à área da saúde, como violência física, psicológica e sexual (SCHRAIBER et al., 2007). Porém, uma vez que estes tipos de violência não podem ser vistos separadamente, porque normalmente ocorrem de maneira sobreposta (não há violência física sem violência psicológica e assim por diante), é visível que esta forma de classificação é insuficiente.

Como exemplo de abordagens mais abrangentes, autoras feministas, a partir de temas como violência policial e reprodutiva, demonstram que o contexto de violência enfrentado pelas mulheres confere universos particulares em função das diferenças intragênero (MATOS, 2010). Para evidenciar essa relação, apontam problemas como o encarceramento massivo de mulheres negras, a violência policial nas periferias ou casos como a laqueadura forçada de mulheres negras pelo Sistema Único de Saúde – SUS (SYCORAX, 2004).

Além deste cenário, as organizações de saúde como a OMS (Organização Mundial de Saúde) e a Associação Médica Americana marcam outro tipo de violência contra mulheres como a forma mais comum de agressão no mundo: a violência doméstica por parceiro íntimo. Segundo o relatório internacional da OMS, em 2012, o Brasil ocupava a décima primeira posição no ranking de violência praticada por parceiro íntimo no mundo. De acordo com esta pesquisa, a maioria das agressões não são notificadas nas unidades de saúde e de polícia (OMS, 2012).

As consequências dessas agressões serão tratadas em profundidade adiante, entretanto, estes dados podem ser usados para mostrar uma realidade social experimentada por qualquer mulher na atualidade. Isso porque, mesmo aquelas que nunca sofreram nenhum tipo de agressão vivenciam uma realidade marcada pela naturalização deste cenário e consequente risco constante na vida cotidiana (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Quanto à inserção dessa pesquisa no campo da administração, pode-se dizer que é justificada pela urgência em implicar este campo do conhecimento na dinâmica entre violência de gênero. Isto porque, tradicionalmente, esta foi uma área que muito se esquivou de sua

responsabilização social, ainda que tenha se valido instrumentalmente das ciências humanas como uma de suas principais ferramentas de desenvolvimento organizacional.

A partir disso, observa-se, ainda, a relevância em se abordar temas centrais do contexto das mulheres na sociedade, principalmente porque a situação de vulnerabilidade vivenciada por elas ampara-se, também, na persistência das desigualdades de gênero promovidas no cerne das relações trabalhistas, profissionais e nas múltiplas exclusões permeadas nas organizações (CAPPELLE; MELO; BRITO, 2004).

O processo metodológico, por visar articular movimento social, experiência política e constituição subjetiva, localiza-se na vertente da pesquisa qualitativa. Mais especificamente, foram atribuídas, como método de pesquisa, entrevistas inspiradas na metodologia de “História de Vida” (FISCHER, 2005; LOPES, 2013), que posteriormente serão submetidas a uma análise de conteúdo, considerando elementos teóricos relacionados ao discurso, como encontrados em Foucault (2008a).

A investigação acerca das experiências políticas das mulheres da casa Tina Martins pode ainda desvelar um vasto campo de saberes com o potencial de tencionar a aparente dicotomia entre teoria e prática nas ciências, especialmente na administração (GABRIEL; CARR, 2002). A pesquisa deve articular tanto a prática das mulheres na gestão autônoma da casa - abordando seu cotidiano, ações e atividades, inclusive de geração de fundos - quanto a compreensão da experiência política desses sujeitos no sentido de combater a violência de gênero.

Desse modo, destaca-se a fundamental importância da investigação social na administração, evidenciando que qualquer iniciativa que se proponha a ultrapassar as fronteiras do conhecimento teórico para fins puramente acadêmicos se aproxima da possibilidade da transformação do contexto social que compreende (BRAVERMAN, 1987).

Assim, como resultado do trabalho, espera-se o alcance de narrativas de vida que sejam capazes de demonstrar de que forma as tramas de relações de poder configuram um cenário que toca diretamente as possibilidades de resistência de sujeitos em sociedade e, acima de tudo, mostram-se como caminhos de um existir subversivo e transformador. Finalmente,

pretende-se mostrar como são experimentadas as “diferentes diferenças” (KARAKOLA, 2004) no contexto da casa Tina Martins, enquanto um campo de possibilidades na busca pela autonomia feminina e combate à violência de gênero.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico será organizado em duas seções de modo a explorar os dois campos temáticos que circundam o objetivo desta pesquisa: a constituição do sujeito e feminismo. Estes dois temas foram elencados tendo em vista o intuito de se compreender a experiência política das integrantes da casa Tina Martins por meio de uma abordagem que seja capaz de permear as ramificadas complexidades da experiência política de mulheres por uma ótica explicitamente feminista.

Além disso, como o trabalho visa abordar subjetividade e prática como dimensões vinculadas, optou-se primeiramente por explorar uma teoria acerca da constituição do sujeito que não tratasse estes aspectos como elementos independentes; isto é, como fatores hierarquizantes assim como abordam as convencionais perspectivas positivistas, as quais delimitam as práticas humanas como fatores decorrentes de uma subjetividade existente a priori.

Não obstante, nesta perspectiva, o conceito de experiência seguirá uma pergunta clássica da filosofia que é o “problema de existir no mundo”. Esta reflexão tem sido objeto do domínio não só da filosofia, mas também de outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Psicologia, a Educação e até mesmo a Economia, podendo ser considerado como um ponto nodal que interliga essas áreas do conhecimento. Por isso justifica-se a escolha pelo filósofo Michel Foucault, cuja produção teórica foge dos ditames do mundo intelectual ao abordar o tema da “experiência de si” não se restringindo a apenas um campo do saber (ARAUJO, 2008).

Diante de sua revolucionária concepção acerca do poder, Michel Foucault é um nome que possui grande notoriedade (FONSECA, 2014). De modo geral, este conceito se refere ao poder como um modo de ação sobre a ação do outro. Dessa forma, poder é visto como algo produtor, distanciando-se assim da visão que o compreende apenas como força repressora. Esta perspectiva mostra-se promissora para este trabalho, dentre outras razões que serão explicitadas adiante, porque busca compreender as opressões sociais para além da questão da classe social, compreendendo também aspectos constitutivos de outras dimensões subjetivas como sexualidade, raça e gênero.

Com relação ao caso específico da casa Tina Martins, o que interessa na experiência política das mulheres é principalmente a questão da constituição da subjetividade. Isso porque, diante da complexidade da desnaturalização da violência de gênero, os caminhos para a libertação destes cenários devem ser entendidos não apenas a partir de uma visão externa ao sujeito, a qual colocaria as mulheres em uma posição passiva de impotência. Tampouco em uma visão puramente interna, cujo enfoque meritocrático tende a desconsiderar as amarras subjetivas vivenciadas na experiência de vida das mulheres frente ao seu contexto histórico e social.

A abordagem da ética em Foucault (2004), extraída de seu terceiro volume da série *História da sexualidade: o cuidado de si*, apresenta-se como uma possibilidade de abordar o problema descrito acima a partir da relação entre as seguintes dimensões:

- 1) a constituição da subjetividade como resultado de "práticas de si", ou seja, uma relação de poder de si sobre si;
- 2) a relação de poder de si sobre si enquanto estratégia de resistência às demais relações de poder dado um contexto de possibilidades.

De outro modo, as relações de poder de si sobre si (ética) podem ser vistas como meio de liberação dos complexos aprisionamentos da própria subjetividade (ORELLANA, 2012). Isto remete às possibilidades de desnaturalização da violência, que, em cenários machistas, toma formas cada vez mais sofisticadas de perpetuação e culpabilização das próprias vítimas.

É importante deixar claro que o embasamento em Foucault não se dá com o objetivo de explicar o fenômeno da violência de gênero, tampouco com a intenção de compreender a raiz da opressão das mulheres em sociedade. A abordagem de sua perspectiva teórica se dá, exclusivamente, em função do objetivo da pesquisa, o qual busca analisar a experiência política das mulheres da casa Tina Martins.

Diante disso, a abordagem pautada em Michel Foucault não pretende anular ou menosprezar a produção teórica das grandes obras feministas. Pelo contrário, é justamente porque a perspectiva foucaultiana foge da rigidez e ortodoxia científica, que ela pode ser usada

inclusive como ferramenta para transitar pela vasta produção das inúmeras vezes do feminismo sem excluir em totalidade propostas antagônicas devido às suas divergências pontuais ou ontológicas.

Por fim, visto que tal experiência política é caracterizada, desde o início, por um posicionamento feminista, considera-se fundamental a imersão neste vasto e complexo movimento que há anos vem avançando e enfrentando uma série de tensões, controvérsias e, ainda assim, tem progredido em suas conquistas sociais.

1. Constituição do sujeito político em Foucault

A subjetividade humana é, hoje, mais do que nunca, uma construção em ruínas. Ela já não tinha mesmo jeito, desde as devastadoras demolições dos “mestres da suspeita”: Marx, Freud, Nietzsche, sem esquecer, é claro, Heidegger. (...). Depois, com os pós-estruturalistas, Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, o estrago se tornaria irremediável e irreversível. (...) Mas o sujeito vaza por todos os lados. **As feministas não cansam de nos lembrar que o retrato canônico do sujeito que posa como abstrato, universal, racional, reflexivo evoca – coincidência? – um membro típico de um subconjunto particular do gênero masculino.** (...) Reunidas, essas teorias mostram que não existe sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, fora da cultura e das relações de poder. Sobra alguma coisa? (HARAWAY; KUNZRU, 2000, p. 9, grifo nosso).

Esta seção tem como objetivo explorar teoricamente “como os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 2010a, p. 273). Para tanto, esta abordagem terá como fio condutor os últimos trabalhos do filósofo contemporâneo Michel Foucault, especialmente valendo-se de sua abordagem Ética no terceiro volume da série *História da Sexualidade: o cuidado de si*.

Foucault, como um filósofo e historiador, apresenta um trabalho amplo e minucioso acerca deste tema. Isso porque, para compreender o fenômeno da constituição da subjetividade, parte da problematização de importantes estudiosos e vertentes da filosofia moderna⁵. Além disso, ainda trata de um vasto material histórico que retoma pensadores clássicos da antiguidade.

⁵ As vertentes que tratam o assunto do sujeito e são extrapoladas por Foucault: “alma em Platão, res cogitans em Descartes, eu transcendental em Kant, consciência pura em Husserl, etc” (FILOMENA, 2006, p. 268).

Para Dreyfus e Rabinow (2010), sua aposta é inovadora e ganha centralidade uma vez que é capaz de fugir das insuficiências das principais linhas epistêmicas da filosofia, como a fenomenologia, o estruturalismo e a hermenêutica. Por isso pode ser considerada como um método fecundo para a investigação sobre seres humanos, possibilitando assim o diagnóstico e a crítica da “situação atual de nossa sociedade” (p. 15).

Para uma contextualização sucinta do que se trata a obra deste autor, alguns estudiosos, a exemplo de Ortega (1999), apresentam, para fins didáticos, um mapeamento da evolução de seus trabalhos. Neste sentido, organizam seus escritos em três fases: “verdade ou saber”, “poder” e “sujeito”. Essas fases se distribuem ao longo de sua carreira de três décadas, que se passou de 1960 até o início dos anos 1980; e se distinguem pelo foco que o autor utiliza ao abordar um problema central: **o sujeito** (DREYFUS; RABINOW, 2010).

Apesar de ser popularmente conhecido pela temática do poder, Foucault (2010a) afirma que o objetivo do seu trabalho não foi analisar o fenômeno do poder nem “elaborar os fundamentos de tal análise” (p. 273). Nas palavras do próprio autor: “meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (FOUCAULT, 2010a, p. 273).

Por isso, é importante destacar que qualquer tentativa de enquadramento de seu pensamento se trata de uma estratégia arriscada e delicada quando se tem a intenção de respeitar a complexidade de sua filosofia. Isso porque a tentativa de classificação de sua obra tem resultado em problemas como o reducionismo de sua teoria, como se tais vertentes estivessem desvinculadas umas das outras (PEREIRA, 2014).

Ainda assim, Fonseca (2001) afirma que, de maneira geral, é possível associar estes três eixos temáticos - saber, poder e sujeito - às seguintes “ênfases metodológicas”: a arqueologia, a genealogia e a ética. Em um de seus últimos textos, Foucault (2010a) esclarece do que se tratam estas perspectivas e de que maneira elas se interligam na discussão sobre o sujeito. Tal assunto, segundo Fonseca (2011, p. 8) emerge no pensamento foucaultiano “somente na medida em que é tratado segundo os termos da problemática de sua constituição.” Dreyfus e Rabinow (2010) ainda alertam que:

Sem entrarmos em uma organização supérflua dos trabalhos de Foucault - segundo fases da sua vida -, sobretudo em se tratando de um *corpus* ainda tão jovem, podemos ver que, em seus primeiros trabalhos, ele utilizou certas variantes de uma análise estrita do discurso (a arqueologia) e deu mais atenção àquilo que condiciona, limita e institucionaliza as formações discursivas (genealogia). **Não há pré e pós arqueologia em Foucault.** Contudo, o peso e a concepção dessas abordagens mudaram no decorrer de seu trabalho (DREYFUS; RABINOW, p. 140, grifos nossos).

Para entender do que se trata a ideia de “constituição” ao se referir a sujeito, Fischer (1999) retoma uma das últimas aulas ministradas por Foucault (2010b) no Collège de France, cujo título “A Hermenêutica do Sujeito” já indica a ênfase dada pelo filósofo às reflexões sobre subjetividade:

(...) como se instituiu um conhecimento de si, ou como se processou essa longa história de fazer do sujeito um objeto de conhecimento, pelo homem? E mais ainda: como esse fato de tomar o sujeito cognoscível foi-se fazendo não só possível, como desejável e até indispensável para nós? (FISCHER, 1999, p. 41).

Ainda para essa autora, sujeito em Foucault se relaciona, precisamente, à análise dos diferentes “*modos de subjetivação*” da história humana. É importante frisar esta dimensão histórica desde o início, uma vez que a proposta do estudo da subjetividade em Foucault não deve ser confundida com as abordagens que investigam as questões internas à subjetividade, como a dimensão psíquica⁶.

Foucault usa 'sujeito' no estrito sentido etimológico da palavra. Em latim, a palavra é sub-íectus ou subjectus, e denota aquilo ou aquele que é "colocado por baixo", o mesmo que "súdito". No ensaio sobre a relação entre sujeito e poder- "Porquoi étudier le pouvoir: la question du sujet", ele é bem claro: "Há dois sentidos para a palavra 'sujeito': sujeito submetido ao outro, através do controle e da dependência, e sujeito preso à sua própria identidade, através da consciência ou do conhecimento de si (FISCHER, 1999, p. 43).

Dessa forma, sendo este, claramente, um tema central na obra de Foucault, a exposição será iniciada de forma cronológica, tratando os processos de sujeição, subjetivação e assujeitamento abordados pelo autor desde sua primeira fase até a última, cujo foco recai explicitamente nesta problemática.

⁶ “Foucault afasta totalmente o caráter psicológico da abordagem e considera toda motivação psicológica não como fonte, mas como o resultado de estratégias sem estrategistas” (DREYFUS e RABINOW, 2010, p. 144).

1.1. Arqueologia e Genealogia: o sujeito entre o saber e o poder

A arqueologia, considerada como a primeira dessas três fases, é, de acordo com Foucault (2010a), a vertente que se encarregou de buscar os “modos da investigação” (p. 273) que tentam “atingir o estatuto de ciência” (p. 273). Para Machado (2006, p. 9), trata-se de um instrumento capaz de “refletir sobre as ciências dos homens como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade”. Este método emerge como oposição à noção de epistemologia, cuja forma de análise da racionalidade baseia-se na história da produção de verdade na ciência como um aperfeiçoamento linear e progressivo.

A arqueologia, por outro lado, “nem privilegia a questão normativa da verdade, nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual” (MACHADO, 2006, p. 9). Foucault (2010, p. 273) esclarece que este método contempla, acima de tudo, os discursos que sustentam a ideia de sujeito na gramática, na filosofia e na linguística. Da mesma forma, isso ocorre em outros campos do conhecimento, como na economia, com a criação do conceito de sujeito de produção e trabalho, e ainda com a “objetificação do simples fato de estar vivo na história natural ou biologia”.

Esta perspectiva representou grande relevância no pensamento foucaultiano, tanto que, de acordo com Dreyfus e Rabinow (2010), o termo arqueologia está por trás dos títulos de três de seus primeiros livros, desde o *Nascimento da Clínica*⁷ até a *Arqueologia do Saber*. Este termo foi utilizado por Foucault como uma estratégia metafórica para ilustrar que sua abordagem não se tratava puramente nem da hermenêutica nem do convencional estruturalismo francês de sua época.

Assim, pode-se entender a arqueologia como algo que transita entre o estudo das práticas sociais que conferem significado à experiência humana em cada período histórico - como a loucura -; e as práticas que permitem que os seres humanos tratam-se a si mesmos como objetos de investigação - por exemplo, na clínica médica -. É importante dizer que esta abordagem foge da busca de um código que englobe o “total domínio do social, do político, do institucional e das práticas discursivas”, mas pretende, sobretudo, ocupar-se de “descobrir

⁷ Título original de as palavras e as coisas: uma arqueologia do estruturalismo

as regras estruturais que regem *apenas* o discurso” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 21, grifo nosso).

Assim como para um arqueólogo é importante se distanciar da verdade e do sentido interpretativo dado aos objetivos resgatados, para Foucault a interpretação dos relatos históricos e a posterior conferência obstinada de sua veracidade não era o que garantia o sucesso de um estudo filosófico. Esta perspectiva se sustenta na mesma ideia de um aforismo dito décadas à frente, em que o filósofo se pergunta: “o que é a filosofia senão um modo de refletir, não tanto sobre aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso, mas sobre a nossa relação com a verdade?” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Portanto, seu objetivo, nesta fase, foi mostrar que, assim como tais relatos apenas seriam factíveis em um momento histórico específico, a “presunçosa” ciência contemporânea, necessariamente, está, também, em uma superfície de valores e conflitos que são próprios desta época, valores estes fundados pelas disposições de práticas sociais organizadas em um campo discursivo que faz e é feito pelos próprios sujeitos.

Dessa forma, o que lhe interessava não era comprovar se as descobertas científicas são correspondentes à realidade ou não, mas mostrar que, assim como a sistematização daqueles períodos antigos sustentavam práticas que, para outro período, não fazem sentido algum, devemos ter em mente que nosso conhecimento atual do mundo - e do que temos como real -, está pautado em um flexível sistema de condições (DREYFUS; RABINOW, 2010).

O elo entre a perspectiva arqueológica e o problema do sujeito em Foucault é a forma em que o filósofo se apropria do estudo histórico em seu trabalho sobre o saber e a verdade. Portanto, para mostrar a importância da arqueologia em relação à problemática da constituição do sujeito, é importante começar esclarecendo a forma em que Foucault (2004, p. 19) compreende o sentido de história. Esta forma, para o autor, foge de “lições de uma história-passado que no presente encontra seu objetivo; tampouco segredos ocultos de um passado-totalidade inferidos com flexível rigor a partir de um presente qualquer”.

De acordo com Dreyfus e Rabinow (2010, p. 18), “nada poderia se afastar mais do método de Foucault do que tal tentativa de reavivar o sentido perdido, preenchendo seu horizonte de

inteligibilidade”. Sobretudo no que toca a investigação central deste estudo - a constituição do sujeito -, merecem destaque especial os momentos de rupturas históricas e de descontinuidades inesperadas nos contextos de valores culturais.

Em seu livro “As palavras e as coisas” - que tem como subtítulo “Uma arqueologia das ciências humanas” -, Foucault (1968) propõe a ideia de que o “homem” surgiu como “objeto do saber” no XVIII. Esta importante obra de cunho arqueológico, ao defender que o homem é algo “inventado” e assim não possui uma essência transcendental, mostra uma dessas descontinuidades. Neste caso, trata-se de uma mudança de visão do mundo em que o ser humano deixa de ser parte integrante de crenças filosóficas e se torna um objeto de estudos: um assunto a ser dominado e compreendido em sua totalidade assim como outro qualquer (FISCHER, 1999).

Pode-se dizer que é este o momento que Foucault aproxima-se mais do estruturalismo, uma vez que sustenta que os sistemas dos discursos poderiam ser compreendidos por uma “estrutura silenciosa” (DREYFUS; RABINOW, 2010). Contudo, apesar da aproximação do estruturalismo ter se intensificado nesta fase, não se tratam da mesma coisa, apesar do estudo sobre o sujeito também ser central para os pensadores estruturalistas. Deve ficar claro que, para Foucault, o que importava não eram as estruturas atemporais, mas as **condições históricas de possibilidades** (FOUCAULT, 2008a). E o mais importante, seu foco desde o início não se encontrava fora da questão do sujeito, como aponta Fischer (1999), mencionando sua primeira obra “arqueológica”, *A História da Loucura*:

É assim que Foucault vai construindo seu edifício teórico a respeito do tema do sujeito. Nessa primeira grande investigação, aliás, sua Tese de Doutorado, orientada por Canguilhem, como vimos, Foucault já identificava, através da história da loucura, um dos “instantes” desse longo processo pelo qual o homem buscou (e busca, cada vez mais) saber a verdade escondida do sujeito (FISCHER, 1999, p. 46).

Ao focar as estruturas temporais que sustentam os discursos, é necessário que se compreenda o significado deste termo. A palavra “discurso” tem um peso fundamental no pensamento arqueológico e pode ser elencada como chave para a relação entre arqueologia, constituição do sujeito e a próxima fase, genealogia. Portanto, para Foucault, o que interessa em relação ao discurso é:

o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. **Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos**, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições (FOUCAULT, 2006, p. 255-256, grifo nosso).

Uma vez que este trabalho pretende se valer da noção de discurso em sua apreciação dos materiais levantados, os principais fundamentos desta concepção serão retomados na seção de metodologia. Entretanto, é importante que este conceito seja mencionado neste ponto, ainda que de forma sucinta, uma vez que não se pode falar de sujeito em Foucault sem se falar em discurso. Isso porque a diversa produção de discursos imputados ao sujeito no decorrer da história podem ser vistos como um meio de “objetivação do indivíduo (...) enquanto produto de práticas discursivas e não discursivas” (FONSECA, 2011, p. 25).

A teoria do discurso está intimamente ligada à questão da constituição do sujeito social. Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos (PINTO, 1989, p. 25).

Depois de esclarecido do que se trata o método arqueológico e, principalmente, a forma em que este compreende o discurso e sua relação com a verdade, torna-se mais claro o modo pelo qual isto toca a constituição do sujeito. Pensar em experiência de si e, por conseguinte, em constituição da subjetividade apenas é possível quando se tem em vista os “jogos de verdade” nos quais o sujeito se insere e se constitui.

Retomando o início do texto, ao afirmar que as fases da obra foucaultiana não se encontram desvinculadas umas das outras, pode-se perceber a genealogia como uma forma mais apurada na observação do poder. Além disso, após as manifestações de maio de 1968, o foco de Foucault começou a se afastar do discurso e se aproximar da relação entre poder e prática, ainda em uma perspectiva histórica. A despeito do poder ter sido um tema que sempre existiu em seus trabalhos, foi a partir deste período que sua abordagem começou a se tornar mais robusta (DREYFUS; RABINOW, 2010).

Para Foucault (1982, p. 4), a diferença entre estes dois momentos é que na fase arqueológica o poder não estava sendo tratado de forma isolada: “(...) o que faltava no meu trabalho era este

problema do "regime discursivo", dos efeitos de poder próprios do jogo enunciativo" (p. 6). Neste sentido, deve-se ter em mente que, tanto em *História da Loucura* quanto em *Nascimento da Clínica*, Foucault buscava compreender as estruturas discursivas dos saberes, mas que isso não representava a totalidade de suas intenções. Tanto que seus primeiros trabalhos não deixaram de lado os "efeitos de poder da psiquiatria ou o funcionamento político da medicina" (FOUCAULT, 1982, p. 4).

Portanto, se não é estritamente o poder o que distingue a arqueologia da genealogia, aponta-se um fator mais importante nesta direção: a política. Ou melhor, "a efetiva formação dos discursos pelas práticas não discursivas" (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 140). O arqueólogo busca olhar para um saber distanciando-se de seu sentido; o "genealogista" por sua vez, busca denunciar as relações de "poder, saber e corpo" envolvidas na construção deste saber. Ou seja, ambas as abordagens estão interligadas. Isto porque, na genealogia, o foco deve ser a busca pelas rupturas e mudanças na história das práticas culturais, cuja atribuição de sentido interpretativo mantém-se preservado justamente devido à perspectiva arqueológica.

Neste ponto, Foucault resgata Nietzsche como referência fundamental para o seu pensamento. Genealogia, para uma explicação sucinta, pode ser compreendida como uma oposição ao estudo histórico convencional. Para o estudo oficial da história, tem-se como pano de fundo uma linha contínua entre origem e destino. Um progresso linear com intenções objetivas, que, pela ótica da interpretação, apresenta uma explicação profunda e uma justificativa transcendental (FOUCAULT, 1982; 2010).

A genealogia, no entanto, ao defender uma ausência de sentido por trás das trajetórias históricas, aponta para o fato de que, se não há um padrão fixo por trás das condutas culturais, não há essência transcendental. O que existe são cenários de organização das relações de poder, em outras palavras, campos de disputa. Esta ideia de campo, apesar de já anunciada na arqueologia, tem seu conceito aprofundado na abordagem genealógica, a qual entende "campo" como um espaço delimitado por "práticas de longa data" (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 146).

A noção de campo é fundamental no que tange à constituição do sujeito. É crucial compreender, neste ponto, que os campos de tensão não são espaços nos quais sujeitos "pré-

existentes” disputam entre si. Pelo contrário, o próprio campo é que faz com que o sujeito se crie. Ao contar a história do Panopticon de Bentham em *Vigiar e Punir*, Foucault (2007) mostra um exemplo de como, na história, a disputa de forças encontra um espaço físico. Para o autor, neste local, se pode ver a dinâmica de dominação e, assim, analisar o poder de forma isolada.

Ao abordar este caso, Foucault (2010, p. 146) demonstra o funcionamento do poder nas “leis civis, nos códigos morais, nas leis universais da humanidade”. A função da genealogia é, desse modo, construir a história dos rituais de poder, compreendendo essas configurações sociais como sequências de dominações. Assim surge o termo “história efetiva”, como um contraponto aos historiadores que enxergam a sociedade como algo sólido, passível de ser compreendida em totalidade. Foucault, por outro lado, deixa claro que seu foco é a história dos discursos de verdade: “ele [Foucault] se propôs a escrever a história da ‘objetivação’ dos elementos que os historiadores davam como indiscutíveis, ou consideravam como ‘objetivos’ (DUSSEL, 2004, p. 47)”.

Ao buscar esta história das “verdades”, e tendo em vista que as relações de poder precisam de um espaço para se exercer, torna-se compreensível a relação entre corpo e discurso. Assim, o corpo é visto por Foucault como “um lugar em que as práticas sociais ínfimas e localizadas se relacionam com a grande organização do poder” (DREYFUS; RABINOW, p. 148). Isso toca em mais um ponto-chave na compreensão do sujeito - o fato de que o próprio corpo humano não possui uma essência pré-discursiva, pelo contrário, é ele mesmo produzido como discurso e criado a partir das relações de poder.

Como os saberes e os regimes de verdade podem forjar o corpo? Ou ainda, como o corpo é construído pela sociedade? Nesta direção, surge o conceito de micropoderes disciplinares exercidos na administração do corpo individual. Como exemplo, “o exército, a escola, o hospital, a fábrica etc” (DUARTE, 2008, p. 3). Em uma importante obra de sua fase genealógica, *Vigiar e Punir*, Foucault ainda ressalta:

(...) o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem [atacam], o marcam, o dirigem o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas à sua utilização econômica [...] [A constituição do corpo] como força

de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência e da ideologia; [...] pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 2007, p. 28-29).

Além disso, não apenas pensando sobre a relação do indivíduo com seu próprio corpo como um campo político, Foucault passa a analisar dimensões ainda mais complexas como a ordenação da vida em um sentido mais amplo. De maneira geral, em obras como *A Verdade e as Formas Jurídicas*, o filósofo mostra como o poder incide, não apenas na ótica individual. Ele mostra como este está presente em fenômenos como o controle das “taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida” (DUARTE, 2008, p. 3).

Estas constatações apenas foram possíveis devido ao método genealógico. Sobretudo porque as percepções sobre poder e corpo surgiram da observação de períodos nos quais esta relação não era tão velada quanto na modernidade. Por exemplo, no caso da transição entre o regime absolutista da França pós-medieval e a atualidade, Foucault aponta uma dessas descontinuidades discursivas. Para o autor, neste período, o poder sobre o corpo podia ser visto explicitamente. “O poder do soberano estava literal e publicamente inscrito no corpo do criminoso, de modo a ser o mais controlado, cênico e assistido possível” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 150).

O resultado da trajetória entre a análise do “saber - poder” (arqueologia) e do “poder - corpo” (genealogia) é a noção de “tecnologia política do corpo”. Ou seja, um saber que está para além da medicina e biologia, mas se trata de um refinado entendimento dos meios de utilização dos corpos em sociedade. Este saber político parte de uma série de relações entre o Estado, economia e as instituições sociais.

Assim pode-se notar a relação entre genealogia e a constituição da subjetividade. Para Dreyfus e Rabinow (2010), o que Foucault pretende, em certo sentido, é fazer a genealogia dessas tecnologias políticas que incidem sobre o corpo e, por conseguinte, estão presentes no processo de subjetivação dos indivíduos. Como esclarece em seu texto sobre o sujeito e o poder: “objetivação do sujeito naquilo que chamarei de ‘práticas divisoras’. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros.” (FOUCAULT, 2010a, p. 273).

O assunto do poder em Foucault é vasto e complexo, por isso não é pretensão deste trabalho esgotar o assunto. Entretanto, é impossível falar de sujeito na perspectiva foucaultiana sem falar de poder. Isso porque para Foucault o poder não pode ser visto como sinônimo de repressão, mas deve ser compreendido como aquilo que produz o sujeito em seus campos de possibilidade, isto é, a relação de poder de um indivíduo sobre o outro e a relação de poder do indivíduo sobre ele mesmo, sobre suas próprias ações.

Enfatizando, a intenção em expor a “segunda fase” da obra foucaultiana tem uma relação direta com o objetivo desta seção. Isso porque genealogia é a forma de olhar para história efetiva: a história dos discursos em suas discontinuidades. Com isso, esta abordagem evidencia a ausência de essência fixa, transcendental no ser humano - como pretendido desde a filosofia cartesiana até a psicanálise. Assim, se não há continuidade, não há padrão fixo.

Por fim, não existindo uma essência na subjetividade humana, resta a suspeita de que o sujeito é constituído, e não dado a priori. Ou seja, o sujeito é produzido pelas e nas relações de poder específicas de cada período histórico (PEREIRA, 2014).

Isto posto, é possível abordar a chamada “terceira fase” do pensamento de Foucault: a ética. Como dito por Dreyfus e Rabinow (2010), ela se situa no pensamento foucaultiano ainda no contexto da genealogia, uma vez que ética em Foucault pode ser entendida como a genealogia dos modos de existência. Nas palavras do filósofo, “o modo pelo qual um ser humano torna-se ele próprio um sujeito” (FOUCAULT, 2010a, p. 274).

1.2. O sujeito ético e a arte da existência

Conforme ressaltado no decorrer deste texto, é justamente a problemática da constituição do sujeito que ocupa lugar central na obra foucaultiana. Dessa maneira, seu projeto da história da sexualidade possui grande peso no pensamento do autor, já que é neste momento que o filósofo aborda profundamente a questão da constituição do indivíduo em uma relação consigo mesmo. É por isso que, de acordo com Goldman apud Soler (2008, p. 572), “essa

história do sujeito seria um dos maiores projetos elencados por Foucault ao longo de sua trajetória intelectual”.

Como mencionado anteriormente, foi em sua obra arqueológica *As Palavras e as Coisas* que Foucault demonstra a ideia de "homem" como um conceito criado na cultura a partir do século XVIII. Este conceito não apenas foi criado neste período, como também marcou a idade moderna a tal ponto que passou a caracterizar esta fase histórica. Assim, sendo o "homem" a principal marca da era moderna, a produção do conhecimento não apenas perpassa o sujeito, mas "se dirige a ele, se refere a ele, de um modo intenso, jamais observado em outros tempos" (PRADO FILHO, 1998).

No entanto, Foucault (2010a; 2014), em sua genealogia da ética ocidental, opta por um caminho diferente. Ao invés de olhar para o homem da modernidade, ele busca na Grécia e Roma antigas a forma em que naquele contexto o sujeito se constituía. Isso representou uma importante “camada” do sentido empregado pelo autor ao termo subjetividade. Se em um primeiro momento esta palavra era utilizada mais em um sentido de “submeter-se”, na ética será associada à complexa relação do sujeito com ele próprio. Isso quer dizer, como o próprio sujeito se circunscreve em sua cultura a partir de suas ações sobre si mesmo.

...eu diria que, se agora me interessa de fato pela maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através de práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (FOUCAULT, 2010b, p. 276).

Portanto, o que faz com que a série de livros da História da Sexualidade ganhe a conotação de uma nova fase no pensamento de Foucault não é o fato de abordar a constituição do sujeito moderno, - já que este sempre foi seu objetivo -. A diferença principal é que, no primeiro momento de sua trajetória, Foucault enfatiza a análise dos códigos normalizadores e mecanismos disciplinares de assujeitamento do indivíduo. Com o cuidado de si, o autor se distancia dos aspectos de dominação externa e passa a atentar-se para a "constituição do sujeito segundo procedimentos de uma ética apoiada na reflexão sobre si" (FONSECA, 2014, p. 78).

Mais precisamente, Foucault resgata os pensadores antigos para mostrar um “exemplo de uma experiência ética que implicou uma conexão muito forte entre o prazer e o desejo” (FOUCAULT, 2010a, p. 303). Vale frisar que isso não significa buscar na literatura da antiguidade a concepção de homem, para então compreender a concepção da era moderna. Além disso, não se trata de uma contraproposta a uma teoria geral da moral como pretendido por Kant.

Sua intenção é mostrar que, em outros contextos, a vida foi experimentada de um modo diferente. Nesta direção, o autor sustenta que a existência, de maneira geral, possuía um sentido distinto para os sujeitos. Assim se guiava por outros parâmetros os quais não partiam da noção de sujeito enquanto homem de desejo - como é o caso na modernidade. Estes parâmetros de existência estão circundados pelo campo de possibilidades da antiguidade e são compreendidos por Foucault a partir de seus valores e preceitos. O autor busca mostrar não apenas um código antigo do que seria lícito ou proibido, mas, principalmente, os aspectos culturais apreciados, valorizados ou aqueles negados.

O que Foucault pretende ao explorar uma ética que se mostra diferente da ética contemporânea é uma tentativa de abordar o que ele considera como o maior problema da filosofia nos nossos dias: “(...) nos libertarmos tanto do Estado quanto do **tipo de individualização** que a ele se liga”. Isto para o autor é possível apenas ao se “promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (FOUCAULT, 2010a, p. 283).

Vale ressaltar que o que Foucault pretende com essa vasta exploração do pensamento antigo não se trata de afirmar a ética grega como modelo a ser seguido pela sociedade atual. Tampouco pretende mostrar a conduta grega como alternativa, uma vez que o que se pretende não é uma “história das soluções” (DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 299).

Ao contrário, afirma: “Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. (...) minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista”. Isto quer dizer que o mundo antigo não é visto como modelo, mas possui grande importância ao mostrar, pelas diferenças, que as condutas que tratamos como da “natureza humana” podem não ser. De acordo com Foucault (2010a, p. 283):

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, **mas recusar o que somos**. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

Dessa maneira, a partir da apreciação de diversas correntes da filosofia antiga - de Sócrates aos pensadores helenísticos como Sêneca, Epicuro e Epicteto -, Foucault destaca o “epimelía heautoû” da cultura grega como nóculo central destes valores: o cuidado de si.

Esta forma de existência grega tem como fundamento principal a ideia de vida como obra de arte. Diferentemente da modernidade, em que o que importa é a própria plenitude por meio da ciência psicológica, Foucault (2014) sustenta que, para os gregos da antiguidade, o que importava era criar-se a si mesmo e conduzir a vida de modo, acima de tudo, belo. Por isso, em seu último livro da série História da Sexualidade, Foucault (2014) destaca de tantas maneiras este modo de viver como uma “estética da existência”.

Não temos que escolher entre o nosso mundo e o mundo grego. Mas, desde que possamos ver claramente que alguns principais princípios de nossa ética foram relacionados num certo momento, a uma estética da existência, acho que este tipo de análise histórica pode ser útil (FOUCAULT, 2010a, p. 283, 305).

O que faz com que Foucault adote os gregos e romanos da antiguidade como foco de sua pesquisa é que em uma retrospectiva histórica, mesmo na idade média, aquilo que ele chama de substância da ética, ainda se localizava no campo do desejo. Assim, substância da ética se refere “à matéria a ser trabalhada pela ética”. Isto para Foucault (2010a, p.308) se relaciona com a reflexão: “qual aspecto ou parte de mim ou do meu comportamento relacionado à conduta moral?”.

Desse modo, Foucault (2010a) aponta que, na modernidade, representada pelo tratado moral de Kant, esta matéria ética reside no âmbito dos sentimentos e das intenções. Na idade média, da mesma forma, a ética recai sobre o desejo. E finalmente, na antiguidade greco-romana, Foucault constata que o conteúdo moldado pela ética não estava no campo das intenções ou do desejo, mas da prática e do prazer vinculados à *aphrodisia*.

Mais claramente, para exemplificar: enquanto para Santo Agostinho, pensador clássico medieval, o que o preocupava era qual “exatamente o tipo de desejo” que ele sentia pelo seu

jovem amigo; para um filósofo grego, o que importava era o ato de tocar ou não um jovem rapaz. Ainda que o sujeito pudesse ter um desejo distinto de seu código moral, sua ação ligada ao autocontrole era vista como uma virtude valorizada.

Portanto vale notar que, apesar de os códigos restritivos serem, em alguma medida, semelhantes nestes períodos, existe uma diferença na “maneira pela qual eles integram essas proibições a si” (FOUCAULT, 2010a, p. 297). E é justamente isto que marca na cultura greco-romana do segundo século d.C. a existência como obra de arte. Ao contrário do que acontecia na idade média, cuja normalização da conduta sexual ocorria por meio da religiosidade, Foucault (2010a, p. 297) afirma acreditar não haver “qualquer normalização, por exemplo, na ética dos estoicos.” Segundo o autor, o objetivo deste tipo de ética era, sobretudo, estético.

Isso quer dizer que, enquanto no cristianismo medieval as pessoas seguiam códigos restritivos para conquistarem a salvação do inferno, nas condutas pagãs da antiguidade a autorrestrição tinha como objetivo principal a garantia de uma vida bela (FONSECA, 2014, p. 81). Este detalhe acerca da autorrestrição é importante porque demonstra que a essência do sujeito moderno como sendo o desejo - conforme psicanálise - não encontra respaldo na história em sua totalidade.

É por isso que Foucault retrocede até o período antigo e é por isso, também, que seu foco abordou o tema da sexualidade. Uma vez que a psicanálise cunha com o complexo de Édipo uma teoria universal sobre a essência humana, Foucault caminha na história até encontrar um ponto em que o desejo não seja o alvo pretendido pela atuação do poder (MARIGUELA, 2007).

No terceiro livro da história da sexualidade, Foucault mostra que, com a decadência do império romano, as pessoas tornaram-se mais “dependentes de si próprias” e assim passaram a buscar na filosofia pensamentos que auxiliassem sua conduta privada. Foucault destaca que, com o enfraquecimento do quadro político e social, as doutrinas helenísticas como o estoicismo acabavam tamponando a ausência do suporte do império.

Além disso, convém notar que as doutrinas mais ligadas à austeridade da conduta – e em primeiro lugar pode-se colocar os estoicos – eram também aquelas que insistiam

mais sobre realizar os deveres com relação à humanidade, aos concidadãos e à família (FOUCAULT, 2010a, p.297).

É desta constatação que Foucault resgata o termo “tecnologia de si”. Ao passo que Sócrates diz “conhece-te a ti mesmo”, Foucault elenca o “torna-te quem tu és” nietzschiano.

Na filosofia, o imperativo “conhece-te a ti mesmo” surge em torno da figura de Sócrates. Em Defesa de Sócrates, Platão indica que conhecer a si mesmo constitui desdobramento do princípio do cuidado de si. A missão divina de Sócrates consiste em impelir os outros a se ocuparem de si mesmos, a terem cuidados consigo (CANDIOTTO, 2008).

Já no sentido Nietzschiano, tornar-se quem tu és significa uma construção do que antes poderia ser visto como “essência pessoal”. É importante deixar claro que isto se trata de um processo em que o sujeito age sobre quem ele é por meio de ações, práticas ou técnicas. De acordo com Dias (2011, p. 13), essa perspectiva nietzscheana “convida o ser humano a participar de maneira renovada na ordem do mundo, construir a própria singularidade, organizar uma rede de referências que o ajude a se moldar na criação de si mesmo”.

Assim, da mesma forma que Foucault conceitua o poder como um modo ação sobre a ação de outra pessoa, analogamente a “construção de si” pode ser entendida como um modo de ação sobre suas próprias ações. Esta definição leva em consideração um complexo cenário ao qual o sujeito está inserido. Não se trata de uma simples mudança na forma de pensar, mas diante dos regimes de verdade aos quais o sujeito está engendrado, as técnicas de si podem ser consideradas como uma relação de poder do sujeito sobre ele mesmo (FOUCAULT, 2014, p. 110).

Foucault (2010a, p. 312) esclarece, no segundo volume da *História da Sexualidade*, a relação entre a substância ética para os gregos e os meios para o assujeitamento a este modo de vida. Para o autor, os gregos possuíam um ideal de *aphrodisia* que poderia ser alcançado por meio de técnicas específicas direcionadas ao corpo e à economia. “Regras através das quais se define o papel do esposo, ou ainda a erótica como forma de ascetismo em relação a si mesmo no amor dos rapazes etc. - e a teleologia era a maestria de si”.

Com sua genealogia da ética, Foucault mostra que acontece uma mudança entre a primeira e a segunda fase da antiguidade (antiguidade clássica e helenística). De maneira geral, para os clássicos, as tecnologias de si já podiam ser percebidas; mas apenas com o declínio das

cidades houve uma “modificação do papel dos homens na sociedade, tanto em seus lares, com relação as suas esposas, como também no campo político...” (FOUCAULT, 2010a, p. 312).

Portanto, apesar da “substância ética” continuar sendo a mesma - a aphrodisia - o modo de sujeição é alterado. Isto é, “o tipo de técnicas utilizadas para reconhecer, para constituir-se como sujeito ético” (FOUCAULT, 2010a, p. 312). Toda essa questão é importante para mostrar a razão pela qual Foucault se interessa tanto por este período histórico tratado no cuidado de si. O autor é muito preciso ao enfatizar o fato de que, da mesma forma que na Antiguidade Clássica, a “maestria de si” é empregada para o governo dos outros e, na Idade Média, o poder pastoral também se trata de uma relação de poder sobre o outro. A grande marca da antiguidade imperial é que, ao contrário destes casos, neste contexto o poder é exercido do sujeito sobre o próprio sujeito.

Técnica de si e arte da existência são conceitos diretamente associados, sobretudo na cultura greco-romana, cujo conceito de técnica e arte não possuía sentidos opostos como é na atualidade. Resumidamente, esta relação implica que: o cuidado de si é possibilitado por meio de técnicas praticadas pelos sujeitos para uma existência bela como uma obra de arte. Assim Foucault (2014, p. 58) conceitua o cuidado de si:

o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é, em todo caso, um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele consistiu assim em uma prática social (FOUCAULT, 2014, p. 58).

Nisto fica clara a relação entre técnicas de si e ações práticas para o suporte da vida. Essas práticas vão desde o desenvolvimento de habilidades, até o controle do corpo e da mente. Para Foucault (2010a, p. 319) não se pode aprender a arte de viver sem um “treinamento de si por si”. São treinamentos como abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta. Além disso, vale frisar que os cuidados do corpo e da mente se encontravam vinculados neste conceito:

Os males do corpo e da alma podem comunicar-se entre si e intercambiar seus males: lá, onde os maus hábitos da alma podem levar a misérias físicas enquanto que os excessos do corpo manifestam e sustentam as falhas da alma (FOUCAULT, 2014, p. 73).

Por fim, pode-se compreender a ideia de experiência de si como algo que vai além de uma “força dominada, ou de uma soberania exercida sobre uma força prestes a se revoltar” (FOUCAULT, 2014, p. 85). Acima de tudo, o cuidado de si no mundo grego dos primeiros séculos se trata de uma forma de “prazer que se tem consigo mesmo” (FOUCAULT, 2014, p. 85).

1.3. Sujeito e prática política: o cuidado de si

De acordo com Fonseca (2014, p. 109), ao estudar a constituição ética do sujeito moral da antiguidade, Foucault permanece fiel à sua intenção de pensar a ética da contemporaneidade à luz de uma “ontologia do presente”. Além disso, tem como intuito refletir sobre as lutas atuais contra as formas de dominação, exploração e subjetivação.

Uma vez que a contemporaneidade, assim como a antiguidade, não possui mais uma ética guiada pela religião - e tampouco acredita que o sistema legal possa suportar a conduta cotidiana - ao se pensar em uma nova alternativa de organização de vida na atualidade, ou uma nova forma de conduta – ética –, a pergunta, “quem somos nós”, é imprescindível (DREYFUS; RABINOW, 2010). Para Foucault:

Os recentes movimentos de liberação sofrem com o fato de não poderem encontrar nenhum princípio que sirva de base à elaboração de uma nova ética, porém não conseguem encontrar outra senão aquela fundada no chamado conhecimento científico do que é o eu do desejo, do que o inconsciente etc (FOUCAULT, 2010a, p. 299).

Como visto, ao se referir aos movimentos sociais, Foucault adota o termo “movimentos de liberação”. Efetivamente, a pesquisa acerca da constituição do sujeito pode ser útil aos grupos que lutam por mudanças nas dinâmicas de injustiças sociais. Isso porque tais grupos objetivam romper alguma forma de opressão, seja um caso de dominação, exploração ou subjetivação.

Para com Orellana (2008), ainda que o tema “liberdade” possa parecer pouco trabalhado por Foucault, visto que sua notoriedade se deu pela questão do poder, este tema está presente como um contraponto em toda sua obra. De acordo com o autor, o pensamento foucaultiano poderia ser considerado como uma “filosofia da liberdade”. O fato de Foucault ao longo de

sua carreira perseguir obstinadamente as mais sofisticadas “estratégias de sujeição”, – e assim problematizar as experiências consideradas como ápice da libertação –, não se contrapõe a uma busca intensa por possíveis “práticas de liberdade”.

Este equívoco pode acontecer porque para Foucault pensar o poder como algo que possa ser removido das relações humanas, além de não ser possível, não seria um modo real de libertação. No entanto, isto não quer dizer que o filósofo defenda a complacência frente às situações de opressão na sociedade, tampouco que considere que se deva sucumbir aos problemas da atualidade. O que ocorre é que, uma vez que para Foucault o poder não é visto essencialmente como algo negativo e repressor, as estratégias sociais não deveriam se guiar pela luta contra o poder uma vez que não existe uma fronteira exterior às relações de poder. Ou seja, as lutas sociais devem ser desdobradas dentro da arena das relações de poder, ativando seus contradiscursos, saberes e práticas capazes não apenas de resistir, mas de, eventualmente, sobrepujar o poder que originalmente as constrangiam.

Especialmente nos casos de lutas coletivas contra as formas de subjetivação, o processo de libertação deve ser pensado de forma ainda mais cuidadosa. O risco, nestes casos, se trata de se “remeter à ideia de que exista uma natureza ou uma essência humana que, após certo número de processos históricos, econômicos e sociais, foi mascarada, alienada ou aprisionada por mecanismos de repressão” (FOUCAULT, 1984, p. 100). Pensar desta maneira implicaria que as lutas sociais pudessem simplesmente buscar ultrapassar tais aprisionamentos, o que para Foucault (2010a) não é o que garantiria uma libertação plena da subjetividade.

Para Orellana (2008), o modo pelo qual Foucault aborda esta questão é apontando a distinção entre dois processos que, em outras perspectivas, poderiam ser vistos como sinônimos: “prática de liberação” e “práticas de liberdade”. Para o autor, a liberação acontece, por exemplo, quando um povo se liberta de seu colonizador. Já as práticas de liberdade não são garantidas com este processo objetivo de liberação. Estas, por outro lado, seriam aquelas relacionadas às “formas aceitáveis e satisfatórias” de existência, que os indivíduos de tal comunidade poderiam utilizar para a organização de vida cotidiana em sociedade (FOUCAULT, 2010a).

De acordo com Orellana (2008), um dos exemplos que Foucault utiliza para tratar este problema é o caso dos movimentos de liberação da sexualidade. Estes movimentos, ao buscarem libertar os sujeitos de uma repressão cultural da sexualidade, procuram retornar a um suposto estado natural do ser humano, cuja essência seria alçada apenas com a liberdade plena. Contudo, uma vez que para Foucault as teorias que relacionam a essência humana ao desejo são, elas mesmas, frutos de formações discursivas, seu processo de liberação, apesar de possível, não retoma o indivíduo a sua imaginada forma pura e original. Para Foucault (1987), este seria um significado reducionista e pouco frutífero para a ideia de liberdade.

Dessa forma, ao seguir a perspectiva do sujeito como constituído pelo poder sem uma essência original a ser retomada, resta aos movimentos de liberação pensar em uma nova alternativa, uma nova ética. Assim, para Soler (2008, p. 579), “a questão não passa pelo desvelamento nem pelo retorno à nossa matriz identitária, mas sim pela intensa relação política dos modos pelos quais a subjetividade é produzida nos seus mais variados dispositivos e agenciamentos”.

Mais claramente, isto quer dizer que “sair vitorioso” de uma revolução não garante a liberdade. Este pensamento é alinhado ao preceito de poder no pensamento foucaultiano, o qual sustenta que liberdade não é oposto ao poder. Nesta perspectiva, ao contrário, apenas há poder onde há liberdade. Vale lembrar que este preceito está no cerne da definição de poder em Foucault, tendo em vista que, para o autor, poder é um modo de ação sobre a ação do outro. Dessa forma, é necessário que o outro seja livre para agir, já que, caso contrário, não se é possível pensar em uma relação de poder, mas sim de violência, dominação ou repressão (FOUCAULT, 2010a).

Além disso, Foucault (2004) é ainda mais emblemático ao afirmar que “(...) nós sempre seremos livres”. Isso porque, diante de seu sentido filosófico foucaultiano, liberdade é algo praticável. Entretanto, se o poder tende a se sofisticar exercendo-se de maneiras cada vez mais articuladas, as práticas de liberação tendem a demandar estratégias cada vez mais acuradas. Por isso, para Orellana (2008, p. 41), “quanto mais profundo e envolvente o labirinto do poder, mais intrincado e complexo será o trabalho da liberdade”. E ainda, “uma microfísica do poder corresponde a uma microfísica da liberdade” (ORELLANA, 2008, p. 41).

Neste sentido emerge o conceito de política. Sob a dinâmica entre o assujeitamento e a liberação, existe um “campo de batalha em que cada parte articula sua estratégia atenta aos movimentos táticos do outro” (ORELLANA, 2008). Assim, política pode ser compreendida como este jogo entre formas de existir que são provenientes de um constante conflito em meio à liberdade. Foucault demonstra que “os jogos de poder são dinâmicas que se articulam entre liberdades, com estratégias que pretendem determinar a conduta de outros e que provocam outras estratégias em resposta a estes esforços”.

Pode-se dizer que o grande esforço de Foucault em toda sua trajetória foi mostrar que os cenários sociais, por não possuírem essência fixa, podem ser transformados. As formas de assujeitamento, sobretudo, são constantemente resistidas no decorrer da história e possuem situações transitórias. Ao desassociar o poder de um sentido negativo, Foucault não nega a urgência da libertação de situações de dominação e assim vislumbra um cenário em que os jogos de poder operem com o “mínimo possível de dominação” (ORELLANA, 2008, p. 48).

O cuidado de si revela-se como um importante elo em toda a obra foucaultiana. É uma concepção importante para garantir este espaço que tende à redução da dominação e à circulação mais livre das relações de poder. Mais do que uma história objetiva da ética greco-romana, pode representar também uma teoria política no sentido da transformação de cenários sociais. Isso porque parte da mudança como pressuposto e possibilidade na medida em que enxerga o poder como fruto da liberdade em seu sentido amplo. Dessa maneira, conecta profundamente existência e transformação na própria experiência dos sujeitos em sociedade. Ou seja, trata-se de uma “política da arte de viver como um combate” (SCHIMID, 2002, p. 344).

Por fim, ultrapassa o ideal revolucionário de libertação por meio do extermínio do poder, cuja aparência utópica enfraquece sua credibilidade perante os movimentos sociais. Por outro lado, afirma que a transformação de si não é mais simples que a transformação do outro, pois parte da resistência a um complexo sistema de assujeitamento. Assim, pode-se concluir que “a verdadeira tarefa política consiste em defender, reafirmar e reinventar o âmbito em que o indivíduo exerce transformações sobre si mesmo” (ORELLANA, 2008, p. 48).

2. Feminismo como um campo politicamente contestado

Esta abordagem teórica será organizada em três seções. Primeiramente, para que seja possível situar o leitor neste campo dissonante, será traçado um breve contexto do movimento feminista. Naturalmente, ao dar continuidade à perspectiva deste trabalho, esta intenção se distancia da presunçosa tentativa de contar uma história única deste movimento no mundo. Por isso, ao invés de um histórico geral do feminismo, como poderia ser esperado, propõem-se algumas notas sobre o feminismo na história ou, ainda, algumas histórias do feminismo.

É importante não perder de vista que o grupo a ser abordado por este trabalho se trata de um coletivo que se guia, declaradamente, por uma vertente feminista denominada “Feminismo Marxista”. Vale lembrar que a Casa Tina Martins é um desdobramento da ação política de mulheres de um movimento social chamado Olga Benário. Este nome, ao homenagear uma renomada militante do Partido Comunista Alemão, explicita desde o início o posicionamento do grupo. Por essa razão, é importante para a pesquisa que este tema seja tratado de forma cautelosa e aprofundada.

Além disso, visando resgatar uma perspectiva teórica que abarque os objetivos deste trabalho, pretende-se apontar interlocuções possíveis entre o pensamento sobre a subjetividade de Michel Foucault e a luta feminista. Para tanto, serão elencadas autoras contemporâneas pós-estruturalistas que abordem as principais demandas do movimento. Estas demandas de acordo com Santos et al. (2016) se relacionam à questão da dicotomia público/privado; a desnaturalização das hierarquias sociais; e a relação igualdade/diferença nas lutas por democratização da sociedade.

A temática da violência contra mulheres aparece como pano de fundo a todas essas discussões. Apesar disso, é fundamental que este aspecto tenha sua centralidade devidamente tratada neste referencial. Portanto, no decorrer da abordagem das principais teóricas apreciadas, será dado um foco especial à forma em que elas abordam este problema. Sobretudo, pretende-se compreender a maneira pela qual tais pesquisadoras compreendem a violência em sua multiplicidade de dimensões. Dessa maneira, não apenas a agressão física será abordada em termos de análises estatísticas, mas buscar-se-á compreender a violência em

seus aspectos simbólicos e subjetivos, considerando as interseccionalidades entre classe social, gênero e sexualidade.

Vale dizer que, no decorrer de todo o trabalho, não foi empregado o termo “feminismos” (no plural) como é feito por algumas vertentes atuais. Isto foi feito não para negar a pluralidade do movimento, mas justamente por não pretender fugir destes pontos de tensão que nutrem uma “batalha” intensa dentro do próprio movimento. O uso do termo feminismo no plural, apesar de ter a intenção de evidenciar sua pluralidade, pode também denotar que tais vertentes coexistem em plena harmonia. Isto, em um campo discursivo, pode ser problematizado visto que muitas de suas correntes são antagônicas. Dessa forma, o movimento vivencia constantes conflitos em suas práticas e estratégias, de forma a colocar as mulheres feministas frente à necessidade de um diálogo capaz de lidar com tais problemas.

Por fim, a organização desta breve introdução ao feminismo foi feita pela separação em ondas. Este termo, de acordo com Consolim (2017b), refere-se a

um projeto inacabado, ainda em construção, e apresenta dois sentidos – o primeiro corresponde a um parâmetro cronológico, de gerações, enquanto o segundo diz respeito às sucessivas e contrapostas construções teóricas e práticas sobre o tema.

Sendo assim, esta forma de apresentar a trajetória do movimento tem sido utilizada não para enquadrar as fases do feminismo como momentos terminados e superados, mas justamente para mostrar que os preceitos que ganharam força em cada um destes períodos se disseminam por toda sua história, dando suporte às estratégias da atualidade.

2.1. Contextualização: histórias do feminismo

Se fosse possível retroceder na história humana até encontrar na cultura, ocidental ou oriental, um momento no qual não houvesse nenhum agrupamento de mulheres organizadas contra impactos negativos de uma sociedade patriarcal, talvez este pudesse ser um bom marco para o início de uma história do feminismo. Entretanto, uma vez que este trabalho não segue uma perspectiva a qual enxerga a história como algo perfeitamente linear, admite-se que o

feminismo não possui um único momento e local de origem (BEASLEY, 1999). A partir disso, a definição de feminismo que se aproxima mais desta perspectiva é a proposta por Consolim (2017b, p. 1) como “qualquer movimento que lute pelos direitos das mulheres, (...) mesmo que não se denomine como tal”.

Não obstante, para começar, é importante esclarecer, afinal, do que se trata este termo. Um movimento social, uma teoria, uma epistemologia, uma perspectiva de vida, um pensamento filosófico? São estes os termos que costumam acompanhar a palavra feminismo, cuja definição no dicionário encontra-se tão esparsa quanto na literatura. Isto pode ser visto pela comparação das seguintes definições resgatadas de dois dicionários da língua portuguesa.

Movimento articulado na Europa, no século XIX, com o intuito de conquistar a equiparação dos direitos sociais e políticos de ambos os sexos, por considerar que as mulheres são intrinsecamente iguais aos homens e devem ter acesso irrestrito às mesmas oportunidades destes (MICHAELIS, 2015).

Movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou a equiparação dos seus direitos aos do homem (AURÉLIO, 2004).

Nos dois casos, as definições vinculam-se à ideia de um movimento que busca a igualdade de direitos civis, políticos e sociais entre homens e mulheres. Fliss (1994), em uma tentativa de definir o feminismo, suspeita de uma tendência estadunidense de moldar em termos legais qualquer problema de cunho político ou social. Esta afirmação já levanta uma controvérsia do tema, a reflexão sobre o que se espera de uma sociedade efetivamente igualitária. Além disso, tal definição de igualdade em termos de direitos civis entre homens e mulheres não tem sido suficiente para abarcar a complexidade do tema na vida cotidiana.

Uma definição objetiva como essa se mostra problemática visto que, além da questão extrapolar a dimensão legal, ainda, as diferenças sociais entre homens e mulheres precisam admitir as diferenças existentes nestes próprios grupos. Desse modo, pode-se dizer que a definição destas categorias, baseando-se exclusivamente na divisão binária entre os sexos, suprime um universo de diferenças entre eles. Isso porque o ideal de sujeito feminino universal, que leva em consideração apenas o quesito biológico, é um conceito particular e específico de apenas algumas vertentes das ciências humanas, não representando a totalidade do pensamento acerca deste tema.

Dessa forma, se feminismo é a luta pelos direitos de um grupo da sociedade identificado como “mulher”, a pergunta, “qual mulher” é indispensável quando neste grupo existem sujeitos com demandas muitas vezes antagônicas.

Em relação ao âmbito acadêmico, Matos (2010) aponta para uma série de estudos classificados por ela como “protagonizados pela luta feminista de mulheres” os quais têm alterado substancialmente as teorias no campo social, cultural e político. Isso quer dizer que o feminismo no mundo científico não se encontra no interior de alguma destas disciplinas, mas está para além delas; de modo que é possível que o feminismo seja considerado mais do que um tema de estudos, mas, acima de tudo, como uma forma revolucionária de se construir o próprio conhecimento científico (RAGO, 1998).

Ao se propor uma contextualização geral do movimento no mundo, é importante notar a relação entre feminismo e o contexto social patriarcal. Isso é importante, uma vez que, entre a origem do patriarcalismo e a considerada primeira obra feminista da inglesa Mary Wollstonecraft em 1759, houve um longo percurso histórico que não pode ser ignorado. Quanto ao patriarcalismo, Lerner (1982) mostra que este foi militarmente imposto nas primeiras civilizações antigas ainda por volta do segundo milênio A.E.C.⁸.

Para a autora, isto pode ser visto na análise das leis assírias, as quais atribuíam punições físicas às mulheres desvinculadas a algum homem – filha, esposa, concubina ou escrava –, que utilizassem um véu, símbolo de respeito na cultura oriental. De acordo com Lerner (1986), ao se falar de feminismo, é importante evidenciar o patriarcalismo como algo não natural, mas imposto na cultura por meio de ações violentas antes mesmo do mundo ocidental começar a se desenvolver.

Ainda assim, tornou-se convencional apontar como campo seminal do feminismo a França do século XIX. Para Offen (1988), a palavra feminismo é um neologismo, que, apesar de ter sua criação atribuída ao socialista francês Charles Fourier no final do século XVIII, ainda levanta polêmica quanto a sua origem. A autora destaca que, em 1892, a ativista Eugénie Potonié-Pierre criou na França o "movimento feminista", bem como afirmou ter, ela mesma, cunhado este termo. De qualquer modo, Offen (1988) afirma que esta palavra passou por um longo

⁸ Antes da era comum

processo de consolidação e apenas ganhou força na língua francesa no final do século XIX, ao ser popularizada não apenas na França, como também na Bélgica, Suíça e Inglaterra.

2.1.1. Linhas que se cruzam: ondas do feminismo

De acordo com Bloch (2006), apesar de normalmente as escritoras Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft serem consideradas as “fundadoras do feminismo”, muitas acadêmicas atuais denunciam o viés eurocêntrico e elitista em enxergar no iluminismo moderno um berço das primeiras conquistas consideradas como feministas. Isso porque, apesar de ter sido neste contexto que as mulheres brancas lutaram pelos seus direitos políticos, vincular a luta feminista apenas a esta questão é compreender como mulher somente uma pequena parcela privilegiada deste grupo social.

Isto evidencia desde o início a complexidade de uma delimitação do feminismo. Enquanto um grupo de mulheres reivindicava, por exemplo, o direito de trabalhar, outro grupo, como o das mulheres negras, nega esta demanda como uma preocupação prioritária. Sobretudo porque estas afirmam nunca terem sido poupadas do trabalho, mas que, pelo contrário, foram utilizadas como mão de obra massiva desde o período da escravidão.

Por exemplo, trabalhar fora sem a autorização do marido jamais foi uma reivindicação das mulheres negras/pobres, assim como a universalização da categoria mulheres, tendo em vista a representação política, foi feita tendo como base a mulher branca, de classe média (RIBEIRO, 2014).

Apesar disso, a chamada “primeira onda” representa um marco importante para a compreensão da trajetória do movimento feminista ocidental. Esta fase ficou conhecida por reivindicar a “igualdade jurídica, o direito ao voto e o acesso à instrução e às profissões liberais, além da oposição a casamentos arranjados e à propriedade de mulheres casadas por seus maridos” (CONSOLIM, 2017b). Para Cypriano (2013), este momento conhecido como sufrágio ficou marcado como uma fase “bem comportada” do movimento feminista. E, além disso, é importante notar que ocorreu em um contexto, cujo desenvolvimento econômico liberal corroborava as ideias de liberdade individual e igualitarismo.

Apesar de todas as críticas, tanto no sentido de questionar os fundamentos pró-capitalistas do cenário estadunidense quanto sobre o foco do movimento se restringir aos problemas das mulheres brancas de classe média, esta fase não pode deixar de ser mencionada. Ela representa uma importante conquista do movimento em diversos países que é o direito ao voto. No Brasil, houve reflexos desse cenário, e, em 1932, mulheres que tivessem alguma profissão remunerada puderam votar pela primeira vez (CONSOLIM, 2017a).

Após algum tempo, as décadas de 70 e 80 formaram o cenário do que se chama de segunda onda do movimento. Neste período, o movimento de mulheres passou a se debruçar sobre questões que tocavam aspectos culturais mais efetivos da vivência cotidiana e política das mulheres.

Com a célebre frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Simone de Beauvoir (1980, p. 9), uma das principais escritoras da “segunda onda”, explicita a separação entre sexo biológico e expressão cultural. Além disso, retomando as manifestações do século XIX, houve um aprofundamento nas lacunas deixadas por esta fase, visto que a garantia do voto e a inserção das mulheres no mercado de trabalho não apresentavam muita efetividade em um cenário economicamente desigual. Isso porque, na medida em que as mulheres acabaram se inserindo em um sistema de salários inferiores, foram também sendo vinculadas culturalmente à imagem idealizada de esposa e mãe, fazendo com que estas retornassem ao espaço doméstico e mantendo as conquistas apenas em um âmbito formal.

Dessa forma, este período ficou caracterizado mais fortemente pela emergência de movimentos que protestavam por “assuntos de particular interesse das mulheres, como a violência doméstica, as creches, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos” (ALVAREZ apud CYPRIANO, 2013, p. 22). No Brasil, este momento foi vinculado ao cenário de ditadura militar dos anos de 1970, cuja intensa repressão política corroborava a repressão patriarcal. Isto reforçou a emergência de discussões que foram deslocadas do âmbito da igualdade para as questões relacionadas a estratégias de liberação em questões culturais como a discussão sobre a sexualidade feminina e as demais relações de poder (MATOS, 2010).

Este período do feminismo merece ser tratado com maior profundidade nesta seção. Isso porque foi neste momento que o feminismo marxista tornou-se mais proeminente (SARTI,

2004). Esta perspectiva, a partir de sua análise crítica do sistema capitalista enquanto explicação das formas de desigualdade, tem abordado de forma profunda as opressões de gênero, raça e sexualidade ao considerar tais categorias como imbricadas na constituição das classes sociais.

Diversas são as estudosas desta vertente, que até a atualidade representa uma voz potente no movimento. Mesmo ao ser considerada como uma fase do feminismo, esta possui também sua própria pluralidade. De acordo com Pedro (2006, p. 250), “o feminismo que foi retomado no Brasil na década de 1970 tem histórias entrecruzadas e conflitivas”. O evento patrocinado pela ONU, denominando 1975 como o Ano Internacional da Mulher, teve no Brasil papel importante e muitas vezes é apontado como um dos marcos iniciais da segunda onda do feminismo.

A despeito desta pluralidade de perspectivas, dentre as diversas narrativas de origem do “ressurgimento” do feminismo no Brasil e no mundo, certamente a superação dos governos ditatoriais aparece como cenário deste processo, bem como remete ao peso das influências dos movimentos de esquerda nesta fase do feminismo. Neste contexto, duas vertentes costumam ser lembradas: uma proveniente dos Estados Unidos, cujo foco estava mais relacionado à “transformação pessoal e cultural” (PEDRO, 2006); a outra, vinda da França, a qual era essencialmente marxista.

Isto pode ser visto, como mostra Goldberg (1987), pela participação das mulheres integrantes do PCB – Partido Comunista Brasileiro – no Centro da Mulher Brasileira criado em função dos eventos da ONU referidos acima. Goldberg (1987) relata que, apesar de inicialmente este grupo possuir um caráter mais liberal, a partir de 1977, era majoritariamente marcado pelo pensamento marxista.

Dentre diversos nomes importantes para a luta feminista no Brasil neste período, destaca-se Heleieth Saffioti como uma das autoras dessa vertente, a qual evidenciava a profunda relação entre o sistema capitalista e a exploração das mulheres. E ainda, esta abordagem, naturalmente, leva em consideração a influência de outras dimensões sociais como raça ao compreender as questões referentes à classe social como algo intrínseco na opressão de gênero.

Na contramão dos que entendiam que o capitalismo abria portas para a emancipação feminina por meio da entrada das mulheres no mercado de trabalho, Saffioti advertiu que era o contrário que ocorria. O modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina (GONÇALVEZ, 2011, p. 125).

Tendo em vista que o termo “ondas” é utilizado justamente para evidenciar que estes momentos não são fases acabadas, o feminismo marxista representa uma vertente potente do movimento até a atualidade. De maneira breve, cita-se o trabalho de Silvia Federici (2017) como uma dessas vozes que tem abordado os pontos de tensão do feminismo sob esta ótica de maneira renovada. Para isso, a autora parte da apropriação teórica e da análise crítica de teóricos fundamentais como Karl Marx e Michel Foucault para mostrar de maneira profunda como ocorre a exploração feminina no contexto capitalista.

A autora realiza uma análise histórica que remete ao período da baixa idade média para compreender as raízes da opressão das mulheres no cenário capitalista contemporâneo. Federici (2017) começou a explorar seu campo de pesquisa sobre as mulheres no sistema feudal e, com sua obra “Calibã e a Bruxa”, propõe que tanto os feminismos radicais quanto o feminismo socialista desconsideram a esfera da reprodução como “fonte de criação de valor e exploração” (FEDERICI, 2017, p.6).

Assim, esta obra pode ser usada como emblema desse momento marxista visto como corrente potente até a atualidade. Um de seus resultados mais importantes é a constatação sobre a divisão sexual do trabalho, caracterizado principalmente pelo trabalho doméstico não remunerado. E acima disso, Federici (2017) ainda mostra esse fenômeno como a base que possibilitou a formação do próprio capitalismo e, por conseguinte, todas as formas de exploração da classe trabalhadora, incluindo homens e mulheres.

Por fim, o patriarcado, por esta ótica, está no cerne da divisão de classes, de modo que a luta pela subversão das relações de produção capitalista deve ser o alvo também da luta feminista; de modo que, nos processos de exploração da força de trabalho, “as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas” (FEDERICI, 2017, p. 28).

A transição entre a segunda e a terceira onda decorreu da participação das mulheres na resistência contra governos ditatoriais na elaboração dos processos de redemocratização dos

países, bem como na institucionalização da “discussão das diferenças intragênero (ou seja: entre as próprias mulheres)” (MATOS, 2010, p. 68). Neste sentido, outras formas de organização coletiva puderam emergir frente ao Estado. Matos (2010) pontua, como principais mudanças da “terceira onda”, iniciativas que vão desde a criação de conselhos institucionais e delegacias especializadas no atendimento às mulheres até a participação destes grupos na Assembleia Constituinte de 1988 explicitando as demandas de “mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais, etc” (MATOS, 2010, p. 68).

Neste cenário, cujo início se deu na década de 90, o protagonismo das mulheres negras deve ser destacado. Apesar disso, é importante notar que, desde o final dos anos 70, feministas negras nos Estados Unidos, como Beverly Fisher já denunciavam a invisibilidade das mulheres negras nas lutas feministas (RIBEIRO, 2014). Retrocedendo ainda mais na história, trabalhos pós-estruturalistas ou pós-coloniais costumam evidenciar o discurso de Sojourner Truth ainda em 1851 como retrato da reflexão seminal acerca do problema da universalização da mulher branca enquanto sujeito do feminismo:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

Nesta direção, vale trazer também o pensamento de Judith Butler. Esta autora, apropriando-se de autores da filosofia que se empenharam nas teorias sobre o sujeito como Freud, Heidegger, Nietzsche e Foucault, demonstra o quão problemático é a ideia de sujeito feminino universal como centro do movimento feminista. Para isso, a autora mostra que, ao se utilizar a categorização mulher para todos os grupos sociais do gênero feminino, exclui-se uma série de diferenças constituintes da subjetividade como classe social, raça e sexualidade, etc (BUTLER, 2011).

Vale destacar que, ainda que Simone de Beauvoir já tivesse apontado para as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres como decorrentes de fatores culturais (e não naturais), Butler (2011) se aprofunda neste assunto com a concepção de performatividade de gênero. Para a autora, o comportamento estereotipado ligado aos sexos de forma binária remete à

ideia da construção discursiva da realidade. Com isso, Butler (2011) elabora a noção de matriz heterossexual, ou heteronormatividade de gênero, que se trata da ação de micromecanismos de poder que, de forma hegemônica, sobrepõem compulsoriamente o desejo e o comportamento cultural ao corpo anatômico sexuado. Ainda, na terceira onda, autoras pós-estruturalistas, como Paul Beatriz Preciado (2014), vão questionar inclusive a formação do próprio corpo como algo não dado a priori, mas construído nas relações de poder.

Esta produção teórica estadunidense toca a luta feminista no âmbito público na medida em que, de acordo com Ribeiro (2014), “a relação entre política e representação é uma das mais importantes no que diz respeito à garantia de direitos para as mulheres”. Assim, torna-se indispensável a reflexão sobre a representação feminina nos partidos políticos, de modo que o diálogo entre Estado e sociedade civil seja efetivamente democrático. Neste sentido, pensar na constituição do sujeito feminino é fundamental para que o movimento não exclua as demandas das mulheres que estão fora da hegemonia racista e heteronormativa, como é o caso dos sujeitos transgênero, que, por muito tempo, tiveram (e ainda podem ter) sua participação no feminismo colocada sobre discussão.

O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes nesse ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões como racismo, lesbofobia, transmisoginia, urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, **e não mais como assuntos secundários** (RIBEIRO, 2014).

Por fim, o termo interseccionalidade ou “fluxo horizontal do feminismo” são questões fortemente abordadas pela suposta “quarta onda” do movimento. Matos (2010) propõe este momento como uma onda distinta, uma vez parte de uma visão declaradamente anticapitalista e pós-colonial. Matos (2010, p. 71), embasando-se em Fraser (1995) e Mohanty (1984), acredita que esta perspectiva pode ser exercida por meio tanto do esforço em institucionalizar o poder político de mulheres que atendam claramente o “recorte racial, sexual e etário” quanto a partir da elaboração de um feminismo que estenda suas ações a outros movimentos sociais organizados em função de uma visão que esteja nas margens do norte global.

Esta perspectiva tem influenciado muitas estudiosas atuais e tensionado diversos conceitos caros ao feminismo como a própria concepção de gênero, vastamente disseminada no ocidente desde a década de 90. Para Mayorga et al. (2013, p. 464), isto tem “colocado questões sobre a possibilidade de uma unidade na ação política feminista, sobre o sujeito do feminismo e, conseqüentemente, sobre qual projeto de sociedade deve orientar essa ação”.

Este momento do feminismo, ao partir de um olhar de suspeita à hegemonia do norte global é representado por autoras que transitam por diversas formas de opressão. Destaca-se, neste cenário, Glória Anzaldúa, Monique Wittig, Ochy Curiel como autoras contemporâneas que tem proposto ao movimento feminista olhares que fujam do imperialismo econômico e cultural norte-americano (MAYORGA et al., 2013). Este movimento tem sido fundamental para abordar de forma menos objetificante grupos dissidentes que trazem ao feminismo pontos de conflito desde sua concepção; grupos estes formados por “mulheres com experiências sociais e políticas distintas, como prostitutas, negras, lésbicas, heterossexuais, ateias e católicas, dos movimentos sociais, da universidade e do poder público, etc” (MAYORGA et. al., 2013, p. 464).

Por fim, a despeito destes assuntos estarem no cerne da “quarta onda” do movimento feminista, eles também estão presentes e podem ser abordados por todas as demais ondas mencionadas. Isto reforça a ideia exposta por Ribeiro (2014) ao dizer que “não existe apenas um enfoque feminista, há diversidade quanto às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes”. Isto quer dizer que esta separação por “ondas” é importante para uma compreensão didática da histórica do movimento, e não para a determinação estanque de suas ações e estratégias políticas.

2.1.2. Feminismo como resistência às violências domésticas

No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. Koerner mostra que a relação sexual da mulher, fora do casamento, constituía adultério – o que pelo livro V das Ordenações Filipinas permitia que o marido matasse a ambos. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido

mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite. Entretanto, alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira (BLAY, 2003, p.87).

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, o qual visa compreender a experiência política de mulheres no sentido do combate à violência de gênero, é importante o aprofundamento no vasto campo teórico relacionado a este fenômeno. A violência contra mulheres está na sociedade civil, no Estado, na mídia, nas instituições, na cultura e na arte, na política, no mercado de trabalho, no espaço privado das casas e nas relações familiares (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Este fenômeno tem diversas dimensões – psicológica, física, sexual e econômica – e se exerce de diversos modos, como assédio sexual, estupro, lesões corporais, ameaças e assassinatos (TELES e MELO, 2002). Toda esta complexidade é refletida na árdua tentativa de desnaturalização deste problema no imaginário social. Diante disso, esta seção do trabalho visa abordar esta temática elucidando algumas destas dimensões, bem como mostrar as formas em que algumas vertentes do feminismo teorizam acerca deste tema tendo em vista sua erradicação.

De acordo com Teles e Melo (2002), a mídia retrata diariamente a violência contra as mulheres. Entretanto, os fatos extremos e escandalosos que contribuem para o aumento da audiência são enfatizados em detrimento de diálogos mais efetivos que sejam capazes de reduzir a forma banal em que este tema é tratado pelo público. Para as autoras, com relação à participação da sociedade civil, este fenômeno

é pouco comovente porque é por demais banalizado, tratado como algo que faz parte da vida; tão natural que não se pode imaginar a vida sem sua existência. É um fenômeno antigo que foi silenciado ao longo da história e passou a ser desvendado há menos de 20 anos (TELES; MELO, 2002, p. 6).

Um ponto importante referente a este problema é que, ainda que ele se exerça em cada grupo social de forma distinta, possuindo características próprias em relação à classe social, raça, territorialidade, etc., a violência de gênero está presente na vida de qualquer mulher em sociedade. Isto se trata da naturalização de sua naturalização que, nas palavras das autoras, acontece como "se alguém tivesse determinado que se nem todas as mulheres foram

espancadas ou estupradas ainda, poderão sê-lo qualquer dia desses” (TELES; MELO, 2002, p. 7).

Normalmente este assunto é relacionado à questão da pobreza e outras marginalizações sociais. Entretanto, vale dizer que a violência contra mulheres se manifesta por todas as camadas sociais. Teles e Melo (2002) citam alguns casos de crimes de homicídio entre casais brancos, de classe média para lembrar que tratar a violência como se existisse apenas em grupos marginalizados é uma forma superficial de se compreender o problema. As autoras ainda ressaltam que, em casos como estes, é comum que não seja dada a devida credibilidade às ameaças dos agressores acarretando o descuido total da vítima. E, além disso, o criminoso, nestes casos, normalmente recebe punições mais brandas tendo em vista sua posição social privilegiada.

Esta discussão remete ao tipo de violência de gênero que é o foco desta pesquisa: a violência doméstica e conjugal. Estas, em seus significados mais comuns, relacionam-se ao uso da força, física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não queira. Esta definição engloba, naturalmente, a ameaça e todos os outros tipos simbólicos e verbais como uma dessas formas de agressão. Werba (2002) lista alguns dos principais tipos de violência que estão comumente ligadas à questão das mulheres e que são resguardados pela lei Maria da Penha, símbolo da luta das mulheres no Brasil (BASTOS, 2016):

- 1) Violências físicas: empurrões, tapas, socos, pontapés, enforcamento, facadas, tiros, pedradas, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, amarramentos, estrangulamentos, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados (tais como álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos), tirar de casa à força, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos e omitir cuidados e proteção, privação de liberdade, etc.;
- 2) Violências psicológicas: deboches, insultos, ofensas, ameaças, intimidações, promessas de morte;
- 3) Violências econômicas e patrimoniais: privação de dinheiro, trabalho escravo, furtos e danificações de bens;

- 4) Violências sexuais: as violências sexuais não são apenas àquelas que contêm contato físico, como o estupro, mas constituem todo o espectro de ações associadas à sexualidade que fujam do acordo pré-estabelecido e consentimento prévio. Por exemplo, assistir, burlar as regras combinadas explícita ou implicitamente, chantagear, ou qualquer outra coisa que limite a capacidade de escolha das mulheres;
- 5) Violências institucionais: são aquelas praticadas por servidores públicos como delegados, policiais, bem como por qualquer outro representante institucional que aja de determinada maneira exclusivamente porque se trata de alguma solicitação feminina;
- 6) Violências morais: difamações e calúnias, sendo que o que diferencia esta situação da violência psicológica é que as violências morais são aquelas exercidas perante a comunidade e a psicológica pode acontecer no ambiente privado.

Além disso, é importante destacar que violência doméstica é aquela que ocorre dentro das casas. Apesar de esta ser exercida, normalmente, nas relações conjugais, ela também está presente nas demais relações familiares, ocorrendo entre "homens e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas" (TELES e MELO, 2002, p. 15). No entanto, o que liga o termo "violência doméstica" ao domínio da violência contra mulheres é que em todos estes casos, "independentemente da faixa etária das pessoas que sofrem espancamentos, humilhações e ofensas nas relações descritas, as mulheres são o alvo principal" (p. 15). Ainda assim, existe também a "violência conjugal" que é aquela referida às agressões que são exercidas em espaço público ou privado pelo parceiro "no contexto de uma relação afetiva e sexual, independentemente de ser relação estável legalizada" (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 8).

Expor este tema após a trajetória do feminismo referida na seção anterior pode ser um bom meio de abordar esta questão visto que a violência se transfigura como pano de fundo em todas as fases do movimento feminista nas formas das opressões enfocadas em cada uma de suas ondas. Isso quer dizer que quem realiza a violência nem sempre é um sujeito individual, mas ela é exercida de forma estruturante na sociedade.

Isto pode ser visto por estudos que apontam que 70% das pessoas que se encontram em extrema condição de pobreza são mulheres (PRÁ, 2001). Ainda, as múltiplas dimensões da violência não estão desassociadas; isto fica evidente em pesquisas que mostram, por exemplo, que a dependência econômica dos parceiros é um dos principais fatores que motivam a permanência das mulheres e relações conjugais abusivas (CARDOSO, 1997).

Sendo assim, a partir da breve contextualização da seção anterior, destaca-se a referida segunda onda como o período que propiciou a emergência dos estudos sobre violência contra mulheres no Brasil. Para Santos e Izumino (2005), esta temática, além de ganhar centralidade no movimento feminista neste período, é um resultado direto da inserção das mulheres no processo de redemocratização do país. As autoras apontam as delegacias da mulher, criadas em 1985, como principal conquista do movimento nesta fase, bem como uma das mais importantes políticas públicas nacionais no combate à violência contra mulheres.

Ainda que apenas neste período esta discussão tenha ganhado maior visibilidade, o feminismo, enquanto luta contra violência de gênero, pode ser percebido desde sua primeira onda, com a luta das mulheres brancas contra as opressões matrimoniais. Para Blay (2003, p. 88), “a atuação das mulheres nas décadas de 1920 e 1930 (...) aponta o gravíssimo problema do assassinato de esposas e companheiras”, problema este que, além de não ter sido resolvido efetivamente, de acordo com a autora, foi, na realidade, incrementado.

Ocorre que apenas na década de 1970, com a articulação mais institucional do movimento feminista, este problema passou a ser visto como prioridade nos estudos sociais tanto internacionalmente quanto no Brasil. Neste período, os esforços feministas começaram a ganhar um formato mais concreto: unindo-se em função do fim da ditadura, os diversos movimentos feministas, como mostra Blay (2003), assumiram um horizonte comum no sentido da restauração da democracia. Isto incluía a preocupação sistemática em extinguir a violência contra as mulheres. E, diante da ausência da participação do poder público, restou aos cidadãos desenvolverem iniciativas autônomas como ONGs visando amenizar os problemas concernentes à violência, como “estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas e infundáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas” (BLAY, 2003, p. 91).

Já no que tange à referida segunda onda do feminismo, por exemplo, Saffioti (2001), importante estudiosa do campo marxista, abordando esta questão, desloca o tema violência contra mulheres, para violência exercida pela categoria social “homens” como meio de perpetuação da dominação patriarcal. Neste sentido, para a autora, violência de gênero é um conceito mais amplo que abarca não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes de ambos os sexos.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (SAFFIOTI, 2001, p. 116).

Vale ressaltar que, para esta autora, isto não se trata de agressões pontuais vistas de forma individual. Neste sentido, mostra, por exemplo, que, ainda que seja possível existir em uma relação conjugal algum tipo violência exercida pela mulher, o que distingue este fenômeno sob a ótica feminista é que “as mulheres como categoria social não têm (...) um projeto de dominação-exploração dos homens” (SAFFIOTI, 2001, p. 116). Sendo assim, nesta perspectiva, a violência pode ocorrer tanto de um homem sobre outro homem ou de uma mulher sobre outra mulher⁹.

Em suma, para analisar este fenômeno, Saffioti (2001) se aprofunda na compreensão dos conceitos de exploração e dominação baseando-se no pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, o qual não trata a opressão econômica e política de forma dissociada, mas conjugadas na concepção de “dominação simbólica”. Este tema não é um problema central desta seção do trabalho, entretanto a perspectiva apresentada por Saffioti (2001) é fundamental para deslocar o problema de um âmbito particular, possibilitando assim a compreensão de quem realiza a violência. Ou seja, os agressores, sob esta ótica, são os representantes do sistema patriarcal.

Bandeira (2014), por outro lado, aborda a temática da violência por outra perspectiva, ressaltando que este problema, apesar de tradicionalmente vincular-se aos estudos sobre o papel do Estado, ao ser analisado sob a ótica feminista, pode desvelar outras nuances da

⁹ Não é necessário explicitar que falar homem ou mulher neste contexto refere-se à identificação de gênero, dessa forma, a categoria mulher refere-se, naturalmente, tanto às mulheres cisgênero quanto às mulheres transgênero. A discussão proposta por Saffioti (2001) é apenas para mostrar que a violência contra mulheres sob sua ótica se refere essencialmente à violência do patriarca enquanto representação simbólica social.

violência que fujam do âmbito da segurança pública. Gregori (2006) elucida, por exemplo, que, no âmbito jurídico, a dificuldade em se tipificar em termos legais uma definição concreta da violência de gênero, deixa a cargo das próprias vítimas a responsabilização das classificações no processo de denúncia. Dessa forma, tanto as implicações práticas quanto as abordagens teóricas demandam que a expressão “violência contra mulheres” seja compreendida em sua multiplicidade de sentidos.

Diferentemente de Saffioti (2010), Bandeira (2014, p. 451), com esta abordagem, relaciona o fenômeno da violência à centralidade das ações que incidem sobre as mulheres, sendo estas “físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos”. O que é importante perceber é que esta autora resgata historicamente que este tipo de violência recai sobre os corpos femininos em decorrência das assimetrias nas relações de poder em suas vidas cotidianas.

Narvaz e Koller (2006) aprofundam-se nesta perspectiva, cujo foco é a articulação entre gênero e poder. Nesse sentido, as autoras apontam as posições que as mulheres ocupam diante da violência de gênero: ora de sujeição, ora de resistência.

Como mostram as autoras da referida terceira onda do feminismo, das quais Judith Butler assume grande importância (RODRIGUES, 2005), gênero pode ser entendido como um “modo de existir” o qual vincula, por meio de uma série de mecanismos de poder, um comportamento estereotipado a um corpo sexuado. Dessa maneira, ao se analisar a composição histórica do gênero feminino, pode-se notar a violência como algo que perpassou toda sua construção. Este processo também desvela a naturalização da violência de gênero e ainda mostra a forma elaborada em que sua perpetuação encontra espaço nos processos de socialização.

Por exemplo, diversas pesquisas mostram que existe um padrão “de transmissão das experiências de violência ao longo das gerações, no qual mulheres vítimas de violência conjugal presenciaram também a vitimização de suas mães na infância” (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 9). Esta constatação remete à discussão sobre a permanência das mulheres em situações de violência que busquem extrapolar a dimensão econômica, sem, contudo, ignorá-la. Neste sentido, por um lado, vertentes enfatizam a posição de passividade das

mulheres, enquanto outras perspectivas (GREGORI, 1993; GROSSI e AGUINSKI, 2001) afirmam sua implicação na situação de permanência na relação abusiva.

Diante desta suposta dicotomia, este trabalho, acima de tudo, se distancia da perspectiva que responsabiliza as mulheres e as culpabiliza rotulando-as como passivas. E, pelo contrário, alinha-se à defendida por Narvaz e Koller (2006), a qual entende que as mulheres, apesar de terem suas possibilidades tolhidas diante da ação do agressor, criam, sem cessar, meios de resistência e insubmissão na medida em que encontram possibilidades. Isso não quer dizer, no entanto, que ver as mulheres como “não passivas” possa servir para reduzir a responsabilização dos agressores, sejam eles os homens, o Estado ou as instituições.

Outras pesquisas que buscam entender a dinâmica da violência conjugal mostram a forma em que esta é perpetuada. Isto é feito a partir da análise dos mecanismos implícitos utilizados tanto na dinâmica da relação quanto na cultura de maneira geral (CECCONELLO, 2003). Estes mecanismos são inúmeros e constituem um cerco elaborado que oprime as mulheres no cerne de sua subjetividade. Tal sistema de assujeitamento pode ser percebido, entre outras maneiras, pela forma em que as relações abusivas se configuram.

Exemplo disso é o que mostra Narvaz e Koller (2006) ao lembrar que “mulheres vítimas de violência geralmente estão isoladas da rede de parentesco e da comunidade, o que facilita o controle do agressor sobre a vítima”. Além disso, para as autoras, ainda existem outras frentes que reforçam este sistema, como alguns campos do saber científico, que admitem a existência de alguma dimensão de prazer inconsciente das mulheres na relação de violência, contribuindo assim para sua indevida culpabilização.

Com relação à forma em que a violência é naturalizada na cultura, as produções midiáticas, musicais e artísticas podem ser vistas explicitamente por exemplos no decorrer da história do Brasil (FEITOSA, 2011; AMORIM, 2010). O aprofundamento neste campo seria demasiado vasto para este referencial, contudo este aspecto é tão presente na naturalização da violência no contexto do assujeitamento do gênero feminino que vale a exemplificação deste discurso. Pode-se perceber isto por meio de dois trechos de músicas, dentre os muitos resgatados pela pesquisa de Amorim (2010), cujo objetivo foi denunciar a naturalização da violência na música brasileira.

Amor é o do malandro
Oh! Meu bem [...]
Se ele te bate é porque gosta de ti
Bater em que não se gosta
Eu nunca vi
(Amor de Malandro, Ismael Silva e Francisco Alves, 1929)

Eu já não sei mais o que fazer
Prá você endireitar
Dei carinho, dei vaidade
Agora só falta pancada
E mesmo assim tenho receio
De você se acostumar
(Só falta pancada, Násssara e Cunha, 1932)

Pode-se dizer que a perspectiva teórica que enxerga como estratégia feminista a compreensão dos processos de naturalização e desnaturalização dos fenômenos sociais na história localiza-se na terceira onda do feminismo (SCOTT, 1988). Com este intuito, diversas estudiosas, sob influência de filósofos pós-estruturalistas como Michel Foucault, marcam o movimento até a atualidade. Estes estudos compreendem o sistema de sujeição da mulher em sua forma discursiva. Ou seja, resgatando o conceito de discurso como proveniente do conflito político de formas de se enxergar a realidade, autoras desta linha exploram como estas produções culturais permeiam a constituição histórica e social do conceito de gênero feminino.

Estes são apenas alguns exemplos de estratégias de assujeitamento das mulheres que criam um contexto que demanda formas de resistência cada vez mais elaboradas. Visando compreender essas formas de resistência, autoras como Brito e Koller (2002) mostram algumas estratégias comumente realizadas por mulheres nestes contextos: o abandono do lar, a infidelidade feminina, o envolvimento em organizações políticas, bem como a ação comunitária na formação de redes de apoio a outras mulheres. Todas essas ações são enfatizadas pelas autoras para mostrar que, apesar das mulheres serem violentadas em um sistema cuja responsabilização pertence apenas ao agressor, estas não podem ser vistas como passivas e inertes.

Para concluir, é fundamental compreender que a violência vivenciada por cada mulher é experienciada de forma singular a qual leva em conta a intersecção de uma série de opressões que confluem integralmente na experiência de cada mulher (LUGONES, 2014). Ou seja, raça, classe social, sexualidade, geracionalidade são fatores que não podem ser enxergados como categorias estanques somadas de maneira objetiva. Esta concepção foge dos enquadramentos

convencionais e ortodoxos da ciência social ocidental e se aproxima de uma criação de conhecimento renovada. Isto, de maneira geral, é vislumbrado por muitas vertentes do feminismo, cada uma a sua maneira.

A despeito disso, pode-se dizer, por fim, que o movimento feminista remete à reflexão acerca da “responsabilidade da academia e da pesquisa científica na condução dos empreendimentos de pesquisa, em especial com populações em situação de vulnerabilidade, tais como as mulheres vítimas de violência” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 11). Isto traz à tona que inserir-se em assuntos como o problema da violência doméstica contra mulheres apenas é possível diante de uma formulação metodológica e teórica alinhada a um cuidado ético na pesquisa científica. Neste sentido, é fundamental compreender que a construção do próprio saber científico, visto como proveniente de relações de poder, muitas vezes pode ser uma forte perpetuadora da exploração e agressão às mulheres.

2.2. Foucault e Feminismo: uma abordagem à luz da biopolítica

Após a discussão sobre feminismo e violência, vale pensar as possíveis interpretações com relação ao papel do Estado neste contexto. Em que medida o que se procura é a real erradicação do problema? Com isso, objetiva-se mostrar aspectos que ainda possam passar despercebidos e naturalizados quando se pensa sobre o tema. Ademais, propõe-se uma reflexão sobre o estágio da luta contra este tipo de violência na atualidade: realmente houve algum progresso? Ou as conquistas, apesar de importantes, servem mais para mudar a aparência desta situação apenas em um nível superficial?

No entanto, definir o papel do Estado sob a ótica foucaultiana não é tarefa simples. Apesar disso, é um exercício imprescindível para situá-lo na temática da violência. Neste sentido, pretende-se abordar um conceito, que, de acordo com Candiotto (2013), ainda que tardio na obra de Foucault, é um ponto-chave para a compreensão do Estado moderno neoliberal: a noção de *biopoder*. Ademais, falar de subjetividade em Foucault desconsiderando esta concepção, além de representar uma lacuna na compreensão do autor, é também negligenciar um fator importante para se pensar uma estética da existência realmente subversiva e distinta de visões meritocráticas individualistas. De modo que, se para Duarte (2008, p. 1) o conceito

de biopoder “se tornou uma importante ferramenta conceitual para compreendermos e diagnosticarmos as crises políticas do presente”, por que não pensar a relação entre violência doméstica e Estado valendo-se desta noção?

Pode-se dizer que a concepção foucaultiana acerca do Estado é iniciada na “fase da genealogia”. Como introduzido brevemente no capítulo anterior, esta fase decorre sob uma forma alternativa de olhar para história; uma forma que não pretende excluir dos acontecimentos o componente do poder como se isso garantisse a verdade dos fatos, mas que, ao contrário, visa evidenciar as relações de poder enquanto fundamento dos relatos aos quais se pode ter acesso.

Esta guinada na análise da história é tão significativa no pensamento foucaultiano que influenciou todo o restante de seu trabalho. Para além de ser uma teoria sobre a história, é algo que sustenta uma possibilidade distinta sobre a produção de conhecimento, fomentando conceitos como o de biopoder ou biopolítica. E é a partir destes conceitos que se pretende compreender a relação Estado e violência; sobretudo porque evidenciam aspectos do poder como o controle e disciplina em um nível sutil, capaz de captar dimensões mais profundas do que aquilo que chama atenção em um primeiro momento; ou seja, aqueles aspectos desiguais do cotidiano que estão tão arraigados na cultura que passariam despercebidos em uma análise tradicional.

Neste sentido, Foucault elabora uma analítica do Estado alternativa à concepção jurídica tradicional, que entende o poder como um elemento pertencente a uma instância soberana. Seguindo a perspectiva da genealogia, o poder é visto como uma prática social que não possui um ponto de gênese, mas sim uma complexa trama sem uma origem única (DANNER, 2017). Dessa maneira, deve-se ter em mente uma quebra com a ideia de um poder soberano que, em outros contextos, garantiria ao Estado, na figura do rei ou divindade, o direito legítimo de tirar a vida de um súdito ou servo. E é por isso que, para Candiotta (2013, p. 82), Foucault ficou “deveras conhecido - e por isso também criticado - por ter trabalhado a problemática do poder não a partir de uma teoria, de uma análise do Estado moderno ou das atribuições daquele que ocupa a representação política”.

De forma específica, o conceito de biopolítica pode ser seminalmente encontrado nos livros *A Verdade e as Formas Jurídicas* e *Vigiar e Punir*. É melhor abordado, no entanto, posteriormente nos textos de *Em defesa da Sociedade*, e *Segurança, Território e População*, e com o *Nascimento da Biopolítica*. Por fim, no primeiro volume da *História da Sexualidade*, o autor também trata questões importantes relativas a este tema, aprofundando-se nas formas em que o indivíduo faz-se como um vigia de si mesmo (DUARTE, 2008).

Ao contrapor os micropoderes disciplinares emergentes no século XVII - que visavam administrar o corpo individual pelas instituições (escola, exército, hospitais, fábricas, etc.) aos micropoderes de controle na virada do século XIX, Foucault demonstra a transição entre a sociedade da disciplina e a sociedade de controle. Para Duarte (2008), isto pode ser visto pela forma em que, ao longo do tempo, o rigor destas instituições foi dando espaço à normalização dos corpos de forma a homogeneizá-los. E foi a partir da compreensão do poder na sociedade de controle que Foucault aprofundou-se mais em sua clássica ideia de poder para além do caráter repressivo, mas também como criador, constituindo verdades e, por conseguinte, subjetividades.

Como mostra Candiotti (2006, p.66), “o fio condutor do pensamento de Foucault também é a problemática da verdade”. Se a genealogia é a análise do que se tem como verdade no decorrer da história, deve-se lembrar que esta análise apenas é possível a partir do pressuposto de que elas são construídas pelas relações de poder. Ou seja, deve-se ter em mente que fatos entram e saem dos relatos tidos como verdadeiros na medida em que se vence ou se perde nas disputas permeadas pelo poder. Neste contexto, o Estado aparece no âmbito da genealogia na medida em que Foucault pensa seu funcionamento a partir da ruptura de uma verdade estabelecida socialmente de que o Estado teria uma posição de domínio total do poder em relação aos cidadãos dado pela integração do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Vale lembrar que, como foi dito, a distinção entre fases do trabalho foucaultiano é uma ilustração meramente didática. Neste ponto, por exemplo, fica muito evidente como estas duas fases, genealogia e ética, são conectadas. De modo que pensar a transformação do mundo pela ótica da arte da existência, ou seja, da reconstrução de si (no nível dos desejos, aspirações e ambições), apenas é possível ao considerar isto como um complexo processo de resistência inserido não apenas em campos de possibilidade (como já abordado), mas também em um

contexto estatal marcado por dimensões ainda não muito abordadas neste referencial teórico, como controle, repressão e disciplina.

Ainda, como mostra Lazzarato (2011, p. 299), a “necessidade de articular a transformação do mundo (das instituições, das leis) com a transformação de si, dos outros e da própria existência constitui, de acordo com Foucault, o problema específico da política”. E, com a noção de biopoder, Foucault implica na política tanto a questão do controle dos aspectos vitais da população quanto o controle do corpo em escala coletiva.

Aprofundando-se um pouco mais neste conceito, vale dizer que ele deriva da constatação de uma inversão do papel estatal. Se, nos períodos em que havia um poder soberano mais representativo (Rei, Imperador), a função do Estado seria especificamente “deixar viver e fazer morrer”, na era moderna sua função é, ao contrário, “fazer viver e deixar morrer” (GALLO, 2012, p. 56). O que em um primeiro momento poderia parecer mais correto e positivo se revela, em um olhar mais atento, como uma lógica tão perversa quanto. Isso porque na medida em que “*deixar morrer*” aparece como requisito do “*fazer viver*”; e, uma vez que “deixar morrer” é uma ação menos explícita e direta, isto impõe ao grupo deixado a necessidade de uma maior sofisticação dos emergentes processos de resistência. Em continuidade a este raciocínio, Foucault desenvolve um pensamento crítico sobre o Estado a partir de conceitos como biopoder, biopolítica e governamentalidade, que serão brevemente abordados a seguir.

Lopez (2012, p.129) assim define o que é biopolítica: “uma tecnologia de governo usada para regular processos vitais da população como taxa de natalidade, fecundidade, longevidade, enfermidades, mortalidade e que procura otimizar algumas condições sanitárias, econômicas, urbanas, laborais, familiares, policiais, etc. que permitem que as pessoas possam ter uma vida produtiva a serviço do capital”. Neste sentido, a vida da população é vista como algo que deve ser gerido, manipulado e tratado como um recurso quantitativo como em uma grande rede de dados; não por um poder soberano pontual, detido por uma pessoa ou representação, mas como resultado de um interminável confronto entre grupos que batalham pela vida e sua manutenção.

O Estado, nesta perspectiva, para além de um suposto poder onipresente, seria melhor entendido como "uma realidade composta, uma abstração mitificada, cuja importância é muito mais reduzida do que se crê" (FOUCAULT, 2008b, p.112), sendo mais importante a ideia de Governamentalidade, isto é, atividade de "reger a conduta dos homens em um contexto e por meio de estatais". Foucault faz uso deste termo para evidenciar sua ruptura com o modo clássico de compreender o Estado. Ao invés de compreendê-lo como uma instituição homogênea, pronta, determinada em um objetivo claro e detentora do poder, governamentalidade, enquanto verbo governar, imprime uma ideia de movimento.

A noção de governo desempenhará um papel decisivo na transformação do pensamento foucaultiano: por um lado, ela servirá como guia de suas pesquisas sobre a hermenêutica do sujeito, sobre o cuidado de si e sobre a estética da existência, orientando suas pesquisas sobre as práticas de si na antiguidade; por outro lado, ela também permitirá suas reflexões tardias sobre as novas formas de subjetivação no presente, enquanto novas formas de relação, de sociabilidade e de amizade, entendidas como resistência aos poderes de controle e objetivação da liberdade dos sujeitos (DUARTE, 2013).

É neste ponto que se conectam a segunda e a terceira fase do pensamento foucaultiano, na medida em que o conceito de campos de possibilidades mencionado anteriormente pode ter uma de suas partes vista mais concretamente agora como Estado moderno capitalista contemporâneo, cuja função, para além de "fazer morrer", é especificamente fazer viver alguns pelo total abandono e conseqüente aniquilação de outros (biopolítica). E é justamente devido a esta conexão - que inclusive revela a profundidade do olhar foucaultiano acerca do poder - que se pode tratar da constituição da subjetividade política em um movimento social como o abordado por esta pesquisa, especialmente quando este movimento lida com um problema que vem sendo tão evidenciado pelo poder público que é a violência de gênero.

Ao mesmo tempo que são produzidos corpos e subjetividades favoráveis aos interesses da burguesia, paralelamente há também a construção de uma "tecnologia de poder que se ocupa em regular e gerir a multiplicidade" dos indivíduos no sentido de criar uma massa controlada por processos vitais da sobrevivência. Por isso o prefixo *bio* no termo biopolítica. Ou seja, um pensamento que tira de um ponto central como o Estado o domínio do poder e o atribui à reprodução da vida e da espécie: "a vida, na sua configuração biológica, se torna o novo elemento político fundamental a partir do qual se desdobra o ordenamento jurídico moderno" (CANDIOTTO, 2013, p. 86).

Dessa forma, há uma fragmentação da espécie em grupos que guerreiam entre si por meio da política, sempre em uma dinâmica de destruição e construção, ou melhor, destruição de uns para manutenção da existência de outros. A isto Foucault chama de biopoder. Assim, o Estado não pode mais matar diretamente de forma legítima como na idade média ou antiguidade. Na era moderna, o poder estatal tem como função aparente “incentivar, proteger, estimular e administrar o regime e as condições vitais da população” (DUARTE, 2008, p. 4).

O que faz Foucault com a criação do conceito de biopolítica é redesenhar a compreensão do Estado: de um ponto detentor do poder de cuidar, para apenas mais um elemento na trama das relações de poder. Forjado por um grupo dominante, cuja capacidade de cuidar da vida carrega, necessariamente, a característica de aniquilar. Para Duarte (2008, p. 4), a violência pode ser compreendida neste aspecto:

(...) ali mesmo nosso autor descobrirá a contrapartida sangrenta desta nova obsessão do poder pelo cuidado purificador da vida. Foucault compreendeu que, a partir do momento em que a vida passou a se constituir como elemento político por excelência, o qual tem de ser administrado, calculado, gerido, regado e normalizado por políticas estatais, o que se observa não é uma diminuição da violência. Pelo contrário, tal cuidado da vida de uns traz consigo, de maneira necessária, a exigência contínua e crescente da morte em massa de outros, pois é apenas no contraponto da violência depuradora que se podem garantir mais e melhores meios de sobrevivência a uma dada população.

Candiotto (2013), por outro lado, afirma que, apesar de apontar a relação entre disciplina, soberania e biopoder, Foucault não explora exatamente a forma em que ocorre o exercício do poder no Estado moderno. Isto tem sido feito mais recentemente por filósofos inspirados em seu trabalho como Giorgio Agamben que, de acordo com Giacóia Junior (2008), relaciona-se à ideia de vida, nação e território. Porém, compreender estas bases teóricas já é o suficiente para mostrar que a vida, ao contrário do que é apresentado pelo senso comum, não precede a trama de relações de poder que estão para além do Estado. O que seria um direito inalienável do ser humano aparece nesta perspectiva como possibilidade para alguns em detrimento da sustentação da vida de outros. E entre esta relação o Estado não aparece como autoridade ou mediador: “o poder não procede de uma fonte única ou de uma instância transcendente que parte do Estado e se dirige aos súditos, aos cidadãos; antes, ele se materializa horizontalmente no conjunto das práticas discursivas e não discursivas dos diferentes tecidos societários” (CANDIOTTO, 2013, p. 81).

Tal perspectiva é capaz de apresentar uma nova concepção sobre qual seria o lugar do Estado no contexto da violência doméstica. Não como se este tivesse interesse genuíno em garantir sua erradicação, pois, como visto, a violência emerge como contraponto à gestão da vida. Mas mostrando que o Estado funciona como uma “superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia” (FOUCAULT apud DANNER, 2017, p. 146). Desse modo, a biopolítica age no corpo individual e coletivo (população) por meio de elementos presentes sobretudo na realidade discursiva resultante de cada contexto histórico. Ela se baseia no exercício de micropoderes na elaboração de critérios de normalidade. Elaboração esta que apenas é possível - e surge simultaneamente como contraponto - a uma definição, marginalização e exclusão daquilo que seria anormal.

De modo que, para criar o normal, basta (e é necessário) criar o anormal, sendo que o segundo grupo, sob ponto de vista da biopolítica, terá seu corpo submetido abertamente (sem nenhuma proteção do Estado) a todas as técnicas disciplinares tratadas em *Vigiar e Punir*: vigilância, punição, exame, etc. A partir disso, Foucault segue explorando como esse controle é exercido na sociedade contemporânea de forma sutil e velada. Não mais com estas técnicas de forma explícita, mas a partir tanto da biopolítica quanto da anatomopolítica; ou seja, o exercício do controle sobre o corpo físico por meio de relações de poder de homogeneização dos indivíduos pelo controle, dentre outras coisas, da subjetividade.

Não obstante, esta não seria a primeira pesquisa a lançar o olhar foucaultiano sobre o problema da violência doméstica. Ou ainda a utilizar um conceito como biopolítica como uma ferramenta de análise deste fenômeno. Diversas e conceituadas autoras feministas vêm desenvolvendo amplos trabalhos nesta direção, a saber, Nancy Fraser, Judith Butler, Monique Wittig, Paul Preciado, Silvia Federici, Joan Scott, dentre outras. Para esta dissertação, considera-se suficiente compreender o argumento trazido por duas pesquisadoras espanholas, Marugán Pintos e Vega Solís que se debruçam de forma mais específica na temática pretendida neste referencial teórico. As autoras, apropriando-se dos conceitos tratados acima, realizaram um trabalho analítico ao colocar sob a ótica da genealogia do poder a problemática da violência doméstica e suas possíveis articulações com o Estado moderno.

De acordo com Solís e Pintos (2002), é muito claro que, a partir da década de 1990, a violência doméstica ganhou um status de tamanha importância nos canais de comunicação que qualquer ação no sentido de combatê-la teria sua relevância justificada. Quanto a isso, indubitavelmente houve um grande avanço, principalmente ao se considerar que, até pouco tempo, o assunto era tratado como um problema individual, do âmbito íntimo e privado das famílias, como já apontava Pateman (1988) em *O Contrato Sexual*.

No entanto, apesar deste cenário aparentemente positivo, seria importante avaliar a situação de forma mais profunda, propondo um olhar que seja capaz de captar aspectos velados que fazem com que a violência contra as mulheres continue persistindo. Para isso, Solís e Pintos (2002) buscam lacunas estatais escondidas sob um capitalismo tardio e uma rearticulação do próprio patriarcado. As autoras questionam se o fato do tema da violência de gênero ter ganhado tamanho peso representa um avanço efetivo na luta das mulheres. Em suma, problematizam a profusão de conceitos difundidos na mídia e em campanhas de conscientização que são amplamente difundidas no sentido de promover uma transformação no imaginário social. Em outras palavras, o que se busca combater quando se combate a violência doméstica?

Pode-se dizer que tanto os organismos públicos quanto os meios de comunicação consideram que um papel importante do Estado no combate à violência doméstica seria dar visibilidade ao problema buscando retirá-lo do âmbito privado. Isto conduz grandes investimentos com a finalidade de realizar uma mudança cultural por meio da criação de leis e projetos de conscientização. Por isso, convencionou-se que uma função importante das políticas públicas seria agir ativamente na reconstrução desses imaginários sociais sobre o tema.

No entanto, a autora argumenta que, para que isto fosse possível, seria antes necessário definir conceitualmente o fenômeno a ser combatido. Uma vez que agir sobre o imaginário social não é objetivo simples, isto fomentou um vasto campo de estudos; por outro lado, tal definição tampouco é tarefa livre de barreiras epistemológicas e riscos de se cair em emaranhamentos discursivos. As autoras ainda alertam que “pouco se tem indagado sobre como se reproduzem estas ditas representações [da violência]; o que é que sai à luz e o que permanece na obscuridade, quem são os agentes dessa proliferação discursiva e quais são os motivos desta emergência” (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 416). Seguindo um pensamento clássico

foucaultiano, a definição de um conceito se relaciona ao escurecimento de seus entornos. E é nesse sentido que as autoras apontam que este cenário não representa um avanço efetivo a partir do ponto de vista feminista:

Por estranho que pareça, entendemos que este processo de visibilidade ou deslocamento da violência para o público hoje é problemático a partir de uma perspectiva feminista. Assim, ao mesmo tempo que faz "aparecer" a violência contra as mulheres aos olhos das plateias iluminando uma área específica da realidade social até o momento velado, obscurece, quando não oculta diretamente, o tecido no qual ela é gerada e desenvolvida. Desta forma, esta abordagem bloqueia não somente uma compreensão contextualizada e histórica do papel da violência nas relações mutáveis entre os sexos, mas também o componente de agência e comunidade impulsionado pelo feminismo, ambos essenciais para erradicá-lo dentro do quadro das transformações do patriarcado (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 416, tradução nossa).

O que sobressai neste discurso da violência doméstica, segundo as autoras, é:

uma intervenção diferencial (dependendo das diferentes agências) e mais ou menos diferida (por exemplo, em relação a ONGs ou empresas subcontratadas) por órgãos públicos, através do ordenamento jurídico, das forças de ordem, dos dispositivos assistenciais, das agências que desenham campanhas informativas e preventivas, etc. (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 416, tradução nossa).

E o problema principal: o que fica escondido nesta construção discursiva (que evidencia uma variedade de distinções da violência, destacando a “violência doméstica”) é que a inter-relação entre estes tipos de violência guarda em si um desenvolvimento histórico que se refere “tanto aos atos que, em diferentes períodos foram considerados violentos (lembramos, para o efeito, que a violência psicológica responde a uma categoria moderna) como os limiares de aceitabilidade em relação aos mesmos” (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 416). Portanto, nesta perspectiva, a diversidade de enunciações do “«problema» - «abuso», «maus-tratos», «violência machista / contra as mulheres /de gênero », « violência doméstica », « terrorismo doméstico” - servem para nada além de mostrar um fundamento social na compreensão do fenômeno que vem reiterando o imaginário de que violência de gênero têm ocorrido da mesma forma em todas as épocas, como uma constante na história humana.

Além disso, diante desta profusão de conceitos, e uma vez que se assume que uma função importante do Estado é atuar na produção simbólica junto à população, argumentam as autoras, ocorre um processo de focar e escurecer aspectos determinados pela biopolítica. Este processo funciona como um holofote apontado para um vasto campo, que, ao iluminar

excessivamente um ponto, desfocaliza e isola toda a região ao redor. Deve-se ter em conta que este ponto de luz, no entanto, também não é uma fonte única, tampouco as “intensidades de iluminação” são homogêneas. Ao contrário, é um movimento resultante também das forças políticas. Isto em termos de representação simbólica para a construção de imaginários sociais visíveis e invisibilidades refere-se na prática à construção destas imagens que buscam representar a realidade.

De acordo com as autoras, atualmente, estes ideais enfocados nos canais de comunicação são de modo geral a imagem da mulher maltratada - muito ligada aos equipamentos públicos de assistência -; uma violência reduzida em termos de processo (do maltrato ao assassinato, excluindo todo o continuum que existe nisso) e, por fim, a redução da luta das mulheres a um único momento: o da denúncia. Além disso, também é problemático “desenfoque” das relações sobre as quais se resolvem este tipo de violência.

Atendo-se ao primeiro ponto, recorre-se ao processo de construção de discurso trabalhado por Foucault como práticas divisórias, assim colocado pelo autor: “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’” (FOUCAULT, 2010a). Seguindo esta mesma lógica poderia se colocar “violentada/não violentada”. Entretanto esta dicotomia se mostra problemática na realidade, visto que a própria constituição do gênero feminino se dá por um processo histórico violento. Ademais, a imagem da violentada é precisamente criada: “a maltratada se converteu recentemente nos discursos científicos, institucionais, jurídicos e midiáticos, em uma figura bem definida, um perfil determinado que apresenta um comportamento específico e precisa de uma intervenção especializada” (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 417, tradução nossa). Isto é feito discursivamente a partir dos:

instrumentos de visualização - texto, imagens, cabeçalhos, legendas, disposição no jornal etc. - definem os contornos da violência, um cenário circunscrito pela classe de personagens que nela atuam e por atos e discursos autorizados. São uma rede densa e articulada de policiais, juízes, especialistas e políticos. Os perpetradores, como nas campanhas de conscientização, aparecem em nível secundário e, em muitos casos, em relação a motivos de desculpas, como desordem mental ou ciúme (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 417, tradução nossa).

Assim, os meios de comunicação desenham uma imagem da mulher violentada enquanto um ser passivo. E ainda mais problemático, são evidenciados aqueles casos de violência mais

explícita, seguindo os interesses midiáticos: “o que interessa da violência é aquele segmento que representa o excesso escandaloso” (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 419, tradução nossa). Desse modo, o fato da mulher assassinada ser contraposta antagonicamente à mulher que “conseguiu se libertar” gera uma separação destas duas que reforça a ideia de que as vítimas de violência são objetos inertes, sem reação. Distinguir a mulher que resiste da mulher passiva é um erro, primeiramente porque não há mulher que não resista (com meios estatais ou não) e depois porque isto apaga os limites fluidos da violência de gênero nos aspectos anteriores ao exposto, o que é tão grave quanto.

Em um olhar situado historicamente, estas relações de poder ocorrem de forma distinta do que ocorria no período em que houve tal esforço para nomear todos os tipos de violência (como exposto acima). Uma diferença principal destacada pelas autoras seria a transformação do próprio sistema capitalista com o processo de industrialização, que vem alterando fortemente a configuração familiar no Ocidente. Se antes da industrialização a família era extensa e tida como um foco de produção, bem como centrada na figura do pai enquanto detentor da propriedade, atualmente, afirmam as autoras, as famílias, após um projeto de controle de natalidade, converteram-se em um núcleo de consumo.

Essa transformação de contexto foi ocorrendo junto à necessidade de aumentar a massa de trabalhadores para o desenvolvimento industrial, fator que, ao forçar a captação de mulheres enquanto mão de obra barata, alterou a legislação a qual obrigava as mulheres a abandonar seu trabalho ao contrair matrimônio. Tais alterações (a entrada da mulher do mercado de trabalho e a mudança na legislação), apesar de parecerem um avanço, na verdade também contribuíram para estreitar o campo de possibilidade das mulheres, uma vez que aumentou a dependência das mulheres ao marido devido à disparidade dos salários.

No sentido de evidenciar mais relações de poder que permeiam a violência de gênero em uma trajetória histórica, Solís e Pintos (2002) ainda destacam momentos como guerras, ditaduras e crises econômicas que serviram para reforçar o imaginário da mulher do lar. Vale destacar que, ainda que as autoras estejam tratando de uma realidade especificamente europeia, o que importa para este referencial teórico é que, independentemente destas diferenças, o Estado se relaciona com as mulheres na medida em que as trata como uma determinada população a ser gerida, vigiada e controlada.

E mais importante, a violência de gênero se inscreve neste contexto em um campo jurídico o qual também sofreu mutações no decorrer da história; sendo que a princípio podia-se encontrar explicitamente na lei que “a mulher devia ser submissa ao marido”, o que posteriormente se transformou em “a mulher e o marido devem igualmente proteger os interesses da família”, até a fase atual em que os movimentos feministas lograram inserir no ordenamento jurídico o pensamento de que a mulher especificamente deve ser protegida.

Este é outro ponto que também pode ser submetido ao olhar do biopoder, uma vez que, apesar de ser importante o estabelecimento da mulher enquanto foco principal das leis de proteção, o problema não se esgota neste âmbito do poder - o jurídico. Para demonstrar isto, as autoras mencionam uma pesquisa que revelou que ainda “em 1991, 93% da população considerava que a agressão física constituía o mais inequívoco ato de maltrato, enquanto apenas 30% percebia como maus tratos que alguém gritasse ou levantasse a voz a outra pessoa dentro de sua casa (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 425, tradução nossa).

Enfim, no início das lutas feministas até o tempo atual, pode-se remontar uma trajetória que se baseia em sucessivas modificações guiadas principalmente pelo ideal da autonomia feminina, bem como da mudança do que se considera aceitável ou não no campo da violência. No entanto, nesta trajetória histórica, os contrastantes focos de luz/sombra em função de fatores políticos e econômicos são mais facilmente visíveis tendo em vista que estão sendo analisados posteriormente; ao passo que, na atualidade, por estarmos inseridos no contexto histórico, é necessário uma ferramenta para se afastar e realizar uma análise menos imbuída dos discursos vigentes no presente.

Com um olhar direcionado pela genealogia foucaultiana, as autoras apontam para algumas hipóteses sobre a relação do Estado com a luta feminista no presente. Primeiro seria que a violência tem um papel fundamental na rearticulação do patriarcado heteronormativo, ou seja, a violência é usada como uma ferramenta. Isso é possível tendo em vista a relação existente entre o capitalismo e a perpetuação das hierarquias de gênero. Esta perpetuação leva as autoras a apontarem que, apesar do Estado demonstrar estar a favor das mulheres, enfatizando na mídia o tema da violência doméstica, o ocultamento das relações de poder históricas

presentes na realidade das relações familiares demonstra que, pelo contrário, o Estado não faz nada além de apoiar a rearticulação do sistema patriarcal.

Uma articulação estatal que visasse ao real enfrentamento do problema deve buscar “uma estrutura doméstica mais dinâmica e flexível” (SOLÍS; PINTOS, 2002, p. 426, tradução nossa), não imputar a uma realidade já desigual em um nível profundo uma falsa possibilidade de coexistência superficial entre os gêneros como pretendido pelo discurso da igualdade entre homens e mulheres. Ou seja, parte-se do pressuposto que é impossível pensar em uma proteção efetiva das mulheres sem que haja uma transformação das formas organizativas do convívio doméstico em busca de uma vida menos subjugada às imposições da produção e reprodução (FRASER, 1994). Como enfatizam Solís e Pintos (2002, p. 423, tradução nossa): “as relações de reprodução são o verdadeiro motor da história”.

Esta suposta busca pela proteção das mulheres e igualdade entre gêneros difundida pelo Estado não apenas representa um avanço efetivo na luta contra o patriarcado, como esconde a real fonte de subjugação das mulheres. Isto é, a “enorme quantidade de trabalho doméstico e afetivo que realizam as mulheres de maneira gratuita e voluntária” (SOLÍS; PINTOS, 2002, p.427, tradução nossa). Além disso, toda a violência resultante desta ordenação desigual dos trabalhos domésticos e reprodutivos revela a forma em que se opera o governo das mulheres na sociedade atual.

No nível da biopolítica, os mecanismos que reduzem o problema da violência ao momento específico da denúncia e também o funcionamento das casas-abrigo institucionais corroboram o controle das mulheres. Isso porque salientam uma lógica simplista de compreender a violência, incutindo nestes processos um vasto campo de possibilidade de atuação do controle estatal sob o corpo feminino, como os momentos de perícia e comprovação da violência. Além disso, o principal fator político na gestão e conseqüente controle das mulheres é dado principalmente em função do quesito da reprodução. Para isso, são ordenados discursos que regem os sistemas de maternagem e do cuidado - das crianças, da família e dos idosos. Ademais, as tecnologias do corpo como anticoncepcionais ou dispositivos de segurança, como pulseiras de alarme, casas de acolhimento altamente institucionalizadas e outras formas de controle que afetam diretamente a questão da natalidade.

Por fim, violência doméstica e Estado se relacionam na medida em que a violência é, ela mesma, um produto desta batalha contínua de um grupo dominante que, para garantir, manter e gerir sua vida, deixa como resíduo, a aniquilação da vida do outro. A partir disso, a intenção não é desresponsabilizar o Estado por este problema. Mas, evidenciar que combater pontualmente a violência doméstica não acarretará nenhum resultado realmente efetivo, uma vez que se trata de um problema muito mais profundo, estrutural e cíclico. Isto não significa que a responsabilização seja individual, mas, por esta ótica, mudanças apenas são possíveis diante da ação coletiva e organizada dos sujeitos tendo em vista a complacência do Estado aos interesses das classes dominantes.

METODOLOGIA

1. Métodos para que(m)?

A dicotomia sujeito-objeto vem há muitos anos sendo naturalizada na história. Ela se baseia na ideia de que as conclusões de uma investigação seriam resultantes do olhar de um sujeito – uma consciência – sobre um objeto (HESSEN, 2000). Por esta ótica, é atribuído ao sujeito o papel de desvendar a realidade que está por trás daquilo que é estudado, sua essência; ao passo que, quando o objeto estudado é uma relação social, uma subjetividade, ou outro ser humano, esta dicotomia, segundo Bonnici (2012), remete a um processo de opressão e silenciamento.

De acordo com este autor, na prática acadêmica, tornou-se natural, também, relacionar a “ideologia do sujeito” à imagem ativa do pesquisador enquanto produtor do conhecimento, mesmo que este tenha sua própria subjetividade dada em função das relações sociais as quais estuda. Citando Sartre, Bonnici (2012, p. 26) explicita que a “construção da pessoa como Sujeito em relação ao Outro” (p. 26) decorre da reciprocidade: “Através da percepção do próprio Ser-objeto para o Outro deve-se compreender a presença do Ser-sujeito dele (...). Ambos podem voluntariamente ter a função de objeto para o Outro”.

Dessa forma, visando romper com a hierarquia da ciência moderna ocidental em relação às posições de sujeito e objeto, – sobretudo tendo em vista que este trabalho não parte do objetivo de desvendar nenhuma verdade oculta por trás da aparência de algum fenômeno –, deve-se salientar que as mulheres entrevistadas não serão compreendidas como objetos de pesquisa. O objetivo, ao contrário, parte da tentativa de aprender alguma coisa em conjunto com ambos os grupos que atuam na casa Tina Martins: coordenadoras e acolhidas.

Da mesma forma, classificar as coordenadoras da casa como sujeitas a serem ouvidas, deixando de lado a experiência das mulheres acolhidas, seria a extensão desse sistema hierárquico excludente e opressor. Isso porque a experiência dessas mulheres encontra respaldo em uma dinâmica que emerge das interações mútuas entre os sujeitos que constituem

esta coletividade. Isto se distancia de uma visão ligada à controversa dicotomia indivíduo-sociedade a qual incorre no risco de compreender “os fenômenos psicológicos como a soma ou a média das manifestações psicológicas de muitos indivíduos” (MAYORGA, 2013).

Diante desta perspectiva sobre a ciência como uma construção coletiva de saber, e não como uma ferramenta de legitimação de novas verdades irrefutáveis, este trabalho segue a concepção destacada por Mayorga (2013) como “pesquisa de cunho participativo”. Esta vertente da pesquisa qualitativa está no centro de um vasto debate acerca do que se considera legítimo enquanto ciência social. Para a autora, esta abordagem, não perdendo de vista a definição crítica do conceito de política, enxerga, “de forma radical, a ciência como prática social, e não exclusivamente como conjunto de procedimentos” (MAYORGA, 2013, p. 346).

Com relação ao cuidado em utilizar uma metodologia alinhada ao feminismo, admite-se, assim como Harding (1986), que trabalhos que pretendam adotar tal posicionamento devem ser, necessariamente, também, antipositivistas. Isto porque, para a autora, a ciência positivista é uma vertente androcêntrica do conhecimento, a qual trata a objetividade e neutralidade como características intrínsecas ao gênero masculino e, por conseguinte, coloca estes fatores como condição única da produção do conhecimento. Autoras como Narvaz e Koller (2006, p. 651) seguem esta perspectiva questionando o que é “considerado ‘conhecimento’, quem o define e como este é capturado pelo sujeito do conhecimento”.

Narvaz e Koller (2006), baseando-se em teóricas do conhecimento como Eichler, (2013) e Jaggar (1997), apontam que a ciência que toma como base tais padrões de objetividade, deixa de lado a relação entre emoção e experiência, sobrepondo estas características ao gênero feminino. Para as autoras, esta visão é oposta ao feminismo por duas razões: primeiro, porque tais características foram imputadas ao corpo feminino em decorrência de múltiplos processos históricos de poder e violência, não sendo fatores naturais generalizáveis a todas as mulheres. E, segundo, porque, em função disso, a emoção e a experiência por muito tempo tiveram sua importância menosprezada acarretando perdas à dinâmica entre desenvolvimento científico e desenvolvimento social.

Dessa forma, o que deve ser observado na interação entre feminismo e metodologia não são propriamente as técnicas adotadas pela pesquisa, mas, principalmente, o processo de

“inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção do conhecimento” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 651). Neste sentido, o que diferencia um trabalho enquanto feminista não é propriamente o teor quantitativo ou qualitativo de seus métodos, mas a forma em que estas pesquisas são “construídas e analisadas sob uma perspectiva não sexista” (p. 651).

Assim, indo além da discussão da eficiência dos métodos qualitativos frente aos quantitativos – principalmente porque ambos possuem limitações e desafios que recaem diferentemente para cada objetivo de pesquisa –, este trabalho assume-se de antemão no campo de pesquisas qualitativas. Isso porque, para compreender a experiência das mulheres pela ótica exposta acima, apenas é possível com uma abordagem capaz de abarcar dimensões subjetivas presentes nas implícitas relações de poder presentes na linguagem, na comunicação e na convivência entre as mulheres da pesquisa. Tais relações, conforme discutido nos capítulos anteriores, manifestam-se nos sentidos das falas e dos enunciados dos sujeitos, de forma que não seria possível observá-las a partir de dados numéricos e quantificáveis (FERREIRA, 2003).

É fundamental que esta discussão sobre positivismo e sexismo seja abordada nesta seção do trabalho. Isso porque, ao adotar a abordagem metodológica qualitativa e participativa, esta dissertação depara-se com um importante aspecto presente na ciência moderna cunhada em moldes positivistas: a neutralidade do pesquisador (JAGGAR; BORDO; FREITAS, 1997). Este aspecto é problemático e deve ser discutido aqui, pois representa um ponto de tensão e ruptura com os métodos qualitativos que exploram fenômenos como a experiência social e subjetividade.

Ademais, a neutralidade científica tem se disseminado hegemonicamente no meio acadêmico, cuja influência positivista possui grande peso e faz com que abordagens mais subjetivistas sejam vistas como contra-hegemônicas. Entretanto, este posicionamento vem se mostrando relevante uma vez que busca superar as lacunas decorrentes das dicotomias comuns à modernidade, como indivíduo-sociedade e sujeito-objeto. Mayorga (2013), seguindo este ponto de vista, aponta para importância destas vias alternativas de pesquisa, já que a posição de neutralidade sustentada pelo positivismo, por mais que tente ser alcançada por instrumentos cada vez mais rebuscados de distanciamento, sempre imprimirá a subjetividade do pesquisador em suas investigações. Além disso, esta suposta neutralidade tem sustentado

em muitos casos a “desresponsabilização” dos pesquisadores com relação às suas produções científicas.

Dessa forma, mais importante do que listar uma série de procedimentos metodológicos, é necessário que seja elaborada uma reflexão acerca da inserção do pesquisador em seu campo de pesquisa e de seus modos de agir nos locais abordados. Um destes cuidados é que o pesquisador

(...) **se tome como objeto de reflexão contínua**, que reconheça a si mesmo (...) como parte da sociedade, e não como sua antítese ou oposição, marcando, portanto, um movimento de contínua reflexividade, com intuito de analisar atravessamentos e efeitos de poder, históricos e ideológicos, que marcam seus lugares de fala e de posição diante da sociedade (MAYORGA, 2013).

Isto quer dizer que a subjetividade do pesquisador, de certo modo, deve ser explicitada no trabalho. Como mencionado acima, de qualquer maneira, esta subjetividade está presente; mesmo aqueles trabalhos que se pretendem neutros, revelam suas intenções políticas de diversas maneiras: a partir do delineamento do objetivo da pesquisa, da escolha dos parâmetros e principalmente da infinidade de elementos que deixam de aparecer no decorrer do texto.

A proposta da pesquisa qualitativa participativa, por outro lado, visa explicitar estas intenções políticas subjetivas desde o início do trabalho. Com isso, pretende deixar tais relações de poder menos veladas nos processos de análise e interpretação dos relatos encontrados em campo. Isto remete ao caráter discursivo do trabalho acadêmico. Neste sentido, toda a pesquisa é vista como uma “narrativa através da qual o pesquisador elabora um texto abrangente dos fenômenos dos quais ele procura dar conta” (MAYORGA, 2013, p. 348).

Se o resultado final de uma investigação como esta deve ser visto como uma narrativa, vale compreender o significado deste termo. De acordo com Barthes (1971, p. 19), o gênero textual narrativa é um fato universal¹⁰, que pode ser sustentado “pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias”. Barthes (1971) ainda mostra que a narrativa pode ser entendida como uma

¹⁰ Fato universal, pois, segundo Barthes (1971, p. 20): a narrativa “está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas...”

forma de discurso. Sendo assim, o desafio metodológico, conforme Mascarenhas (2011), passa a ser encontrar meios de abarcar este discurso sem se submeter ao autoritarismo da interpretação positivista, a qual tende a reduzir os fenômenos subjetivos a meras relações causais.

Isto se refere à tentativa de diminuir a violência do ato de imputar aos acontecimentos os valores morais provenientes da hierarquização da subjetividade de um “eu” pesquisador; lembrando que este, por sua vez, parte de uma posição discursiva singular, marcada por diversas concepções de mundo relacionadas à sua própria posição na sociedade, não partindo de um ponto de vista universal. Como disse Foucault (1996, p. 53), “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas...”.

Neste sentido, tendo em vista que esta pesquisa não possui como referencial o sujeito centrado do pensamento moderno, - cujo padrão eurocêntrico imprime às outras formas de experimentar o mundo o rótulo de “desviante” -, as vozes dos grupos que, em uma visão elitista, poderiam ser considerados como subalternos, irracionais ou patológicos devem aparecer nesta pesquisa como fontes legítimas da compreensão da realidade social. Isto será realizado na pesquisa por meio da utilização de estratégias que possibilitem que estas vozes apareçam de maneira mais livre possível.

2. Observação participante como inserção no campo de pesquisa

Muitos meios “não prescritivos” poderiam ser empregados com o intuito de seguir as bases teóricas mencionadas acima. No entanto, tendo em vista as limitações de tempo e outros recursos, nesta dissertação serão utilizadas entrevistas inspiradas na metodologia de história de vida (LOPES, 2013; FISCHER, 2005) em conjunto com a observação participante na dinâmica da casa. Estes métodos serão retomados adiante. Entretanto, vale ressaltar que, com isso, pretende-se abordar as trajetórias de vida compreendendo-a em seus processos de subjetivação, bem como destacando suas práticas de si enquanto formas de resistência e organização.

Estas entrevistas ocorreram na própria casa Tina Martins; além disso, a observação participante contou com um diário de campo e registros fotográficos como suporte no processo metodológico. Busquei relatar neste diário as principais impressões e sentimentos remanescentes dos encontros com as integrantes da casa Tina Martins.

A forma escolhida para esta escrita deste diário não buscou se libertar dos impactos subjetivos da memória. Visando seguir os pressupostos sobre a concepção da pesquisa científica, bem como a teoria sobre a constituição do sujeito, a estratégia empregada no diário fugiu da ideia de um relato neutro e imparcial, sobretudo porque, pela perspectiva adotada, isto se trataria de uma pretensão impraticável e sem propósito. Desse modo, apesar de não ter buscado a neutralidade, também não houve a intenção de expor as impressões por lentes teóricas de maneira imediata.

Utilizou-se como inspiração a fala de Michel Foucault em sua aula inaugural no Collège de France, cuja intenção é evidenciar o local da nossa própria subjetividade e singularidade em um emaranhado de relações muito mais amplas:

No discurso que hoje eu devo fazer, e nos que aqui terei de fazer, durante anos talvez, gostaria de neles poder entrar sem se dar por isso. Em vez de tomar a palavra, gostaria de estar à sua mercê e de ser levado muito para lá de todo o começo possível. Preferiria dar-me conta de que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia desde há muito: bastar-me-ia assim deixá-la ir, prosseguir a frase, alojar-me, sem que ninguém se apercebesse, nos seus interstícios, como se ela me tivesse acenado, ao manter-se, um instante, em suspenso. Assim não haveria começo; e em vez de ser aquele de onde o discurso sai, estaria antes no acaso do seu curso, uma pequena lacuna, o ponto do seu possível desaparecimento (FOUCAULT, 1996, p. 4-5).

Além disso, buscando seguir a pesquisa qualitativa participativa, considerou-se que qualquer tentativa de ortodoxia procedimental na construção deste diário seria um esforço desnecessário. Pelo contrário, os pressupostos deste tipo de pesquisa buscam enfatizar muito mais a experiência subjetiva do que qualquer tentativa de neutralidade. Isso porque é justamente este encontro entre subjetividades, sobretudo tendo em vista o campo de diferenças sociais, resulta em estranhamentos e possibilidades de constatar elementos importantes na experiência.

Neste sentido, a observação participante faz com que a pesquisa, além de participativa, seja também interventiva. Ao negar a neutralidade metodológica, conforme referido acima, admite-se que a participação da pesquisadora ocorra como um compartilhamento da experiência política da casa. Uma vez que este trabalho parte da superação das dicotomias clássicas da ciência, é importante salientar que não se pretende fazer com que o contato com o local de pesquisa seja asséptico, sem interferências. Pelo contrário, espera-se que a presença da pesquisadora, naturalmente, mude o “curso natural” das coisas, resultando em intervenções que sejam proveitosas para os envolvidos na pesquisa.

Conforme Mascarenhas (2011, p. 88), este processo de intervenção gera um impacto não controlável no grupo pesquisado. Isso acontece porque a oferta de intervenção realizada pelo pesquisador, inevitavelmente, gera uma série de reflexões para o grupo incorrendo em demandas, novas ou antigas, levantadas no decorrer das interações na pesquisa. Apesar de, por esta ótica, não ser possível evitar estas consequências, o importante é salientar que as intervenções que porventura aconteçam sejam fundamentalmente precedidas pela demanda do grupo. Esta participação será o resultado da interseção entre as demandas apresentadas pelo grupo e as possibilidades de atuação da pesquisadora.

Dessa forma, esta seção, muito mais que uma lista de procedimentos assépticos que buscam neutralizar o contato do pesquisador com seu campo de trabalho, visa apresentar os caminhos percorridos durante o período de contato com o campo de pesquisa, sendo eles:

- 1) Participação no cotidiano da casa levantando as principais demandas e possibilidades de atuação da pesquisadora;
- 2) Participação no núcleo de estudos semanal sobre feminismo e socialismo que acontecem na casa Tina Martins;
- 3) Registro e edição das principais atividades desenvolvidas neste período como feiras, rodas de conversa e outras ações políticas gerando possíveis materiais de divulgação;
- 4) Arrecadação de fundos junto à universidade por meio da submissão de projetos de extensão que articulem o trabalho da casa ao âmbito formal da extensão universitária;
- 5) Realização e registro de momentos de inserção das mulheres que atuam na casa Tina Martins em ambientes da universidade por meio de palestras ou rodas de conversa.

Quanto às técnicas de registro desta participação, além do diário de campo, foram utilizados também materiais secundários, como a cartilha do movimento de mulheres que coordena a casa, vídeos e outros materiais disponibilizados nas redes sociais e um registro fotográfico da participação vivenciada.

Vale destacar que o recurso da fotografia foi realizado paralelamente à participação da pesquisadora. Deve ficar claro que esta estratégia teve uma dimensão mais ilustrativa, distanciando-se, assim, de uma possível ideia de comprovar a veracidade da pesquisa por meio de imagens, como se estas estivessem apartadas de qualquer possibilidade de manipulação ou deturpação, como é imaginado no senso comum (SCHVAMBACH, 2008). Pelo contrário, esta ferramenta será utilizada na medida em que a participação na dinâmica da casa permitir, em segundo plano, para tornar o material textual mais sensível para o leitor. Além disso, todo material imagético foi disponibilizado às integrantes do grupo como parte da dinâmica devolutiva do processo de pesquisa.

Vale ressaltar que as práticas pensadas para o momento da observação participante não foram desvinculadas do intuito da pesquisa enquanto produção de narrativas, tampouco do pensamento teórico apresentado acima. Diante da vasta gama de possibilidades de participação, qualquer caminho delineado juntamente ao grupo será desenvolvido sob a ótica das “*práticas de si*”, conforme tratado por Michel Foucault.

Além disso, todo este processo paralelo às conversas individuais foi entendido como parte de uma narrativa única, por isso foram registrados com o uso das ferramentas destacadas acima. Estes diferentes momentos do trabalho convergem em uma produção única, porém permeada por múltiplas linguagens. Como sustenta Brizuela (2014), as fronteiras entre os diferentes gêneros artísticos, como escrita, fotografia, música ou literatura, “podem ser entendidas como uma zona porosa, que permite diversas contaminações”.

Estes materiais de registro bem como os materiais secundários serão vistos como estruturantes da narrativa. Para a autora:

num mundo onde já não há continuidades entre as coisas, e muito menos entre as coisas e as palavras que as designam, entre o mundo e sua prosa haveria a constante ameaça do limbo do naufrágio depois da ruptura dessa relação harmoniosa que Foucault denominou ‘a prosa do mundo’” (BRIZUELA, 2014, p. 14-15).

Assim, a Brizuela (2014) chama atenção para a forma em que as artes se nutrem umas das outras dando sentido ao termo “estética”. Ou seja, “esse campo do sensível em que já não há artes diferenciadas claramente, mas tão somente arte” (BRIZUELA, 2014, p. 15). Assim, a fotografia é destacada como constituinte de um local especial, uma forma de narrar privilegiada para a “passagem ao que não é” (p. 16). Estes mecanismos são, para a autora, apenas o resultado das transformações da prática de narrar.

Por fim, o material resgatado deste processo de pesquisa será analisado enquanto uma narrativa à luz dos preceitos teóricos acerca do discurso, como define Foucault (1996); ou seja, como um conjunto de “acontecimentos de fala” que possuem funções específicas perante determinado sistema econômico, político e institucional. De acordo com Ferreira (2003, p. 9), “é no discurso, precisamente, que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito”.

3. Narrativa de vida, discurso e aproximações possíveis

Para se aproximar dos discursos presentes nas narrativas reconstituídas por este percurso metodológico, deve-se entender a realidade como proveniente da imputação de sentidos “não fixos” da fala. E o mais importante: a concepção de que estes sentidos variam de acordo com questões históricas, conferindo à linguagem um teor de prática social (NOGUEIRA, 2001).

Isto quer dizer que o que é dito deve ser escutado diante de pelo menos duas dimensões: “quem” e “quando”. Para Nogueira (2001), estas dimensões são capazes de abarcar a subjetividade presente na linguagem na medida em que considera que algumas coisas apenas podem ser enunciadas em determinados momentos históricos, por sujeitos determinados, com sentidos específicos resultantes desta integração.

Para tornar mais clara a compreensão da análise do discurso, vale explicitar que discurso e linguagem têm significados distintos do que o convencionalmente atribuído a estes termos. Sobretudo, é primordial esclarecer que discurso não é, como entendido popularmente, aquilo que é oposto à prática. Pelo contrário, discurso, como compreendido por teóricos deste

campo, pode ser considerado como uma prática social (NOGUEIRA, 2001). Além disso, discurso não é apenas a prática da fala, tampouco da escrita. Como mostra Foucault, discurso não é aquilo que manifesta o desejo nem aquilo pelo qual são contadas as lutas na história. Mas se assemelha a uma rede, a um jogo de enunciados que operam em função de uma produção histórica e política (FISCHER, 2001).

Por outro lado, de acordo com Fischer (2001), a linguagem é tratada por Foucault (2008a) como proveniente de práticas sociais que se distanciam de estruturas fixas ligadas aos signos enquanto elementos representativos da realidade. Foucault (2008a, p.55), ao buscar evidenciar a relação entre língua e discurso, explicita que “certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala”.

É devido a isso que a interpretação dos enunciados torna-se problemática. Uma vez que enunciado não é o ato de fala que encobre a realidade, sua interpretação não pode ser feita a partir da busca pelo desvelamento de suas regras estruturais. Diante disso, a análise não deve ocorrer por meio do dissecar das frases ou pela busca do enunciado mais verdadeiro e mais próximo da realidade do fato histórico. Ademais, a própria ideia de interpretação é problemática nesta perspectiva, a qual associa a analítica do discurso muito mais a um “sistema de interpretação aberto e inacabado (...) onde não existe uma verdade última a ser descoberta (MASCARENHAS, 2011, p. 100).

Frente ao conceito de discurso como algo autônomo, não passível de interpretações, coloca-se a seguinte questão: como se procederá a análise visada por esta dissertação?

Primeiramente, é necessário compreender que o que se espera encontrar como material no campo de pesquisa se trata de narrativas pessoais de trajetórias de vida. Além das outras fontes, como as anotações de campo, fotografias, gravações de eventos e materiais secundários, estas histórias serão tidas como fontes primárias deste trabalho. Portanto toda a análise se guiará a partir da interlocução entre a abordagem teórica da metodologia de história de vida e da concepção de discurso em Foucault. Para isso alguns pontos importantes desta metodologia serão tratados adiante.

Chama-se atenção para o fato de que as histórias de vida colocam o ser humano no centro de sua própria experiência, construindo, através do relato, o campo da sua subjetividade (BARROS; LOPES, 2014). Desse modo, faz-se necessário “superar a ilusão de validade” do relato, bem como compreender que o que se espera com esta abordagem não é uma história linear, oficial ou verossímil (LOPES, 2013, p. 65). Pelo contrário, é estritamente importante compreender que o relato resgatado se aproxima de uma narrativa de si livre e não historicista.

Ou seja, não se intenciona com isso uma história rígida, cuja veracidade poderia ser comprovada por meio de documentos legítimos e oficiais. Essa narrativa deve ser entendida como uma história criada pelo sujeito para suportar, a cada ponto de sua vida no presente, um sentido que sustenta e interliga sua origem ao seu destino idealizado. Neste sentido, pode-se dizer que o que esta perspectiva instiga é a “abertura iminente para um passado imprevisível” (SILVA JUNIOR, 2000, p. 47).

As entrevistas utilizadas nesta dissertação, devido às diversas limitações, não seguirão a metodologia de história de vida de forma integral, mas buscará seus preceitos teóricos fundamentais. De forma prática, isto implica que alguns cuidados – mais do que prescrições – devem ser tomados no decorrer da realização das entrevistas, por exemplo, no fato de que quem conduz a entrevista é o entrevistado. Isso é importante, pois parte-se do princípio de que este deve buscar reflexões e experiências sobre si mesmo e expô-las na medida em que julgar relevante (LOPES, 2013).

Não perdendo de vista que o objetivo do trabalho relaciona-se a uma compreensão das diversas narrativas presentes na Casa, valoriza-se o relato como representação da subjetividade, sendo este constituído pela dialética entre história singular e social (LOPES; PAES DE PAULA, 2017). Isso remete a uma forma de produzir conhecimento que não tem a intenção de representar “uma realidade externa e alheia a quem investiga, ela é antes um fruto das diversas articulações entre sujeito investigador e sujeito investigado” (PÉREZ; GALAZ e ALVAREZ, 2017, p. 22, tradução nossa).

Além disso, o cuidado com a escuta deve ser contínuo. É fundamental que esta “escuta” não seja feita de forma superficial ou apressada. O pesquisador deve compreender, ao se inserir

nesta perspectiva, que o ato de “contar-se” conduz a um momento no qual acontece a reconstrução do passado do sujeito e sua ressignificação, sendo este um fenômeno fundamental para que o entrevistado suporte seu presente e construa novas possibilidades de olhar o futuro (LOPES, 2013).

Entretanto, ao conectar tal abordagem metodológica às bases teóricas desta dissertação, cuja preocupação principal se trata dos processos de subjetivação em termos discursivos, as condições históricas de possibilidade devem ser o foco deste trabalho. E, seguindo a perspectiva foucaultiana do sujeito como constituído por relações de poder, bem como tendo em vista sua oposição aos processos interpretativos como forma de atingir uma essência psíquica do sujeito, alguns esclarecimentos epistemológicos são necessários (FISCHER, 1997).

Fischer (1997) é contundente ao afirmar que essas distinções de cunho epistemológico não apenas podem ser superadas, como também podem resultar em uma frutífera estratégia metodológica para as pesquisas nesta vertente. Isto, para autora, pode acontecer na medida em que se substitui a análise psíquica ou a análise historicista, normalmente utilizadas nos trabalhos de história de vida, pela análise enunciativa. Neste sentido, o relato de vida deve ser visto como um conjunto de acontecimentos que são vividos “num determinado tempo e lugar(es) e sob algumas circunstâncias” (FISCHER, 1997, p. 13).

Com isso, o foco não deve estar no indivíduo entrevistado, mas na maneira em que sua narrativa se relaciona com seu contexto social de forma mais ampla. De acordo com Fischer (2007, p. 13) isto se distancia de algumas concepções mais humanistas que, ao representar o sujeito como um super-herói, pode expor sua trajetória de forma romântica de modo a negligenciar o que é, de fato, o foco na análise enunciativa: “as conexões entre os fatos relatados e a situação social, cultural e econômica que os perpassa”.

Em uma abordagem que compreende o relato de si enquanto uma narrativa permeada por diversos enunciados, é possível que outras fontes documentais sejam aliadas ao método de análise. Isto é um ponto importante para esclarecer que apesar de a metodologia de história de vida ter em suas raízes o compromisso de ouvir sujeitos socialmente silenciados (FISCHER, 2007), neste caso, alguns cuidados éticos levaram ao uso de materiais secundários a despeito

de sua superficialidade, como a gravação de curtos relatos públicos ou vídeos previamente disponibilizados nas redes sociais.

Justamente por compreender a complexidade do contar sua história, é necessário assumir algumas limitações relacionadas a sujeitos em situação de maior vulnerabilidade. Nesta pesquisa, as mulheres abrigadas pela casa Tina Martins não foram entrevistadas diretamente. Apesar dessas mulheres serem consideradas sujeitos centrais pelo ponto de vista da resistência política à violência de gênero, optou-se em respeitar o momento de exposição em que estão abrigadas na Casa. A impossibilidade da construção de uma relação perfeitamente horizontal entre pesquisador e entrevistado é uma característica admitida por esta perspectiva, porém em uma situação como esta impossibilidade torna-se ainda mais acentuada.

Neste sentido, para além da prescrição de procedimentos para estas sessões, o que se tem como horizonte principal “não são as palavras exatas ditas pela participante, mas principalmente a forma em que esta deseja que seja lida sua visão” (BALASCH; MONTENEGRO 2003, p.19, tradução nossa). Ou seja, parte-se de um momento dialógico baseado em um jogo complexo de interpelações e reflexões acerca de um determinado fenômeno, no caso deste projeto, a experiência política da Casa Tina Martins. Para Pérez, Valderrama e Alvarez (2017), este processo de interpelações é rico uma vez que é neste momento que se pode abarcar a forma em que entram em contato e confronto os diversos enunciados marcados por diferenças como etnia, classe, sexo/gênero, idade, etc.

Dessa maneira, não se pretende seguir com total ortodoxia a imersão na subjetividade como processo referente apenas à fala, excluindo qualquer outra fonte como documentos, fotografias, anotações, unicamente pelo fato de ser material. Apesar destes detalhes, o que é importante nesta seção é apontar a possibilidade em aliar a metodologia de história de vida à perspectiva foucautiana a partir da identificação dos enunciados presentes nas falas dos sujeitos (FISCHER, 1997).

Por fim, vale lembrar que Foucault não propôs uma abordagem arqueológica como método ideal para a análise do tempo presente. Apesar de haver a intenção de se distanciar dos valores naturalizados na cultura do investigador, Foucault (2005) admite algumas dificuldades em analisar as verdades em sociedade de forma sincrônica. Isso acontece, pois há neste processo

a necessidade de perfurar “perfurar a massa de discurso sobre os nossos pés” (FOUCAULT, 2005, p. 67). Assim, o filósofo compara este tipo de tentativa a uma operação “a golpes de martelo”. Por isso, é importante frisar que esta pesquisa não tem a intenção de identificar nestes enunciados, valores morais próprios aos discursos do presente como se isto fosse possibilitado pela inspiração na arqueologia e genealogia foucaultiana. Fugindo dessa pretensão que exigiria um estudo mais aprofundado, o que se espera é a possibilidade de descrever experiências e propor reflexões acerca dos relatos levantados.

4. Materializando um corpus de pesquisa

A triangulação dessa série de ferramentas: observação participante, caderno de campo, dados secundários e entrevistas em profundidade gerou um vasto material de estudo. A observação participante ocorreu a partir abril de 2018. O diário de campo e o registro fotográfico, no entanto, foram utilizados desde os primeiros contatos com a Casa como visitante no ano anterior. As entrevistas em profundidade seguiram o formato de uma conversa e foram integralmente transcritas. Foram entrevistadas 6 coordenadoras e 2 agentes do Estado¹¹. Além disso, 2 eventos públicos também foram gravados e transcritos afim de colher falas de outros sujeitos que atuam e integram a rede de enfrentamento à violência contra mulher.

O quadro abaixo mostra como foram feitas as entrevistas. Nele estão descritos as pessoas entrevistadas, bem como suas formas de participação da Casa Tina Martins ou na Rede de enfrentamento à violência contra mulher. Os nomes reais das participantes da casa foram ocultados a fim de preservar a identidade das mesmas. Para identificá-la foi solicitado que cada uma delas indicasse o nome de uma mulher feminista para substituir seu nome neste trabalho.

¹¹ Foi concedido um Termo de consentimento livre e esclarecido pelo Secretário de Estado da SEDPAC

Tabela 1 – Lista de entrevistas e falas registradas: composição do corpus de pesquisa

Material	Sujeito	Função	Área	Data
Entrevista 1	Violeta Parra	Coordenadora	Comunicação	Jul/2018
Entrevista 2	Hilda Hilst	Coordenadora	Psicologia (PsicoTina)	Jul/2018
Entrevista 3	Rosa Luxemburgo	Coordenadora	Assistência Social	Jul/2018
Entrevista 4	Angela Davis	Coordenadora	Organização da Feira	Jul/2018
Entrevista 5	Margarida Alves	Coordenadora	Abrigamento	Jul/2018
Entrevista 6	Alexandra Kollontai	Coordenadora	Jurídico	Nov/2018
Entrevista 7	Representante CERNA	CERNA	Estado	Nov /2018
Entrevista 8	Secretário de Estado	SEDPAC	Estado	Nov /2018
Evento Desconstruções	Pagu	Coordenadora	Geral	Nov/2017
Evento Resiste Tina	Alexandra Kollontai	Coordenadora	Jurídico	Jun/2018
	Cora Coralina	Ex-abrigada	Assistente Social	
Evento do dia da não violência contra mulher	Subsecretária de política para mulheres	SEDPAC	Estado	Nov/2018

Fonte: elaborado pela autora

Para auxiliar na organização e apresentação destes discursos foram retomados alguns procedimentos da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Precedida pelos conceitos de hermenêutica, retórica e lógica, a disciplina de análise de conteúdo tem como principal foco o desvendar crítico de diferentes fontes de dados e gêneros textuais. Há na literatura diversas vias para a utilização deste conceito. Neste trabalho, entretanto, empregou-se uma abordagem menos objetiva, que, de acordo com Santos (2002), é marcada por práticas de análise capazes de abarcar a subjetividade encontrada nas falas dos sujeitos entrevistados.

Mais especificamente, para a organização do material levantado, adotou-se a técnica de análise categorial. Reiterando o que foi exposto anteriormente, essa técnica não foi a

metodologia central deste trabalho, mas serviu como uma ferramenta de auxílio apenas para a análise das entrevistas. Este procedimento de categorização foi realizado conforme recomendações de Bardin (1977), por meio de três fases: pré-análise, exploração do material e, por fim, a construção de interpretações e inferências.

Este processo de organização dos enunciados será feito pelo estabelecimento de algumas categorias, ou seja, classes temáticas que podem associar, de maneira geral, elementos do discurso. É válido ressaltar que é neste momento que devem ser evocados os preceitos teóricos desenvolvidos anteriormente. Para Santos (1997, p. 386) o pesquisador "precisa retornar ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação".

De maneira prática, as primeiras fases dizem respeito primeiramente à leitura de todo o material transcrito. Posteriormente deve ser elaborada uma estrutura de categorias que seja capaz de abarcar os elementos mais marcantes e comuns às falas das entrevistadas e, por fim, a terceira fase, será responsável pela relação de algumas inferências teóricas possibilitadas a partir das falas encontradas.

Não haverá, contudo, um processo de análise de dados e informações como acontece em muitas perspectivas qualitativas, as quais enxergam a interpretação como possibilidade de desvelar uma realidade oculta por trás de algo dito. De acordo com Balasch e Montenegro (2003), a produção de narrativas é uma metodologia que emerge na psicologia social crítica, cuja intenção é produzir textos conjuntos entre investigadores e participantes. Isso ocorre em uma determinada “situação para a qual se programa uma série de sessões em que ambos falam e comentam aspectos – previamente consentidos – sobre o fenômeno estudado” (BALASCH; MONTENEGRO, 2003, p. 19, tradução nossa).

Por fim, as categorias que emergiram a partir da pré-análise e exploração do material foram: 1) “uma imersão na Casa de Referência da mulher Tina Martins” e 2) “Constituição do sujeito político como estratégia feminista contra a violência de gênero”. Estas categorias foram traçadas, pois podem estabelecer um diálogo frutífero entre a experiência da Casa Tina Martins tendo em vista a constituição do sujeito político e sua relação com o movimento feminista conforme pretendido por este trabalho de pesquisa.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA

1. O movimento Olga Benário

O movimento Olga Benário se trata de um grupo de mulheres que se organizam em ações pautadas em uma vertente do feminismo intitulada como “feminismo classista”. De acordo com Bastos (2016), este grupo foi criado em 2011 e está presente, atualmente, em 17 estados do Brasil. Além disso, é um movimento de integração internacional e seu ponto de início se deu “durante a participação de uma bancada de militantes brasileiras na Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, Venezuela” (UFBP, 2012).

O termo classista faz referência ao feminismo marxista (ou socialista) mencionado nos capítulos anteriores. Além disso, de acordo com as integrantes do movimento, a palavra classista é usada para evidenciar o problema da divisão desigual do trabalho como principal fator de opressão feminina e, por conseguinte, como dimensão prioritária na ótica deste movimento. Neste sentido, um aspecto importante lembrado pelo movimento Olga Benário é a questão da dupla jornada de trabalho das mulheres, a qual diz respeito ao trabalho assalariado e ao trabalho doméstico.

Para Bastos et al. (2017, p. 2), “a luta pelo direito ao acesso universal de cuidados infantis está entre as guias do movimento, para que então mulheres possam trabalhar, garantir sua independência financeira e executar quantas tarefas elas queiram”. Dessa forma, ao visar ao socialismo e à igualdade de direitos entre homens e mulheres, este grupo nasceu como uma iniciativa na busca por melhores condições de vida e a emancipação feminina. Suas principais formas de ações consistem em ocupações por casa-abrigo, eventos, debates, rodas de conversas e cursos voltados para capacitação e conscientização de mulheres (OLGA BENÁRIO, 2015).

Com a finalidade de contextualizar a realidade deste movimento, considerou-se importante resgatar o relato de algumas integrantes do grupo publicados em vídeos no youtube, bem

como em matérias de sites de jornais na internet. Isso foi necessário uma vez que o grupo iniciou-se recentemente acarretando uma propagação reduzida em meios acadêmicos. Além disso, adotou-se para este objetivo uma forma alternativa de apresentar o grupo: ao invés de traçar as informações formais vinculadas ao movimento, optou-se por expor o contexto do grupo a partir da trajetória de uma de suas participantes. Isto é importante para possibilitar uma imersão no contexto do grupo de forma menos rígida e mais subjetiva.

Em um dos materiais de divulgação do movimento, são citadas algumas mulheres envolvidas em ações políticas revolucionárias no decorrer da história como Rosa Luxemburgo, uma das principais líderes do movimento socialista europeu (LOUREIRO, 2004). É interessante notar que, nestes vídeos de divulgação do grupo, é bastante comum que sejam feitas referências a diversas mulheres que atuaram de forma revolucionária na história brasileira ou mundial. Este tipo de estratégia pode ser compreendido também como forma de apontar o cerne do movimento, que é a possibilidade de atuação de qualquer mulher na transformação da realidade patriarcal, sendo um dos principais pontos abordados justamente o problema da violência de gênero.

Como exemplo de integrante deste movimento, destaca-se a história de Pagu¹² relatada em um evento realizado na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no dia 27 de novembro de 2017 (NEOS, 2017). Esta integrante, cuja participação no grupo em Belo Horizonte acontece desde seu início em 2011, relata ter tido acesso ao debate político desde os 16 anos de idade por meio do movimento estudantil no ensino médio. Ela conta que isto possibilitou sua inserção em um universo distinto da maioria dos jovens de sua idade, os quais se vinculam a uma cultura de apatia política.

Para Pagu, a inserção na vida política de uma forma que está para além das eleições ocorre no caso de muitas integrantes do movimento que buscam formas mais ativas de se conscientizar das questões sociais e de mudá-las.

Inicialmente eu achava que isso era só uma questão estrutural. (...) com minha inserção nos movimentos sociais, movimentos políticos, eu comecei a ter a compreensão que não, que além de simplesmente observar estas questões era possível modificá-las. Então logo cedinho eu comecei a ter acesso ao movimento,

¹² Nome fictício escolhido pela própria participante da pesquisa

me inclui no movimento de mulheres Olga Benário no seu ano de formação (Fala no Evento Desconstruções – Pagu).

Além disso, um ponto de sua narrativa que deve ser destacado no sentido de apresentar o movimento (uma vez que é uma realidade comum às integrantes) é a relação destas mulheres com a violência doméstica. Neste mesmo relato, Thaís exemplifica que, durante sua infância, presenciou diversas violências exercidas por seu pai sobre sua mãe e, principalmente, a indevida culpabilização de sua mãe na comunidade, exclusivamente pelo fato de ser mulher. Destaca que isso faz parte de um sistema de silenciamento da violência de gênero que não apenas ocorre em cidades do interior como a dela, mas como em qualquer lugar do país.

Ademais, reforça que todo o histórico de violência em sua própria família serviu para evidenciar a atuação de resistência de mulheres como sua mãe, suas tias e sua avó. Isto a levou a tomar consciência do contexto de injustiça de gênero e da importância em adotar uma postura de resistência em sua vida:

Vim de uma casa onde eu tinha um pai que cometia violência contra minha mãe e não tinha muito o que ser feito ali porque a pessoa completamente criminalizada com essa situação nunca foi o meu pai, mas sempre foi a minha mãe (...). Essa foi uma coisa que sempre me marcou desde a infância e que minha mãe como **mulher forte aguerrida** nunca aceitou simplesmente calada (Fala no Evento Desconstruções – Pagu).

O relato pessoal dessa integrante se conecta com a atuação do movimento de maneira profunda, pois, conforme sua própria fala evidencia, toda sua trajetória impactada pela violência fez com que ela buscasse organizações voltadas para o combate a este problema. Ademais, este caso não se trata de uma história única neste grupo de mulheres, mas, como apontado no decorrer de todo este trabalho, é uma realidade dada não apenas às integrantes do Olga Benário como de qualquer mulher em sociedade. De modo que o ponto que culminou na decisão do movimento em realizar a ocupação Tina Martins foi um caso de feminicídio sofrido por uma mulher participante de uma das ocupações em que o movimento atuava. Thaís conta este caso mostrando como isto motivou a criação da casa Tina Martins:

Isso foi um dos motivos, por exemplo, pelo qual a gente construiu a Tina Martins - que foi um acontecido dentro de uma das ocupações: que foi uma mulher que, toda vez que ela passava por uma situação de violência, ela recorria a nós do movimento e até que chegou uma situação que a gente falou 'olha, você precisa denunciar'. E aí ela tomou coragem, ela foi denunciar, fez o boletim de ocorrência e quando ela voltou pra casa o companheiro esfaqueou ela e aí ela morreu. Então isso é a realidade que acontece com a grande maioria das mulheres. Elas não têm para onde ir. Por isso que a gente fez casa de referência e é por isso que a gente briga para que

tenham mais casas-abrigo para as mulheres poderem ir (Fala no Evento Desconstruções – Pagu).

Em uma retrospectiva das ações de planejamento da ocupação Tina Martins, Thaís, neste mesmo relato, começa lembrando a “luta de mulheres contra Cunha” em fevereiro de 2016 que, para ela, marcava um cenário de movimentos sociais fortemente polarizado. Neste contexto de desfragmentação das lutas políticas, a pauta da “luta das mulheres pela vida” (e, por conseguinte, contra os crimes de violência doméstica) emergiu como uma possibilidade de unificação das ações de alguns dos movimentos sociais.

A criação da casa Tina Martins foi um momento de grande importância para o movimento Olga Benário, que, apesar de recente, ainda requer trabalhos no sentido de se manter como um grupo consolidado. Como afirma Kozmhinsky (2016), outra integrante do movimento, “tem sido uma batalha a consolidação do Olga Benário como Movimento Nacional, de afirmação de uma identidade político-ideológica, que se concretizou com a vitoriosa Ocupação Tina Martins...”.

Por fim, o movimento de mulheres Olga Benário permanece atuante em todo o Brasil, principalmente em estados do Nordeste como Pernambuco e Ceará, bem como na região sudeste do país, em São Paulo e Minas Gerais. Seu horizonte ideológico centra-se nas mesmas bases do movimento socialista e é expresso da seguinte forma: “Lutamos para pôr fim no sistema Patriarcal - Capitalista - Imperialista e construir uma nova sociedade, a sociedade socialista!” (OLGA BENÁRIO, 2015).

2. Tina Martins: de ocupação à Casa de Referência da Mulher

De acordo com Bastos et. al. (2017), a omissão do poder público com relação às políticas de moradia tem potencializado no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, lutas por formas revolucionárias de organização habitacional. Dentre estas, encontram-se as ocupações urbanas. A antiga ocupação Tina Martins insere-se neste cenário que, em uma efervescente consolidação nos últimos anos, tem encontrado meios cada vez mais eficientes de mobilização.

Existe, no entanto, um aspecto que distingue a ocupação Tina Martins das demais ocupações – o que a inseriu em um grupo de movimentos inovadores nas lutas pelo espaço urbano. Seguindo os passos da ocupação Luiz Estrela¹³, este projeto não se tratava da disputa por espaço para moradia, mas reivindicava um local para o atendimento de demandas relacionadas à emancipação de pessoas em vulnerabilidade, como o “acolhimento de mulheres em situação de risco e a prevenção à violência” (BASTOS et al., 2017, p. 258)

Esta ocupação iniciou-se com algumas mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário com a entrada em um prédio não utilizado por mais de dez anos na região central de Belo Horizonte. Anteriormente, este prédio era o restaurante da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Em relação à estratégia da ocupação enquanto ação do movimento de mulheres, Bastos et. al. (2017, p. 259), integrante do grupo, pauta-se no pensamento de Lefebvre para apresentar esta estratégia como uma possibilidade ativa de subversão da “produção do espaço urbano”.

Neste sentido, as autoras elencam alguns aspectos presentes em qualquer ocupação que, naturalmente, perpassaram a experiência da ocupação Tina Martins. Estes vão desde a busca por “novos modos de viver” que propiciem um espaço mais comunitário (BASTOS et. al., 2017, p.258) até a transformação de um aglutinamento de pessoas em uma coletividade que seja capaz de enfrentar a repressão e as diversas tentativas de despejo. Tendo em vista este cenário de desafios, normalmente, uma tática comumente utilizada pelas ocupações urbanas – e que foi apropriada pela ocupação Tina Martins – é a criação de espaços comuns como creches, cozinhas, bibliotecas. Essas ações servem, sobretudo para intensificar a aproximação com a vizinhança e a cooperação da comunidade nos afazeres cotidianos.

No caso da ocupação Tina Martins, este processo de inserção na comunidade ocorreu em decorrência de sua própria razão de existir: o acolhimento e suporte para mulheres em vulnerabilidade. Para isso, seu objetivo visava promover um espaço para receber mulheres que, “sem condições de permanecerem em casa, próximas de seus agressores, encontravam-se

¹³ A ocupação Luiz Estrela é proveniente das manifestações de Junho de 2013, atuando em um prédio público localizado no bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte. Esta foi uma das primeiras ações executadas em uma região central da cidade, o que confere grande importância à história das ocupações urbanas, uma vez que estas normalmente localizam-se em periferias da cidade (BASTOS et. al., 2017).

em situação de rua” (MATOS, 2017, p. 6). Esta necessidade é enfatizada diante da lacuna deixada pelas delegacias da mulher ou pela polícia convencional que, após receber a denúncia de violência doméstica, não provê à vítima a proteção imediata adequada, deixando-as desamparadas perante os agressores (SAFFIOTI, 2002).

A ocupação Tina Martins foi iniciada dia 8 de março, por mulheres de 17 a 30 anos, na Avenida Guaicurus no centro de Belo Horizonte (PIMENTEL, 2017). Vale mencionar que esta região era, de acordo com Bastos (2016), conhecida por seu vínculo com a prostituição e por seu alto índice de violência. Além disso, possuía naquele período infraestrutura precária, principalmente com relação à iluminação, calçamentos e saneamento.

De acordo com Bastos (2016), a ideia desta ocupação começou ainda no ano de 2013, com a participação do movimento Olga Benário na ocupação urbana Eliana Silva na região do Barreiro em Belo Horizonte. Esta ocupação, organizada pelo grupo MLB (movimento de lutas nos Bairros, Vilas e Favelas) sediava, dentre outras coisas, algumas partes da organização do movimento Olga Benário, o que propiciou a comunicação entre os dois grupos. Em parceria na jornada do dia 8 março – dia internacional da mulher –, integrantes destes dois movimentos começaram a planejar alguma ação para dar maior visibilidade ao problema da violência contra mulheres.

Isto resultou na ocupação do referido prédio, com uma duração de 87 dias. Este período foi marcado pela longa negociação junto ao governo do estado de Minas Gerais e ao governo federal. No dia 19 de abril de 2016, o movimento recebeu a primeira ordem de despejo para o dia 20 de abril com o estabelecimento de uma multa de dez mil reais por dia excedente à data estipulada (BASTOS, 2016). Assim, o movimento solicitou, na Secretaria do Estado de Direitos Humanos (SEDPAC), a abertura de uma mesa de negociação. Isto foi permitido apenas sob a condição da participação da União e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT)¹⁴.

O principal argumento utilizado pelo governo do Estado, nesta negociação, era que a casa de referência da mulher seria criada no futuro em um endereço anunciado no ano anterior. Este endereço, no entanto, até aquele momento, servia como estacionamento da ROTAM

¹⁴ O prédio estava sob o domínio do TRT naquele momento, porém com contrato de passagem vencido por não cumprimento de uma obra com prazo de entrega estabelecido para 2013. (Bastos, 2016)

(Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas). Além disso, também não havia nenhum documento que comprovasse o início da construção do abrigo, ou a reversão de fundos em licitação antes de 2017, o que acarretaria uma espera de no mínimo dois anos.

Por outro lado, as mulheres do movimento Olga Benário, enfatizando a urgência do problema da falta de casa-abrigo para mulheres vulneráveis, afirmavam que tal espera seria inviável. Para evidenciar esta urgência, pode-se notar que, em Minas Gerais, mulheres realizavam, neste período, cerca de 300 solicitações por abrigo por dia, enquanto apenas 13 encontravam-se abrigadas em todo o estado. (BASTOS, 2016). Após diversas fases de negociações, o governo do estado permitiu a utilização de uma casa tombada na região centro sul de Belo Horizonte para sediar a Casa de Referência da Mulher Tina Martins por dois anos.

Este processo não se tratou de um acordo fluido e sem barreiras; pelo contrário, tratou-se de uma longa jornada de ações empreendidas pelas mulheres envolvidas na ocupação. De forma resumida, os principais pontos desse trajeto ocorrido no ano de 2016 foram listados por Bastos (2016):

- 1) Dia 8 de março: primeiro dia da ocupação do edifício;
- 2) Dia 19 de abril: chegada da ordem de despejo e reintegração de posse exigindo a desocupação até o dia 20 de abril;
- 3) Dia 20 de abril: reunião na cidade administrativa com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, bem como o conselho estadual da mulher. Conquista de um terreno cedido pela SPU (Secretaria de Patrimônio da União) para a construção de um imóvel no bairro União, estendendo o limite da ordem de despejo para o dia 25 de abril;
- 4) Dia 21 ao dia 24 de abril: elaboração do projeto arquitetônico e estrutural com o apoio de 4 estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFMG. Além disso, realização do orçamento da obra e análise do entorno do terreno;
- 5) Dia 25 de maio: apresentação do projeto na mesa de negociação junto ao governo do estado, conquistando mais uma extensão do prazo de despejo por sete dias;
- 6) Dia 26 de maio: indícios encontrados pela MPF (Ministério Público Federal) mostrando que o terreno que seria cedido era proveniente de um despejo irregular da prefeitura de Belo Horizonte;

- 7) Dia 3 ao dia 12 de maio: busca realizada pelo movimento Olga Benário, Seplag e Sedpac por outro imóvel capaz de atender as demandas do projeto;
- 8) Dia 12 de maio ao dia 17 de maio: elaboração de um projeto de restauração e remanejamento espacial do imóvel encontrado na rua Paraíba, atual localização da casa Tina Martins;
- 9) Dia 3 de junho: finalização da ocupação e mudança para o imóvel designado à Sedpac.

Neste momento, as ações promovidas pela casa são pautadas em três pilares principais: o primeiro trata-se da assistência emergencial, que busca atender as necessidades mais urgentes das mulheres que tenham sofrido algum tipo de violência. Essas necessidades vão desde o acolhimento até a instrução e acompanhamento em delegacias.

Posteriormente, o suporte ocorre no sentido de apresentar às mulheres os principais programas de políticas públicas disponibilizados pelo Estado e que, muitas vezes, são desconhecidos por falta de acesso a estas informações. E, finalmente, o último pilar se trata do acompanhamento periódico prestado pelas coordenadoras da casa com a finalidade de possibilitar a reinserção das mulheres ao mercado de trabalho. Este acompanhamento se trata do suporte psicológico e de auxílios práticos visando a novas formas de qualificação profissional.

Vale destacar também que, de acordo com Pagu, uma das coordenadoras da casa, a maioria das mulheres abrigadas são negras ou mulheres brancas em situação de extrema pobreza. Além disso, apesar de a maioria delas serem heterossexuais, também ocorrem, em menor escala, casos de mulheres lésbicas agredidas em suas relações ou que sofrem violências externas como estupros coletivos corretivos.

Por fim, as mulheres que passam pela casa são provenientes de diversos locais, como casas-abrigo que não aceitam receber seus filhos. Estas podem chegar até a casa Tina Martins também pelo encaminhamento da delegacia da mulher, bem como por meio da indicação de pessoas que conheçam o projeto. Estas mulheres costumam permanecer na casa por volta de dois a três meses que é o tempo normalmente necessário para seu reestabelecimento. Neste último período, cerca de 100 mulheres passaram pela casa, cuja capacidade é de alojar no máximo 8 pessoas por vez.

A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA CASA TINA MARTINS

Nesta seção é apresentada uma narrativa própria da experiência no campo de pesquisa. Valendo-se da triangulação dos recursos mencionados acima, apresenta-se agora um retrato da experiência política no decorrer da participação com a pesquisa. Neste retrato foram delineados aspectos capazes de ligar a teoria acerca da constituição do sujeito em Foucault ao efervescente feminismo da Casa Tina Martins. A partir disso buscou-se, ainda, atingir o objetivo desta pesquisa, percorrendo os pontos específicos anunciados no início do trabalho:

- 1) Resgatar a trajetória de criação da Casa Tina Martins e evidenciar suas práticas organizativas do cotidiano;
- 2) Problematizar a experiência política da Casa Tina Martins, analisando os processos de constituição dos sujeitos políticos ali situados a partir de suas práticas coletivas e dos relatos de suas trajetórias pessoais;
- 3) Analisar como se dá a interlocução entre o Estado e a Casa Tina Martins, no âmbito da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Minas Gerais.

Com isso, buscou-se mostrar, à luz da abordagem foucaultiana, como sutilezas do dia a dia revelam-se potentes estratégias feministas no combate à violência de gênero. Tal perspectiva conduziu à elaboração de um cenário sistêmico que englobasse três temas principais neste complexo processo.

Primeiramente, foi realizada uma imersão na Casa Tina Martins buscando apresentar um olhar mais aprofundado acerca das histórias de vida ali presentes e suas relações com o feminismo. Posteriormente, buscou-se mostrar como ambas as dimensões se apresentam como um conjunto de práticas de liberação e, por conseguinte, uma busca por novos horizontes de vida. E, por fim, uma exposição da trajetória de negociação pelo espaço da Casa junto ao Estado.

1. Uma imersão na Casa de Referência da Mulher Tina Martins

Apresentar a Casa Tina Martins está longe de ser uma tarefa linear. Descobri-la também se mostrou um processo complexo. Ainda que fosse possível medir, anotar, desenhar um mapa, uma planta, como já realizado por outros trabalhos acadêmicos¹⁵, nesta imersão as paredes de concreto da Casa se transmutaram em locais de enunciação, funções, espaços e sentidos, ganhando nova materialização com a esta pesquisa.

Imagem 1 – Redes de sentidos



Fonte: fotografia da autora

O que é uma casa de referência? Recordando a pergunta feita por uma das próprias coordenadoras ao contar seus primeiros passos: “porque era uma coisa que eu sempre questionei: é abrigo ou é casa de referência?” (Entrevista – Hilda). A expressão “referência da mulher” tem a função de apresentar a Casa como um possível norte para mulheres.

Explicar o que é uma casa de referência neste contexto quase sempre exige a elucidação de uma de suas muitas funções: o “abrigo”. A ideia de casa abrigo é mais simples, trata-se de um local em que mulheres podem permanecer por algum período. Naturalmente esta

¹⁵Bastos (2014). Nesta pesquisa a autora apresenta a planta da casa e imagens dos principais ambientes da casa.

função chama atenção na Casa como um serviço de grande relevância social. Entretanto, como tratado por Solís e Pintos (2002), reduzir uma experiência política feminista como a Casa Tina Martins à uma casa abrigo significa coadunar com uma visão limitada acerca da violência de gênero.

Imagem 2 – Mais linhas¹⁶



Fonte: Fotografia da autora

Na mesma direção do que foi exposto por Solís e Pintos (2002), as participantes da Casa mostram, a partir da vida cotidiana, algumas insuficiências de uma casa abrigo em comparação com uma casa de referência. Isto, para Rosa, coordenadora entrevistada, deve-se principalmente pela priorização no atendimento às questões de longo prazo visando a um horizonte para o futuro das mulheres. Segundo ela, existe uma reflexão sobre

o que podia se propor pra essas mulheres enquanto perspectiva futura, pra não só tirá-las da violência, mas como para inseri-las novamente na sociedade. Porque muitas das vezes acaba que a violência tira essas mulheres né, afunda essas mulheres ainda mais ali dentro do privado, dentro das casas ou dentro de abrigo, ou dentro do espaço que ela tá de proteção, e tira essa mulher. E o agressor continua... continua lá fora (Entrevista – Rosa).

Além disso, o conceito de casa-abrigo sugere características relacionadas ao problema de moradia de uma forma mais geral. Como conta uma coordenadora, houve momentos em que

¹⁶ Janela dos fundos da Casa mostrando uma parede da sala onde estão fixados imagens com nomes de mulheres torturadas no período da Ditadura Militar no Brasil

foi necessário decidir entre abrigar ou não mulheres moradoras de rua. Este impasse, apesar de parecer pontual, diz muito sobre a distinção entre casa-abrigo e casa de referência. Esta tem um papel mais amplo, sobretudo com relação aos impactos na vida das mulheres não apenas no momento presente, mas pensando também no futuro.

Imagem 3 – Costuras



Fonte: Fotografia da autora: fachada da Casa

Esta definição, no entanto, não foi feita pelas coordenadoras desde o começo das atividades da Casa. Ao explicar como as participantes chegaram nesta definição, a coordenadora responsável pelo núcleo de psicologia conta que “em certos pontos, às vezes [as coordenadoras] abrigavam moradoras de rua que não tinha condições de ficar lá”. Ela ainda conta que isso representou um dilema para o grupo, “então assim, elas falavam: ‘não, mas a gente vai deixar alguém na rua?’. Aí eu falei assim: ‘não é isso. Existem políticas de encaminhamento - você não precisa abraçar o mundo...’” (Entrevista – Hilda).

A diferença entre a casa de referência como um norte e uma casa-abrigo como um local de moradia é evidente até mesmo pela forma em que a Tina Martins lida com a situação de mulheres moradoras de rua. Ainda que tenha sido tomada a decisão de não abrigar pessoas

devido à falta de moradia, existe um trabalho no direcionamento dessas mulheres a outros locais aos quais estas ainda não tinham conhecimento.

Hilda fala sobre a existência de projetos como “o consultório de rua que é uma política do SUS voltado para a população de rua”. Segundo Hilda, “a população de rua, em específico, tem uma característica diferente” (Entrevista – Hilda). Esta diferença com relação ao problema da violência doméstica é sutil “porque acaba que surgem demandas também de mulheres moradoras de rua que sofrem violência e (...) às vezes precisa de uma bolsa-família, de uma tarifa social, de uma inserção no mercado de trabalho ou de cursos” (Entrevista – Rosa). Da mesma forma acontece com pessoas em sofrimento mental, que demandam cuidados de saúde, ou ainda em outras situações que não sejam relacionadas à violência de gênero, ou seja, violência sofrida pelo fato de ser mulher.

Ah, e mulheres com sofrimento mental - obviamente, depressão, ansiedade não é caso-, mas casos de esquizofrenia, a gente não tem condições de abrigar. A gente já tentou, mas não deu certo, porque a mulher pode ter um surto e a gente não tem profissionais, não tem uma ala psiquiátrica, não tem médico de plantão, então coloca em risco a gente e as próprias outras mulheres que compartilham os quartos. Da mesma forma dependência química. Não tô falando de maconha né, mas assim... Obviamente não pode usar aqui dentro, mas é muito diferente de quando a gente tá falando de cocaína, de *crack*, porque gera uma dependência química mesmo, uma dependência forte... A gente já tentou também, a gente já teve uma usuária de *crack* aqui na casa, que a gente buscava várias vezes em overdose no meio da rua, da praça da rodoviária, no meio do lixo... A gente já teve situações como essa e aí é muito complicado, porque é uma situação de saúde sabe? Então a gente também não tem profissionais para lidar com isso, até mesmo pela questão de convívio, então outras mulheres não têm condições... (Entrevista – Alexandra).

Essas diferentes intersecções sinalizam para a complexidade na delimitação do que seria o “sujeito mulher” vislumbrado pela Tina como signatário de sua atenção, como sugerem as vertentes do feminismo que adotam uma reflexão ontológica não identitária e não essencialista. Entretanto, a casa recorre a ferramentas encontradas em seus regimes de verdade para delinear o sujeito ao qual se pretende integrar. Estes recortes são realizados no dia a dia respaldando-se em argumentos como o fato de não haver integrantes da Casa com formação profissional em áreas que poderiam dar suporte a estas pessoas.

A despeito disso, a Casa de Referência é capaz de uma atuação ampla na luta contra a violência estrutural. Em uma das entrevistas, uma coordenadora recorda um caso em que fica

evidente a importância de uma casa de referência que supere as limitações impostas pela burocracia dos abrigos institucionais:

Tem casos que a gente recebeu aqui da mulher chegar sem documento porque o companheiro que fica com os documentos da mulher. (...) Então assim, ela não podia fazer muita coisa porque se ela quisesse ir pra um abrigo institucional, ela não consegue entrar porque ela não tem documento e eles não aceitam receber uma pessoa sem documento. Então ela ficou uma noite aqui na casa, com a filha, até se resolver a questão da documentação, de alguém conseguir pegar os documentos dela para ela ir para um espaço, que ela queria ficar em um outro abrigo, que recebe família e tal e é isso, tem essas violências (Entrevista – Rosa).

O problema do discurso da burocracia nestes abrigos surge na fala acima como um impeditivo que vai muito além de uma simples barreira temporária. A não possibilidade de permanecer no abrigo, ainda que só por um dia a mais, representa um risco grave na vida de uma mulher nesta situação. Isto fica claro no relato de Cora Coralina, acolhida e ex-abrigada pela Casa:

Mas nesse período de uma semana, eu sofri violência física, ou seja, cheguei à beira da morte. (...) Mais uma semana. Outra vez. Quase morta. Neste dia, infelizmente eu não consegui... Infelizmente não, felizmente eu não consegui ficar. E nesse ato eu acionei a polícia, e a polícia já não ia mais. Por quê? Já havia uma medida protetiva, eu estava no local, porque infelizmente não é o agressor que tem que sair do local para a Polícia Militar, somos nós, vítimas. (Gravação de fala no evento “Resiste Tina” – Cora Coralina).

O tempo no contexto da violência de gênero possui uma dimensão muito específica se comparado a outros contextos. Por isso, os efeitos da casa-abrigo possuem algumas vantagens nas situações do dia a dia. Isto pode ser visto pelo ideal apresentado pelas coordenadoras quanto à atuação da Casa Tina Martins:

O ideal é que a mulher chegue aqui na casa e que essa casa seja o espaço pra ela se empoderar, pra ela se reconhecer enquanto mulher, enquanto... é... sair desse papel de vítima. Parar de... que ela não se revitimiza né, de estar aqui, que ela consiga sair dessa situação, porque não adianta você trabalhar com essa mulher só na perspectiva dela fazer uma denúncia contra violência, contra a violência que ela sofreu, sair de casa e não trabalhar as outras coisas porque pode ser que no futuro ela vai cair novamente em um relacionamento abusivo, num relacionamento violento, né, então a ideia é que essa mulher saia daqui reconhecendo minimamente, né, porque vai depender também da mulher que tá aqui na casa, não depende só da gente, mas que essa mulher saia daqui reconhecendo seus direitos, reconhecendo as violências (Entrevista – Rosa)

Este ponto toca diretamente o que foi tratado por Solís e Pintos (2002) sobre o problema de reduzir a resistência das mulheres ao momento pontual da denúncia da violência física. As autoras apontam que isso gera um escurecimento das relações de poder que permeiam a

construção destes cenários violentos de maneira historicamente contextualizada. Com isso, apaga-se a forma em que o feminismo vem lutando para desnudar as diversas dimensões de violência mais naturalizadas e suas transformações ao longo do tempo. Isto é nítido no seguinte relato de uma coordenadora da Casa:

Tem umas violências muito veladas né, porque a física é física. (...) é explícito, está ali, literalmente na cara quando você vê uma mulher que chega com o rosto roxo. Então assim, as outras violências são muito veladas e elas são... acaba sendo mais violentas assim pra essa mulher, porque elas acabam fazendo muito mais mal e essa mulher vai ficando cada vez mais é... próxima desse agressor sem conseguir sair, mais presa na verdade. Essa mulher vai ficando cada vez mais presa no agressor, né e a física às vezes... a violência física é aquela que dá o, “não, pera aí, né”. Já é demais, deixa eu sair daqui. Então a gente tenta conversar com essas mulheres, passar pra essas mulheres começando a explicar quais são as violências e as formas que ela pode lidar com isso pra elas levarem pra depois que sair da casa (Entrevista – Rosa).

Pelo ponto de vista de quem já passou por esta situação, uma mulher que se abrigou na Casa conta como viveu na prática essa experiência. Em sua fala, a liberdade não aparece apenas de forma implícita, mas é nomeada. Neste caso, trata-se da possibilidade de ir e vir e até o simples fato “de comer o que quiser, no momento que quiser” (Fala no evento Resiste Tina – Cora Coralina):

Eu chegava lá no Bem-Vinda [casa-abrigo] e também não ouvia o que eu queria ouvir. Né? Não, assim, desvalorizando o trabalho, mas eu não ouvia aquilo que eu queria ouvir, e aqui, então, eu cheguei a ouvir aqui, era: “Você pode ficar”. E assim, eu podia ficar, mas era da forma que eu queria mesmo, eu não queria deixar de trabalhar, eu não queria deixar de estudar. Aquilo, para mim, abriu espaço para eu dar continuidade na minha faculdade de Ciência Social. (...) O que eu aprendi com essas mulheres, com a Casa Tina Martins, que eu podia tudo, inclusive ser livre. Hoje eu posso falar do jeito que eu quero, posso comer o que eu quiser também. Eu não preciso sentar em uma mesa com uma xícara e um pires, não, eu posso fazer diferente. Posso pegar um copo de requeijão e tomar meu café do jeito que eu gosto. Então, assim, eu falo que isso aqui para mim é tudo. É muito emocionante, hoje, estar presente falando com vocês. (Fala no evento Resiste Tina – Cora Coralina).

Ela usa expressões que tocam diretamente a forma em que este trabalho compreende as relações de poder no processo de rompimento com a violência de gênero. Ao apontar as novas possibilidades profissionais como um curso de Defensoras Populares que teve acesso pela Defensoria Pública, aponta a Tina Martins como este suporte que a possibilitou romper com algumas situações: “e aqui, com esse poder que eu ganhei, eu ganhei um curso (...) e aí isso me fez crescer mais ainda. Comecei a pesquisar também sobre o feminismo e sobre violência doméstica. E comecei a estudar sobre o assunto” (Fala no evento Resiste Tina – Cora Coralina).

Por outro lado, o objetivo da Casa também não é transformar todas as mulheres em estudiosas do feminismo. Em uma nota no diário de campo, é narrado um momento de conversa sobre a convivência com as mulheres abrigadas na Casa que ocorreu em uma reunião do núcleo do Movimento Olga Benário:

Este assunto foi muito marcante [convivência] principalmente ao conversar sobre o texto de mulheres negras com relação ao comportamento das mulheres abrigadas. Existia uma angústia comum às integrantes sobre como dialogar com estas mulheres sem ser de forma impositiva, ou seja, sem “cagar regras na cabeça delas” e com isso ter que ver os programas de televisão assistidos por elas e outras coisas do tipo. Ou seja, a preocupação de não oprimir mais uma vez, mas também de desejar ver algum progresso na forma em que elas enxergam sua função no mundo. Uma frase que me chamou a atenção, para ilustrar esta situação, foi quando uma das coordenadoras comentou: “na minha casa não tem televisão, nós não assistimos, mas aqui eu não posso falar que não vai ter televisão, senão as mulheres ficam doidas” (Trecho extraído do diário de campo).

Este aspecto é importante para mostrar que a desnaturalização da violência de gênero é um processo localizado no nível da subjetividade. Ou seja, lutar contra este tipo de violência não se trata de um ganho de consciência teórica acerca do movimento feminista. Mas, um modo de viver capaz de romper condutas naturalizadas, no qual as teorias feministas perpassam este processo, mas não o representam em totalidade.

No entanto, deve-se notar que as mulheres que chegam até a Casa para se abrigar partem de uma realidade atravessada muito fortemente pela pobreza e precariedade no acesso a aspectos sociais como educação, saúde, etc. Rosa, assistente social da Casa, explica como esse contexto é compreendido pelo Movimento de Mulheres Olga Benário em sua atuação na Casa Tina Martins:

Não dá pra falar de movimento de mulheres sem falar de classe também, né porque a maioria das mulheres que são atingidas com uma força maior pelo machismo, pelo patriarcado são as mulheres pobres faveladas, negras, trabalhadoras que não têm muito tempo de ficar na academia, de estudar na academia enquanto universidade, de estudar e de sentar para discutir sobre o feminismo, então muitas das vezes essas mulheres quando você começa a falar o que que é o feminismo, o que é o movimento de mulheres elas tem um insight, tipo, nossa, eu sou isso e não sabia que eu era, mas porque elas não... pra elas é uma coisa muito diferente, a dinâmica do que a nossa de estudar e discutir sobre isso, né, elas vivenciam isso com mais intensidade do que a gente que está num grau de estudo, de organização diferente, menos explorado, né - não sei se pode usar isso, mas, menos explorado.

Uma vez esclarecido o que significa uma casa de referência, é importante notar que esta experiência política não pode ser reduzida nem a um ou dois grupos de pessoas, tampouco a um espaço físico. Conforme uma das entrevistadas, já se “criou um imaginário, mesmo que a

pessoa não saiba o que que é a Tina, a pessoa sabe – ‘nossa é aquela casa que tem aquelas coisas né...’ (...) ou então fala, ‘é a casa que tinha a feira dos cachorrinhos...’ aí vai dando nisso, cria uma coisa pra cidade também” (Entrevista – Violeta).

Além disso, também não se pode dizer que é simplesmente um projeto. Como esclarecido pela mesma coordenadora:

(...) a Tina Martins é basicamente tipo o cortiço do Aloísio de Azevedo, que o cortiço é o personagem principal, a Tina é a personagem principal (...) e é até engraçado que às vezes a gente recebe alguém que fala: “eu quero falar com a Tina Martins...” [risos] (Entrevista – Violeta).

Imagem 4 – Espertirina Martins



Fonte: Fotografia da autora no galpão da casa

A imagem 4 acima retrata Espertirina Martins, uma “jovem anarquista de 15 anos”, que jogou um buquê de flores com um coquetel molotov contra policiais e deu origem ao nome da Casa Tina Martins, cuja existência vai além desta representação. Apesar disso, o quadro emoldurado no galpão de eventos assim narra a história da militante:

No ano de 1917, a brigada militar matou, em Porto Alegre, um operário. Em protesto, os grevistas da cidade promoveram um grande ato em procissão, que incluía o enterro do trabalhador. Protagonizando o evento, a jovem anarquista de 15 anos, Espertirina Martins, carregava um buquê de flores. A repressão veio com a cavalaria da Brigada Militar, que confrontou os ativistas em pleno protesto. Durante o ato, Espertirina jogou seu buquê na cavalaria. Houve uma explosão que matou

grande parte da tropa, visto que as flores ocultavam um coquetel molotov. O resultado da batalha foi uma conquista de jornada de 8 horas de trabalho, proibição do trabalho infantil, aposentadoria, licença-maternidade, assistência médica e indenizações às vítimas de acidente de trabalho (Texto extraído de um quadro na Casa em abr.2018).

Os elementos presentes nesta narrativa revelam alguns conteúdos que circundam o movimento de mulheres Olga Benário. O local ocupado pela temática do trabalho na história bem como a ação de uma mulher jovem que vai além das normas instituídas são pontos que não surgem ao acaso.

Outros aspectos ainda podem ser pensados a partir disso. Apesar da própria Espertirina não ser denominada como uma feminista marxista, mas como jovem anarquista, todo o cenário que comporta sua ação tem um fundo com temas fundamentais ao feminismo marxista, como a centralidade do trabalho e o ideal revolucionário como horizonte, como mostra a conclusão do texto iniciado acima: “Espertirina militou pelo feminismo em Porto Alegre (...) sempre promovendo atividades revolucionárias” (Texto extraído de um quadro na Casa em abr. 2018).

A confluência de discursos do feminismo vigora com tanta intensidade neste ambiente que são perceptíveis na experiência desta pesquisa desde seus primeiros contatos com o campo. Um possível caminho para dar início à apresentação destes discursos é a partir de um mapeamento das distintas posições das quais são proferidos os enunciados sobre o tema.

As primeiras visitas à Tina Martins começaram ainda no ano de 2017 com a participação em feiras e em aulas de yoga abertas ao público feminino. No entanto, apenas em abril de 2018 iniciaram-se as visitas à Casa para este trabalho de pesquisa. A mudança de posição, de frequentadora à pesquisadora, apontou para uma dimensão importante: a multiplicidade de locais de enunciação. Ou seja, há muitas formas de participar.

Esta multiplicidade revela uma característica importante ao olharmos para este objeto de estudo. São muitas posições: coordenadora, psicóloga, assistente social, jurídico, comunicação, voluntária, pesquisadora, acolhida, abrigada, estudante, acadêmica ou pesquisadora. Embora delimitadas nominalmente, estas posições se entrelaçam no decorrer da experiência. No caso deste trabalho, por se tratar de um contexto acadêmico, a análise aponta para algumas implicações referentes à posição de pesquisadora e, em sequência, às demais

funções presentes na Casa. Como explica uma coordenadora ao enfatizar a grande circulação de pessoas na Tina:

Muitos estudantes passam pela casa, a presença da UFMG e da PUC-MINAS de estudantes que vêm realizar TCC, que está fazendo doutorado, que está fazendo algum tipo de projeto de pesquisa é gigantesco. E como que é essa troca, né, porque às vezes a universidade ela está muito distante da realidade assim. E eu faço ciências sociais... Assim, muito difícil. Eu estudo a ciência da sociedade, mas tudo que eu menos faço na faculdade é o que eu faço aqui hoje assim... E mesmo com todas essas dificuldades, a gente vê como que os estudantes ficam tentando quebrar essa barreira da academia e começam a participar desse espaço para se tornarem melhores pessoas e melhores profissionais. Porque eu vou passar para a psicologia agora e eu fico pensando como que eu vou ser uma melhor profissional depois de ter tido essa experiência aqui na Tina Martins (Fala no evento Resiste Tina – Alexandra).

Nesta fala se pode notar certa precariedade no estabelecimento de posições homogêneas e uma porosidade que faz com que elas se mesquem de algumas maneiras. Ora estudante, ora coordenadora, ora pesquisadora. Estes diferentes locais de enunciação existem e são evidentes, entretanto, se sobrepõem e coexistem nos sujeitos. Isto remete ao que foi exposto teoricamente acerca da fragilidade do estabelecimento de identidades fixas. Conforme Soler (2008), a questão não é tanto o encontro de uma matriz identitária, mas a possibilidade de diferentes enunciados diante de certas formações discursivas constituintes da experiência social.

Esta livre movimentação de locais de enunciação revela alguns sentidos. Em primeiro lugar, destaca-se a busca em estabelecer uma ligação próxima entre ideais teóricos e vida prática. Manter uma coerência entre cotidiano e pensamento é uma preocupação que pode ser vista e que está presente na organização destes locais de enunciação. Recorrendo às primeiras impressões registradas no diário de campo, a mudança de posição de frequentadora à pesquisadora já revela alguns tensionamentos neste sentido.

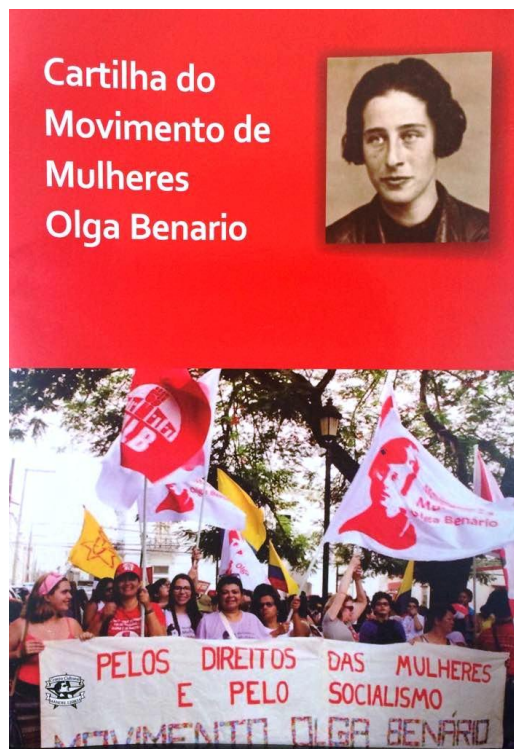
Prontamente a coordenadora me fez uma pergunta que me deixou surpresa, pois pensei que na prática haveria pouca interferência. Uma pergunta mais ou menos como, “qual é seu feminismo?” (trecho extraído do diário de campo, abr. 2017).

Para além da presença dos discursos feministas, que serão tratados em profundidade adiante, este tema está conjugado com diversos outros posicionamentos éticos e teóricos no cotidiano que auxiliam na organização das funções e posições. Na continuação da nota do diário, isto fica mais claro, visto a condição colocada pela coordenadora naquele momento e a negociação de posições:

Surpreendida com esta questão tão teórica, que pensava transitar mais pelos meios acadêmicos, respondi que ainda não tinha me decidido, mas que me interessava muito pelo filósofo Michel Foucault e principalmente por algumas autoras feministas brasileiras, da América do Sul e do Oriente. Ao passo que a coordenadora me respondeu algo como: aqui na casa nós somos socialistas e inclusive fazemos um núcleo de estudo sobre o feminismo classista disseminado por todo movimento Olga Benário. Nos interessamos muito pela discussão marxista e temos muitas resistências com o feminismo da Judith Butler (trecho extraído do diário de campo, abr. 2017).

Relembrar a crítica feita ao feminismo pós-moderno de Judith Butler conduz a discussões práticas acima de demarcações conceituais. Ao conjugar o feminismo à perspectiva socialista de forma enfática, ocorre um direcionamento acerca de funções e modos de conduta que se espera das participantes da casa. Isso porque a presença de uma pesquisadora, além de revelar um interesse comum acerca do problema da violência, também aponta a existência de um objetivo paralelo ao que se espera de um objetivo enquanto militância.

Imagem 5 – Cartilha do Movimento Olga Benário



Fonte: capa da cartilha do Movimento Olga Benário – Fotografia da autora

Como já discutido, tal interesse é permeado por fatores políticos e/ou subjetivos; por outro lado, a casa é fruto de um trabalho diário das militantes do Movimento de Mulheres Olga Benário. Como salienta a presidente do movimento no Brasil:

Todo trabalho que é feito aqui ele é feito de forma voluntária, né, por profissionais da área técnica como assistentes sociais, psicólogas, advogadas, mas também as militantes, as mulheres ativistas que ficam na casa 24 horas todos os dias. Então desde que a gente fez a ocupação no dia 8 de março de 2016 essa casa, esse espaço, ele nunca fechou, ele funciona de domingo a domingo (Entrevista – Margarida).

A impressão sobre o entrecruzamento entre posicionamento político e possibilidade de participação pode ser vista a partir de uma nota no diário de campo feita após a primeira visita em um núcleo do movimento Olga Benário que acontece na Casa. Neste relato, é narrada a presença de um grupo de estudantes do curso de arquitetura da UFMG, cujo trabalho prático para a disciplina “arquitetura desobediente” consistiu na criação de uma solução para proteger do sol os stands da feira que acontecem no espaço descoberto da Casa.

A iniciativa do grupo em retornar à casa depois da conclusão do trabalho foi elogiada pelas coordenadoras que, embora estivessem muito atrasadas para o início do núcleo de estudos, cederam mais de 30 minutos ao grupo de alunos, cuja expressão de entusiasmo fluiu naturalmente sem parecer haver nenhum constrangimento quanto ao problema do horário. Além disso, achei interessante a forma franca em que o grupo perguntou para as coordenadoras da casa o que elas acharam do projeto, se gostaram ou não. Me chamou a atenção que apenas uma das coordenadoras dialogava com o grupo, bem como a serena seriedade das integrantes da Tina diante da euforia do grupo de alunos. Sua resposta foi que o trabalho foi muito apreciado por todas da casa e principalmente a atitude do grupo de voltar após sua conclusão para discutir os resultados e impressões do projeto. A coordenadora frisou diversas vezes a importância do posicionamento político das inúmeras pessoas que se propõem a fazer projetos acadêmicos na Casa. Destacou inclusive que foi necessário romper a parceria com alguns grupos que não compreendiam que a prioridade daquele local era acima de tudo um posicionamento revolucionário e anticapitalista. De modo que a atenção prioritária das coordenadoras deveria, naturalmente, ser prestada às demandas das mulheres abrigadas e com relação à negociação política pelo espaço. Como este era o primeiro encontro de que participei, logo entendi o recado e apenas observei a dinâmica (Trecho do diário de campo, núcleo Olga Benário, mai. 2018).

Sob a perspectiva de pesquisadora e assumindo uma possibilidade real de participação como possibilitado pela metodologia de observação participante, a flutuação destes múltiplos locais de enunciação mostra a fragilidade do estabelecimento estanque dessas posições. Pesquisadora, coordenadora, acolhida, participante. São posições distintas, mas que ao mesmo tempo coexistem nos sujeitos. Isto alude ao poder em sua transitoriedade, visto que certos enunciados ditos sob condições específicas, são aqui nitidamente móveis e flexíveis. Afinal, o que distingue voluntária, acolhida, participante ou estudante?

No contexto de dedicação coletiva, a fala extraída da seguinte entrevista mostra como há uma reflexão sobre a motivação pessoal de cada sujeito para integrar o grupo e como isso é

importante para o estabelecimento das diferentes formas de participar. Existe, neste sentido, certa negociação de expectativas. O porquê de estar ali é de algum modo analisado como parte importante na inserção da Casa como participante.

Então eu percebo que ali é uma coisa totalmente diferente do mundo cá fora. Não é o dinheiro, não tô ali pelo lucro, por ganhar dinheiro e nem por reconhecimento, por quê? Porque lá é o coletivo, não é uma pessoa só que faz lá, é o coletivo de mulheres Olga Benário, é o núcleo de psicologia, é o núcleo jurídico... então é algo bem mais denso... (Entrevista – Hilda).

Uma das coordenadoras em entrevista revela o problema de “uma pessoa chegar lá, passar duas ou três semanas, querer decidir alguma coisa, passar um mês e ir embora, dois meses e ir embora, não assumir realmente a causa” (Entrevista – Hilda). Por outro lado existe um reconhecimento acerca do campo de possibilidades. A atuação é medida de acordo com a possibilidade, disponibilidade e vontade das pessoas. Continuando a fala: “vivemos em um mundo capitalista e então, se qualquer pessoa arranjar um emprego não vai ficar na Casa, ela vai fazer outro trabalho e não é porque é má vontade dela não...” (Entrevista – Hilda).

Aprofundando-se um pouco mais, outra coordenadora expõe o que pensa sobre o problema da integração de novas pessoas ao grupo. Ela lança um olhar mais amplo não apenas sobre a disponibilidade e possibilidade, mas sobre a disposição e a vontade: “A pessoa tem que querer, sabe? Acho que entender que o trabalho que a gente vai fazer é... A pessoa tem que ter um espírito de coletivo, isso ela tem que ser. Acho que pra mim isso é o principal” (Entrevista 6 – Coordenadora, grifo nosso).

Nesta fala, um ponto que representa a possibilidade de participação se relaciona ao entendimento do trabalho e à vontade de participar. Para a coordenadora, antes de pensar sobre a disposição do outro em se dedicar, deve-se focar na compreensão do que é feito na Casa. Neste caso, a política como prática de si começa a se apresentar. Sobretudo na medida em que é pela compreensão do entendimento teórico acerca do mundo e de suas possibilidades de transformação que se pode compreender como acontece todo o trabalho e dedicação daquele grupo de pessoas. Continuando, a mesma coordenadora ainda mostra como este processo de integração acontece a partir de um processo de transformação do sujeito.

Porque às vezes a pessoa pode ter uma ideia torta, pode não entender muito de política, a mulher inclusive pode estar passando por uma situação complicada, mas isso não importa, sabe? **Porque a gente conserta, a gente junta, vai resolvendo o problema uma da outra, uma dificuldade, um defeito, a gente vai**

aprimorando... Isso não é a grande questão. O que precisa mesmo é a pessoa entender que o trabalho, ele precisa de entrega, de muita sinceridade. O que a gente constrói aqui na casa, não só na casa, mas entre nós, como que a gente vai largando esse individualismo sabe, de pensar que eu vou fazer só porque eu acho que é legal, o que eu acho que eu dou conta, ou que eu acho isso, mas sempre pensando nessa área de conforto... Isso não tem condições. Eu tenho que olhar e falar: “Olha, eu tô disposta, como é que a gente faz isso daqui?”. Às vezes a pessoa não sabe mesmo ou às vezes acha que não dá conta, mas com o processo ela fala “Nossa, eu acho que eu sou capaz de fazer isso daqui”. Então acho que é mais isso, de tá a fim mesmo, sabe (Entrevista – Alexandra, grifos nossos).

Esta compreensão é visível e muito presente na fala das participantes, como no caso desta outra coordenadora que, ao narrar o porquê de participar da Casa Tina Martins, enfatiza que para ela a função do feminismo é transformar a sociedade:

Não só os recortes totalmente interseccionais pra fazer, mas é um recorte mesmo da situação e tudo, mas você pensando numa questão totalmente sistêmica. Porque o feminismo a gente pensa nisso, pensar o patriarcado enquanto sistema, só que o patriarcado é ferramenta de qual sistema? Ou qual sistema deriva do patriarcado? Aí outra dúvida, entende? Aí eu acho que a união disso vai batendo efetivamente no pilar de transformação da sociedade **que a meu ver é o que o movimento feminista deve procurar** (Entrevista – Violeta, grifos nossos).

É em decorrência dessa complexidade de modos de participar foi delineada uma imersão na Casa começando pelos locais de enunciação, ao invés de traçar um organograma objetivo. De qualquer modo, um organograma como este poderia ser facilmente desenhado. Como ponto de partida, resgato o quadro da estrutura organizacional da Casa que foi apresentado em uma grande reunião, para a qual todas as participantes da Casa foram convocadas: a Formação Interdisciplinar Continuada (FIC)¹⁷.

Naquele momento eram, ao total, dez coordenadoras, vinte voluntárias as quais se dividiam nas seguintes áreas: “Financeiro, Comunicação, Feira, Bazar, Despensa, Registros, Abrigamento (multidisciplinar) PsicoTina [grupo de psicólogas], Jurídico, Assistentes Sociais e Biblioteca” (Extraído da apresentação exposta no FIC, mai. 2018). Como colocado pela presidente do movimento na entrevista, o trabalho é feito de forma voluntária, tanto das

¹⁷ Esta formação é uma reunião pensada para integrar todas as participantes da casa entre voluntárias, pesquisadoras e coordenadoras. Como são muitas participantes a realização destes encontros não acontece com grande frequência devido à dificuldade de conciliar a disponibilidade das envolvidas. A conciliação de horários é uma barreira, pois a participação de todas é reforçada pelas organizadoras. Além de ser uma oportunidade para sugestões, perguntas e críticas, as coordenadoras mais antigas usam este espaço para expor as diretrizes da Casa. Não há uma periodicidade definida para que aconteçam essas reuniões: no decorrer da participação no campo de pesquisa, que se estendeu por aproximadamente nove meses, o FIC aconteceu apenas uma vez.

militantes e ativistas quanto das profissionais, contudo isso não impede o fato de algumas profissionais serem militantes e vice-versa.

Imagem 6 – “Apoie a Casa Tina Martins”



Fonte: Fotografia da autora em uma das feiras

Já na próxima fala, na qual uma coordenadora conta como começou a participar da Casa, é evidente como as posições de enunciação também constituem umas as outras. Assim ela conta como ingressou no curso: “quando eu tinha acabado de formar, eu vi um anúncio do Facebook chamando psicólogos voluntários e eu fui lá... eu fui lá sem saber o que que era” (Entrevista 2 – Coordenadora). Neste caso, a participação decorreu de um chamado para uma atuação como voluntária, o qual foi aceito diante de uma demanda profissional/acadêmica e ela tornou-se, posteriormente, coordenadora.

Diante desta trama, um possível termo para auxiliar na compreensão destas posições de enunciação é a expressão “poder de decisão”. Isto se refere à liberdade de opinar e a possibilidade de ter sua opinião ouvida. Diferentemente do que ocorre em organizações rígidas e hierarquizadas, a situação em que o trabalho é exercido na Tina Martins demanda outro modo de organização. Novamente o tempo é um fator-chave para este tipo de ordenamento. Não se trata de um processo de decisão sempre integralmente coletivo, pois

assim as ações se tornariam lentas e pouco eficientes, como também não se trata de uma decisão impositiva:

Sempre uma discussão, a gente não tem a chefe, a presidenta da Tina Martins. A gente discute no coletivo, não é algo na horizontal, então às vezes a gente tem... A gente tem uma voluntária que chegou agora e não tem condições dela opinar em coisas decisivas da casa. Então a gente da coordenação, são mulheres que tem mais experiência, que tá há mais tempo no trabalho a gente consegue ter uma discussão mais consistente. Obviamente que quem chega pode opinar, não tem nada a ver isso, mas também não tem condições de decidir alguma coisa, né. Então a gente preza por essa discussão coletiva, sempre pensando na gente mesmo que tá desde o início, porque querendo ou não a gente já sabe mais ou menos como funciona (Entrevista – Alexandra).

O tempo e frequência de participação apresentam uma maneira de superar o problema, como dito por Hilda, de “casos que a pessoa ficou lá, começou a ter um poder de decisão, mas arranhou um emprego e foi, foi embora”. Com isso, houve a criação de comissões que, para esta mesma coordenadora, é interessante, pois “foi-se abrindo um espaço pra troca de conhecimentos” (Entrevista 2 – Coordenadora).

A gente tem que tirar uma comissão pra organizar o bazar, uma comissão pra organizar a despensa, uma comissão da comunicação, do movimento da casa, aí tem que ter uma comissão do jurídico, da psicologia, aí tem a assistente social. Então a gente tem que ir se dividindo, porque se a gente não dá atenção nesses pequenos detalhes depois dá muito problema, né. A gente perde o controle (Entrevista Alexandra).

Entre locais de enunciação, organização da casa e funções exercidas pelos participantes existe uma conexão. Seguindo a ideia de comissões, como colocado acima pela entrevistada, ao existir uma comissão, é possível ligar um tipo de participação a uma possibilidade de atuação, ou seja, a uma função. Uma função elucidativa para demonstrar isto é a função de “dar escala”.

Analisando agora a inserção de outra coordenadora no grupo, ela narra a história de seu começo na Tina Martins a partir da participação voluntária na escala da Casa.

E aí eu apareci na Tina um dia que tava tendo uma reunião de construção do 8 de março e no final a Alexandra falou assim, “ah... não... se alguém puder ajudar a gente ao longo da semana que a gente tá tendo grupo de escala...” aí eu já coloquei meu nome. “Não sei como estão meus horários ainda, mas acha um...” e isso foi em fevereiro, em março eu já entrei pra Tina, eu comecei a dar escala lá. (Entrevista – Violeta).

Ao perguntá-la sobre o significado de “dar escala”, ficou clara a importância desta função. Além de possibilitar o funcionamento contínuo da casa 24 horas por dia, como dito pela presidente do movimento, dar escala também serve como meio para a integração do sujeito ao coletivo. Como colocado por esta mesma coordenadora: “eu entrei como pra pessoa da escala”. Com isso, percebe-se a existência de uma posição denominada como “pessoa da escala”. Continuando, ela explica: “eu ficava um período do dia pra ajudar no que precisasse na casa, aí a partir disso que eu fui tendo mais contato com a realidade da casa, com o movimento em si, com os ideais do movimento” (Entrevista – Violeta).

Esta posição nomeada como “pessoa da escala” é uma porta de entrada para Tina Martins em todos os seus sentidos: práticos ou teóricos. Além disso, como lembrado por Alexandra, este mecanismo é fundamental para o funcionamento permanente da Casa: “a gente tem uma escala, coordenadores que ficam sempre, pelo menos uma em cada turno pra casa nunca ficar sozinha, o ideal seria mais de uma pra dar conta de tudo” (Entrevista Alexandra). É por isso que, após discorrer sobre o lugar da academia nesta dinâmica, este é um ponto considerado chave para compreender a dinâmica da Casa Tina Martins, pois é o que sustenta seu funcionamento.

A disponibilidade de tempo dedicada à Casa revela significados em diversas dimensões. Quando perguntada sobre o motivo pelo qual prefere se dedicar à escala da casa a fazer qualquer outra coisa, Violeta recorre aos símbolos e sentidos do movimento de mulheres em que participa: “é também o exemplo da Olga Benário... a gente precisa fazer, tomar essas ações pra gente ter isso: sem mulheres não tem revolução, então se a gente tem um ideal de vida, um ideal de mundo, a gente precisa conquistar isso de alguma forma” (Entrevista – Violeta).

A importância da disponibilidade de tempo é vista como o que possibilita a emergência de uma força política: “tem o pessoal que descobre a casa, fala ah...vou ceder um ‘tiquim’ do meu tempo e você se vê emergido num negócio que não é só suas horas diárias que você vai ficar lá...” (Entrevista – Violeta). Na mesma entrevista, Violeta enxerga a Casa como uma ferramenta catalisadora do desejo de transformação do mundo:

Tem gente que foi pra Tina, tanto que a ocupação vem nisso, com desejo de mudança da sociedade aí cria a Tina e já formula junto, todo momento, né, agora

tem uma ação que a gente precisa ver isso, né, é uma ação que não pode parar. (...) tanto o desejo de mudança quanto uma questão, tô aqui e não pode parar. É um trabalho que não pode parar. É um trabalho que está sendo feito isso e, enquanto eu puder me entregar pra isso, eu vou me entregar porque é o que eu acredito, o que eu defendo e precisa ser feito! (Entrevista – Violeta).

Em direção à compreensão dos sentidos teóricos empregados nessa experiência, ao mesmo tempo que a escala se apresenta como uma possibilidade de aprendizagem, também representa um momento em que isto é requisitado. Alexandra, na seguinte fala, conta a complexidade da articulação entre alinhamento político e possibilidade de participação na escala. Para ela, a apropriação dessas bases teóricas serve para que o trabalho na Casa não seja desempenhado sem comprometimento. Ou seja, a fundamentação teórica é usada não apenas como um requisito, mas também como um instrumento de sustentação:

A gente, pra falar a verdade, não finalizou totalmente essa discussão. Mas o que a gente preza na casa: as meninas que estão chegando, a gente faz a discussão para que elas sejam de um núcleo do Olga, porque não tem condições da gente estar num movimento desse e não estar alinhado com o movimento político do qual a gente faz parte, porque dá problema, né. A gente tem uma visão, tem uma linha muito certa de como a gente defende essa casa, de qual tipo de política a gente defende, então é importante que todas nós estejamos coesas. Então por exemplo, da escala, a pessoa que tem que ficar aqui durante o dia lidando com as pessoas que estão chegando, conversar com as mulheres, discutir caso... Tem que ser do Olga Benário. Não tem como a gente... Por um tempo a gente ter deixado a coisa mais solta, só que... Porque, quando você é do movimento, você entende a política, você se envolve mais, você tem uma responsabilidade maior porque, quando você é do movimento, você entende o que significa, que essa casa só funciona por conta do Olga. Essa Casa só existe por conta do Olga, a casa não é independente. Quando você não tem essa relação com o movimento político, simplesmente um dia você pode acordar e falar “Ah, não vou, não quero. Cansei” e vai embora. E aí como é que fica o trabalho? (Entrevista – Alexandra).

As demais funções acontecem paralelamente à escala. Os atendimentos psicológicos, jurídicos ou assistenciais são realizados em uma sala separada, próximo ao espaço administrativo da Casa, a qual é organizada pela divisão de ambientes bem delimitados. Logo ao passar pelo portão de entrada, há uma sala de recepção onde ocorrem reuniões com visitantes e outros encontros para resoluções do dia a dia. Esta sala é bem iluminada e decorada com fotos de mulheres renomadas na história como Barbara de Alencar e Pagu, bem como com frases espalhadas pelas paredes em papéis coloridos. Frases como “Lugar de mulher é no tanque de guerra”, ou “não somos rivais, somos a revolução”, disputam as paredes com as manchas de infiltração.

Imagem 7 – Pode entrar



Fonte: Fotografia da autora: recepção da Casa

Imagem 8 – Infiltrações



Fonte: Fotografia da: recepção da Casa

A composição destes distintos espaços é o que faz com que dinâmica da Casa Tina Martins possa acontecer. Esta dinâmica é retratada por Alexandra da seguinte maneira:

Hoje, além da gente cuidar de toda a logística da casa, a gente tem que cuidar da porta também. E isso é muito complicado, né... Se uma pessoa toca, a gente tem que ir, abrir a porta, atender a pessoa, receber... Só que enquanto isso tem pessoas aqui dentro, das mulheres que permanecem conosco por um tempo [abrigadas] que precisa pegar alguma coisa na despensa, que precisa de uma ajuda, aí o telefone toca, aí tem as crianças, aí tem que pensar no almoço, aí tem um monte de coisa pra arrumar, coisa da casa... Então são várias atividades que a gente tem que pensar e é meio complicado, então a gente tenta se dividir (Entrevista Alexandra).

Ao redor da recepção estão três ambientes, a sala administrativa, a sala de atendimentos, onde são feitas conversas particulares com mulheres acolhidas e um quarto para as coordenadoras que se voluntariam para compor a escala da Casa. A organização destes espaços não foi determinada no início do trabalho, mas foi ganhando forma com a iniciativa das coordenadoras em tornar os ambientes mais funcionais para suas atividades. Sessões coletivas de organização são realizadas de tempos em tempos com a finalidade de fazer tais adequações que muitas vezes levam tardes de trabalho.

A disposição dos ambientes também foi feita neste mesmo processo de construção coletiva, o que não significa ser um processo sem disputas. Hilda, coordenadora da psicologia, conta como foi a criação de uma sala para atendimentos terapêuticos:

Então como você faz o atendimento que a pessoa, estando em uma condição tão frágil, você precisa de sigilo, você precisa de ter o, na psicanálise a gente chama de setting terapêutico, setting é o lugar físico, então tem que ser o lugar físico confortável, silencioso que as outras pessoas vai escutar e lá não tinha. Eu já sofri muito pra conseguir este setting. Então assim, de colocar cadeira, adaptar, então hoje tem uma sala, mas até conseguir essa sala foi uma luta porque foi difícil, foi difícil até com as próprias coordenadoras, eu percebi certa resistência... tinha, ah, não precisa não é só colocar em uma salinha e tá bom. Não, não é uma salinha ali tá bom, não. Não é uma salinha, tem que ser uma sala acolhedora, tem que ter um ambiente propício. Então com muito custo conseguiu (Entrevista – Hilda).

Como dito no início, a Casa não gira em torno apenas do abrigo temporário de mulheres. Diversas outras atividades são realizadas. Como já introduzido ao descrever as diferentes comissões, apoios diversos são prestados nestas áreas. Ao descrever a forma em que é realizado este trabalho, Hilda, por exemplo, explica que sua “principal função lá é como profissional de saúde, como psicóloga”.

Então eu acho que isso assim, permeou de uma certa construção de uma casa que tem o seu ideal político, tem - a casa é feita de uma ocupação social política, tem as questões marxistas, tem as questões socialistas, mas tem algo ali que é também uma casa numa questão de referência mesmo na questão de saúde. Isso hoje está mais tranquilo, isso eu acho interessantíssimo porque foi se construindo. Ninguém chegou lá e falou: “é assim”. Foi construindo passo a passo, muitos erros... batendo cabeça demais, então assim e eu percebo que eu cresci profissionalmente junto com a casa porque, quando eu cheguei na casa eu era uma das mais velhas. Então assim, pensando que eu estava lidando com mulheres de 18, 19 anos trabalhando lá e tendo uma posição de decisão lá. Então assim... (Entrevista – Hilda).

Da mesma maneira, Rosa fala sobre o teor profissional de suas tarefas de assistente social, e como estas habilidades constituem e são constituídas pela Casa:

Eu comecei a participar mais ativamente aqui na casa, trazendo um pouco da minha experiência enquanto assistente social e acumulando junto com as outras meninas da casa que já estavam há mais tempo do que eu nesse processo de... mais voltado pra violência contra mulher, né... pra defesa e garantia de direito das mulheres nesse sentido de não violência, né... (Entrevista – Rosa).

Essa construção coletiva levou o trabalho do acolhimento ter como prioridade o que as mulheres necessitam. Com isso, é possível evitar que a mulher seja submetida a procedimentos burocráticos desnecessários. De acordo com Alexandra, coordenadora responsável pelo núcleo jurídico, isso é feito a partir de uma ficha que visa “entender o que ela precisa: atendimento psicológico, jurídico... Ah não, ela só precisava passar aqui uma tarde, precisava de uma orientação...” (Entrevista Alexandra). Ou seja, é preciso verificar qual é a demanda apresentada pela pessoa que chega até a Casa.

Assim, as integrantes da Tina vêm traçando um significado próprio ao conceito de demanda, e isto revela um ponto importante da experiência. Violeta, coordenadora da Casa, exemplifica quais são as demandas mais comuns.

Olha, é sempre uma demanda que não é suprida pelo Estado que é do tempo da pessoa se reestruturar, né. Porque o Estado, você chega lá e fica cinco horas na fila pra fazer o boletim de ocorrência, você faz o boletim e ainda tem a chance do policial ter a pachorra de virar e falar: “não, volta pra casa, conversa com ele...”. Então acho que é isso... é uma demanda de mudança mesmo, agora o que vai ser essa mudança as vezes ela não sabe. Pode ser um auxílio jurídico, pode ser um auxílio psicológico, pode ser efetivamente o abrigo, dependendo aí entra nossa questão do abrigo temporário, dependendo disso e espaço para você se reestruturar (Entrevista – Violeta).

Nesta mesma direção Hilda, coordenadora do núcleo de psicologia, destaca o significado do conceito de demanda. Para ela, deve-se compreender que nem sempre o que o grupo

considera ser o mais adequado é o mais adequado para uma mulher que procura o acolhimento.

Uma das coisas que eu, sendo psicóloga, tentei mostrar e ainda tento, eu falo assim, o que que o sujeito está querendo? Não é a sua vontade, o que que ele quer? O que que aquela mulher está querendo? Então, não é assim, ah porque eu quero dar comida, quero dar um banho para aquela mulher que agora eu sou uma pessoa boa. Não, você tem que ver o que que ela está precisando. Ela está precisando só de um prato de comida? Ótimo, vamos oferecer um prato de comida. Não, ela tá precisando de um abrigo temporário para se estruturar, é isso, vamos oferecer. Ah não, ela precisa de uma semana de um colchão bacana, vamos encaminhar ela pra um outro lugar que possa oferecer isso, mas infelizmente não é naquele espaço físico (Entrevista – Hilda).

Neste sentido, pode-se dizer que a principal ferramenta para superar as insuficiências do Estado é o modo de ouvir e escutar a fala das mulheres. Violeta explica como isto dialoga com a condição de mulher de ambas as envolvidas, acolhida e coordenadora.

Não, você tem que lidar com isso, tanto que é uma coisa que te atinge quanto indivíduo, te atinge enquanto mulher, mas você precisa estar lá mostrar/transparecer segurança pra essa pessoa. Você não tem que ser uma pessoa fria também que não vai demonstrar empatia, mas tem que passar essa segurança. Eu acho que tem uma dificuldade nisso também (Entrevista – Violeta).

Ângela ressalta, ainda, que a intenção não é rigorosamente atingir um ideal. Para ela, “não é uma coisa que vai sair perfeita, né, que a gente nunca sabe o que o outro precisa, pensa, etc. só que a tentativa é essa, né” (Entrevista – Ângela). Na vida cotidiana, o acolhimento é realizado também em um campo de possibilidades:

Não, a gente tem um parâmetro, que a gente também não consegue abrigar todo mundo, não consegue acolher todo mundo e a gente não tem preparo. Não tem preparo para fazer um encaminhamento que a pessoa precise, então, quando a gente recebe esse encaminhamento do acolhimento/abrigo, já costuma ter uma noção. Às vezes tem uma demanda que essa mulher tem que a gente fala: “não, a gente não faz isso, a gente trabalha com isso, isso e isso”. (...) a gente tenta sempre manter uma prioridade sobre mulheres vítimas de violência, aí entra violência doméstica, sexual, patrimonial, etc. Aí tem outros casos que também vão deixar a mulher em uma situação vulnerável, mas não é o caso que a gente consegue trabalhar, por exemplo a questão da população de rua, que é um grupo que tem outras demandas (Entrevista – Violeta).

Neste sentido, existe certo consenso na forma de agir com as mulheres que vivem na casa, possibilitando uma convivência harmoniosa. A visão de Rosa, assistente social, vai na mesma direção do exposto por Violeta:

Eu já falei com mulheres aqui na casa que elas não são obrigadas a fazer, a participar de nada que acontece na casa se elas não quiserem participar. Porque eu vi uma abrigada que ainda tá aqui na casa que ela participa de tudo, mas participa porque

ela realmente quer participar ou participa porque ela está aqui e ela se sente na obrigação de participar? Né, e tem isso, mas é uma mulher que está perdida assim. Ela nem o atendimento psicológico ela tá conseguindo fazer porque ela não se abre. É uma pessoa que já passou por muitas coisas na vida, muito sofrimento mesmo na vida, então é uma pessoa que ela não é de fácil acesso assim, né. Então você vai tirando aos poucos aqui e vai fazendo aos poucos porque a gente tem que respeitar o limite das pessoas, né, porque pra gente que tá de fora é muito fácil chegar e falar assim: “olha, muito simples, você precisa fazer isso, isso e isso” (Entrevista – Rosa).

Por fim, diante de toda complexidade presente na dinâmica da Casa, é possível compreender como a Tina Martins é uma experiência política capaz de romper amarras históricas, como a violência de gênero. Isso é potencializado pelo modo em que esta dinâmica é organizada visando superar diversas barreiras conceituais sedimentadas na história, como é o caso das diferentes funções e formas de participar.

Distinguir as posições de acolhida, abrigada, voluntária, coordenadora, participante revela-se um olhar míope diante da prática. Isso pode ser percebido pelas inúmeras histórias de opressão e violência que são combatidas na vida de todas as mulheres que participam da Casa.

A gente foi conhecendo depois várias acolhidas e abrigadas que são assim, igualmente fortíssimas, sabe? Inclusive que são assim, **extremamente próximas da nossa realidade**, tipo assim, que são estudantes. Que já estiveram com caras que conhecem a Tina por exemplo, sabe? Que o agressor conhecia a Tina Martins, sabe? Que tipo assim, que já estavam envolvidas na própria casa, como que, tipo assim, como que nós nos unimos nessa luta sabe? (Entrevista – Angela).

Ao ser perguntada sobre o interesse em um movimento feminista, Ângela, coordenadora da Casa, conta que “claramente eu como mulher já passei por situações desagradáveis, situações assim, beirando o estupro mesmo e essas coisas e isso também faz a gente pensar e ter uma visão diferente do que que são as coisas, quebrar a bolha” (Entrevista – Angela).

Imagem 8 – “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira”



Fonte: Fotografia tirada pela autora em uma feira

O que é ser acolhida pela Casa Tina Martins afinal? Isto é o cerne do combate à violência de gênero neste contexto, pois toca diretamente processos de desnaturalização da violência em seu sentido mais amplo: na vida cotidiana. Rosa, assistente social, aponta que “acontece de mulheres saírem da casa e continuarem tendo atendimento jurídico, psicológico, né, o que é importante” (Entrevista – Rosa). Com isso torna-se ainda mais claro como ocorre o livre trânsito de locais de enunciação, ao notar que muitas mulheres adotam posições que ora se sobrepõe e ora se complementam.

Imagem 9 – “Mesmo que as correntes sejam diferentes das minhas”



Fonte: Fotografia tirada pela autora: grafite em um dos muros da Casa

2. Constituição do sujeito político, feminismo e violência de gênero

Após certa imersão na Casa Tina Martins, esboçando um panorama na medida do possibilitado por estas palavras, pode-se pensar sobre esta experiência à luz da constituição do sujeito político em Foucault (2010; 2004). Para isso, foram selecionados alguns trechos breves de conversas mais densas com a finalidade de ilustrar como as práticas de liberdade são forjadas pelos sujeitos no contexto da Tina Martins e como este grupo vem, com isso, buscando novas formas de conduzir seu cotidiano e seus horizontes de vida.

Retornando ao que foi proposto como análise da história de vida de acordo com a articulação feita do pensamento de Foucault por Fishcer (2001), os relatos pessoais narrados por algumas participantes da Casa elucidam como discursos se entrecruzam e disputam espaço na emergência de uma subjetividade política: ou seja, um sujeito que, apesar de submetido a um campo de poder, é capaz de questionar sobre as verdades do presente. Além disso, busca-se perceber como isso é possibilitado pelas práticas do dia a dia na condução da Casa.

No seguinte relato, Alexandra retrata um cenário no qual se passou sua história. Ela apresenta um contexto em que reconhece sua mãe, “uma mulher muito forte e muito inteligente” (Entrevista – Alexandra) como uma personalidade importante para sua formação, porém diferente do convencional. Além disso, ainda percebe a atuação distante de seu pai em seu cotidiano.

Acho que a maior influência pra eu me tornar feminista foi a minha mãe. Meu pai era alcoólatra, fumante, então ele morreu por conta disso e mesmo ele ainda vivo, minha mãe sempre foi a base assim lá de casa, então eu me espelhava muito nela, porque ela trabalhava, ela cuidava de mim, ela tinha uma vida também, né. Ela se divertia, ela conseguia ter um momento de lazer dela, então eu sempre via uma mulher muito forte e muito inteligente também. Eu lembro que minha mãe, eu nunca gostei muito de boneca e essas coisas assim, então minha mãe ficava muito tempo, ela lia uma história, tipo lição de moral, eu nem lembro direito de onde ela tirava essas coisas, e aí ela me perguntava no final: “Qual a lição que você tirou deste texto?” e aí eu ficava falando que “Ah, as pessoas não podem ser egoístas” e não sei o quê. Então ela sempre tentou me criar de uma forma que, apesar do meu pai não era ausente, mas meu pai era a parte legal. Meu pai era que me levava pra passear, me dava bobagem pra comer, mas esse lugar de me criar mesmo, sabe, da minha moral, dos meus valores foi a minha mãe (Entrevista – Alexandra).

Além de ser possível ver a forma em que Alexandra apresenta distinções de valores morais muito claras em sua fala como o contraste entre sua mãe ser mulher e se divertir, há também

uma extensão deste pensamento individual para o nível social, do coletivo. Neste mesmo processo de pensar sobre a realidade coletiva, Violeta, coordenadora da comissão de comunicação, resgata sua trajetória no colégio. Conta que sua adolescência foi circundada por um contexto educacional tendencioso, considerado como o normal. Sua forma de pensar neste cenário já era percebida como fora do esperado:

Não sei se tinha, mas eu estudei em uma escola particular também, dessas escolas particulares católicas ainda a escola em si não era exatamente um pilar do catolicismo não porque... nos anos que eu estudei lá efetivamente tinha ensino religioso, mas não mandava a gente ir à missa, não mandava a gente rezar nem nada. Era uma escola particular católica de elite mesmo. Eu era assim “a comunista”... a comunista do colégio [risos]... eu brigava com professor, brigava com aluno também [risos]... (Entrevista – Violeta).

A continuação do relato mostra que além de seu pensamento sobre a realidade social ser considerado alternativo, a inserção da violência de gênero também passou a ser percebida neste momento; ou seja, uma violência sofrida exclusivamente pela sua condição de mulher:

Logo que eu já tinha uns 12 ou 13 anos, eu já tinha o corpo bem desenvolvido então eu já escutava um tanto de coisa na rua, eu andava toda encurvada por causa disso também. Eu tinha professor que quando eu tava no oitavo ano, eu tinha tipo, 13 anos, eu cortava o cabelo curtinho, aí chegou um professor e falou: “nossa você virou sapatão?” (Entrevista – Violeta).

Neste caso, a violência é exercida sobre o corpo, sendo tão natural que ela destaca o fato de ter ocorrido em um ambiente escolar. A constatação destas falas como uma forma de violência, no entanto, não é imediata. A percepção do teor violento de tais enunciados é fruto de uma série de processos. No entanto o feminismo como uma forma de identificar este tipo de determinação não é recorrido como uma ferramenta pronta. Primeiro ocorrem diversas problematizações para que depois estas comecem a se sedimentar em uma formação discursiva feminista. No seguinte relato, Alexandra olha o passado e busca situações cotidianas que a levaram a estas problematizações:

É engraçado, né, porque quando a gente se torna feminista, a gente se reconhece na realidade, né, feminista. A gente vai buscando de quando a gente ainda não se reconhecia, episódios que talvez você já era uma feminista sem saber. E desde pequena sempre teve episódios que marcaram o feminismo na minha vida, de sempre tentar me posicionar, sempre defender as colegas da escola, de brigar muito com os meninos... Umas coisas assim, sabe? E aí eu, pra falar a verdade eu não lembro qual que foi o momento que eu falei assim “nossa, mas eu sou feminista”. Mas de fato o momento que eu compreendi o que isso significava foi com Olga, com o processo da Tina (Entrevista – Alexandra).

Como apresentado, o feminismo não é um movimento homogêneo, assim não há consenso sobre como se exerce a violência de gênero na realidade. As diversas vertentes que buscam compreender este cenário tampouco são apropriadas na vida cotidiana de maneira estanque. As diversas teorias feministas são apropriadas pelos sujeitos como recurso nas relações de poder. Ou seja, são utilizadas como instrumentos políticos com o intuito de “afrouxar” os cenários muito fechados, como é o caso do machismo.

Este é um processo complexo que vai além do ganho de consciência teórica acerca do assunto. A transformação da subjetividade apenas é possível mediante ações práticas e coletivas, pois visa contrapor conceitos sedimentados por forças históricas. Neste sentido, a transformação destes cenários luta contra o resultado de processos violentos que ocorreram durante o tempo.

Na Casa Tina Martins, é possível observar o trânsito dessas diferentes vertentes do feminismo. Como disse Rosa, “o que trouxe as mulheres aqui pra casa é uma mesma coisa, né, é a violência doméstica, mas a forma como elas enxergam isso é muito diferente” (Entrevista – Rosa). Há, no entanto, uma busca por essa conscientização teórica a qual procura suas bases no socialismo enfatizando a noção de classe, trabalho e exploração. Margarida Alves, integrante do movimento Olga Benário, mostra como a Casa Tina Martins se vale destes discursos:

Um movimento que tem um caráter de classe né, sobretudo dialoga com as mulheres trabalhadoras, com as mulheres pobres, com as mulheres pretas, com as mulheres das periferias porque são essas que são mais atingidas pela violência. (...) é importante a gente dialogar nos espaços de conhecimento, é importante a gente dialogar, nas universidades, mas o feminismo precisa chegar nessas mulheres. (...) elas acham que elas têm que ficar debaixo daquela violência até quando tiver que ser e **a gente precisa mostrar para elas que não tem que ser assim** (Entrevista – Margarida Alves).

Além de tais bases conduzirem a uma interpretação marxista acerca da “raiz do problema”, elas também direcionam as ações do movimento em direção às mulheres negras pobres e periféricas, sendo isso um desdobramento fundamental desta perspectiva. A compreensão acerca do que seria a origem primária do problema da violência de gênero leva a uma conduta direcionada à desestruturação desta suposta origem.

E é a partir disso, a gente vai se interessando pelas leituras, vai vendo isso e também entra a questão, porque que o Olga me atraiu tanto é que todas as leituras que eu

tinha e que me interessavam eram leituras de transformação profunda, de transformação na sociedade e foi a partir disso mesmo, de pensando nessas questões de como que pode mudar uma situação, mas para você entender como que pode mudar você tem que entender como que está estruturado, né, então acho que é a partir disso. Não sei exatamente qual que foi o trino não, mas foi um pouco por aí, mais ou menos isso (Entrevista – Violeta).

Como desdobramento desta teoria, o movimento foi levado, como explica Margarida, a agir de forma radical, o que significa atuar para além de formas simbólicas como é feito convencionalmente.

A gente viu que, para atuar com essas mulheres, precisava ser de forma mais radical mesmo, né, e radical é a gente para além de atuar nas datas simbólicas como foi o caso da ocupação no dia 8 é fazer um trabalho cotidiano de ir lá, de dialogar com essas mulheres, de falar sobre as diversas coisas que impactam na vida delas que não necessariamente é só violência doméstica, violência do parceiro, mas todas as outras violências que elas sofrem e todas as resistências que essas mulheres fazem todos os dias para elas se reconhecerem como mulheres fortes, como mulheres capazes e que podem mudar o rumo das suas vidas se elas quiserem e óbvio que muitas têm dificuldade, ou a grande maioria de fazer isso sozinha, então o movimento precisa ser essa base, esse alicerce para que essas mulheres não se sintam sozinhas (Entrevista – Margarida Alves).

As demais vertentes do feminismo não são deixadas de lado. A Tina Martins possibilita um local para a prática e discussão destes saberes. Assim como o “núcleo do jurídico” apropria-se da concepção de igualdade de gênero no campo dos direitos, o “psicoTinas” igualmente proporciona um espaço para o pensamento sobre gênero e psicanálise. Hilda, coordenadora deste núcleo, narra como surgiu seu interesse pela perspectiva feminista a partir de sua área de estudos, a psicanálise:

Então quando eu entrei na psicanálise eu também tinha essa crítica de que ah, porque que o homem sempre tem essa questão do falo e sempre tem o poder e a mulher não? Por que que não há uma igualdade? E hoje eu percebo que você começa a estudar e essa matéria foi interessante porque teve contraste de várias autoras, Judith Butler, teve outras autoras, Hanna Harendt, com a questão da psicanálise e foi isso que eu tive o meu primeiro contato mais teórico com a questão do feminismo (Entrevista – Hilda).

Como resgatado no primeiro capítulo desta dissertação, há uma longa história de fazer do sujeito um objeto de conhecimento (Fischer, 1999). Isso pode ser visto na busca das mulheres do movimento em relacionar o feminismo ao socialismo. Com isso, é possível se afastar de feminismos como o de inspiração neoliberal, o qual não lança um olhar crítico ao sistema capitalista. Violeta ainda enxerga as mulheres como ponto fundamental para o ideal

revolucionário marxista, principalmente por ser o grupo em que, para ela, a exploração recai mais intensamente.

Eu via só que eu não concordava com nada do feminismo liberal e assim por isso que eu até já compactuei com a Tina desde o início que não era isso, não eram esses ideais, mas, a partir do momento que eu fui conhecendo mais a Tina e conhecendo o Olga, por conseguinte eu fui tendo contato nisso. (...) O feminismo socialista, ele já tem essa questão, pra você poder fazer uma transformação social profunda, você precisa contar com as mulheres porque elas são um grupo significativo disso (Entrevista – Violeta).

A subjetividade política que se constitui diante destes fundos de saber do feminismo nutre a experiência da Casa e possibilita sua continuidade. Como discutido por Orellana (2008), não há uma essência original do sujeito, mas uma subjetividade formada por múltiplas disputas discursivas. Isto faz com o que os movimentos de libertação busquem não um retorno à origem da essência humana, mas formas aceitáveis e satisfatórias de existência para a organização da vida cotidiana em sociedade.

Esta busca pelas formas satisfatórias de viver remete às práticas de liberdade. No caso do movimento Olga Benário, isto pode ser observado pelo modo em que se enxerga a possibilidade de liberação das mulheres. Alexandra mostra que o fato do movimento visar atingir a raiz do problema conduz a uma ação para além de “ficar apagando incêndios” (Entrevista – Alexandra). Por isso, para ela, a criação de uma Casa de Referência da mulher como a Tina Martins é o que mais se aproxima de seu ideal de liberdade:

A gente fez a Tina Martins e a gente não vai atender todas as mulheres da nossa sociedade que, de fato, vai acabar com a exploração da mulher, com o machismo e a transformação da sociedade como um todo. E aí incluem-se homens e mulheres (Entrevista – Alexandra).

Em outra entrevista, Angela relaciona diretamente a Tina Martins a uma forma prática de lutar contra o machismo. Para ela, o foco deve ser “literalmente salvar elas [as mulheres] de um milhão de outras violências” (Entrevista – Angela).

Eu acho que essa é muito da base do que que a gente pode conseguir lidar com o machismo de uma forma prática, sabe? Com nós mesmas e o que a gente pode passar para as outras mulheres para mudar a forma como elas se enxergam na sociedade (Entrevista – Angela).

A subjetividade política é aquela capaz de problematizar a construção do gênero feminino como responsável pela produção da principal engrenagem do sistema capitalista, o

trabalhador. A luta prática contra o machismo derivada, portanto, desta série de problematizações que podem ser observadas no decorrer da vida das mulheres envolvidas na Casa. Rosa conta um momento de sua vida familiar em que se pode ver claramente o exposto por Solís e Pintos (2002). A dinâmica inflexível do trabalho doméstico como chave para a perpetuação do patriarcalismo e, por conseguinte, o potencial político da problematização dessa realidade.

Eu sou de uma família de cinco irmãos, são três homens e duas mulheres então assim, na minha casa sempre teve aquelas questões de eu e a minha irmã fazia as coisas, eu, minha irmã e minha mãe fazia as coisas de casa e meus irmãos não faziam, meu pai fazia muito pouco né, porque aquele negócio né, ele fazia o trabalho público e a gente ficava ali no privado e meu pai chegava do trabalho, já tava cansado do dia e a gente chegava das outras coisas e minha mãe o dia inteiro em casa fazendo tudo de casa e ainda tinha que fazer janta, essas outras coisas todas então isso sempre me incomodou muito, tanto a mim quanto a minha irmã né, a gente sempre teve uma postura muito parecida, mas incomodava também muito a minha mãe e ela reclamava muito e brigava com meus irmãos que eles não faziam as coisas de casa né e a gente... a gente se sentia mesmo explorada assim...de ver que a gente tava fazendo uma coisa que é bem comum, pra todo mundo da casa e só uma parcela da casa tinha que arcar com aquela carga né (...) então a gente vai vendo essas coisinhas assim que são pequenas, mas que vão crescendo dentro da gente e vão trazendo uma perspectiva diferente do que é ser mulher nessa sociedade (Entrevista – Rosa).

A luta contra a violência nessa dimensão remete ao discutido anteriormente sobre os modos de viver considerados ideais e as práticas de liberação almejadas por um movimento. Entretanto, esta subjetividade política tampouco possui homogeneidade; este modo de agir também é submetido a uma série de disputas e reflexões. Hilda, uma das coordenadoras da Casa, apresenta estas problematizações e sugere que o melhor modo de conduta seria a criação de espaços de conversa para garantir a livre circulação dos discursos.

Você vai combater violência com a violência? Te meteram o pé, você vai bater o pé de volta? Então é isso que eu questiono. Eu não tenho uma posição formada, eu me questiono isso. Até que ponto é viável ou não. O que eu acho importantíssimo é a questão de conversa. É necessário abrir os espaços de conversa, de orientação, de disseminação no sentido assim de... abrir... e não só fechar (Entrevista – Hilda).

A própria integração à Casa Tina Martins representa este ideal de prática de liberação. Adiante serão levantados alguns elementos que fazem com que a inserção neste grupo configure esta estratégia de desnaturalização da violência de gênero como uma prática transformadora.

Partindo da filosofia sobre o “cuidado de si” tratado por Foucault deve-se levar em consideração a integração de dois aspectos: 1) as práticas de si configuram um modo de ação

sobre suas próprias ações, e 2) Estas ações se desenvolvem em um campo ao qual o sujeito está circunscrito. Ou seja, uma relação de poder do sujeito sobre si mesmo. Isto fica muito claro quando as participantes da pesquisa contam sobre seus contextos familiares. Hilda, por exemplo, aponta categorias sociais como classe, sexualidade e raça, territorialidade:

Vindo de uma família, classe média, heteronormativa, branca, que tem certas visões: tradicional família mineira, viseira...eu vim desta questão... quando eu fui pra lá [Tina Martins] eu vi um outro ponto, uma outra questão que eu não tinha visto... (Entrevista – Hilda)

É interessante notar como o próprio sujeito percebe o campo no qual está inserido. Como diz Orellana (2008, p. 41), ao afirmar que “quanto mais profundo e envolvente o labirinto do poder, mais intrincado e complexo será o trabalho da liberdade”, a violência de gênero transita por diversas ramificações. A Tina Martins pode ser vista neste sentido como uma oportunidade de cuidados para o corpo e para a mente. Um espaço no qual se podem desenvolver habilidades, exercer práticas criativas e entrar em contato com pessoas provenientes de diferentes cenários sociais.

Eu acho que é possível ampliar o diálogo, então é por isso que a Tina Martins me abriu pra um mundo que eu não conhecia, mas ao mesmo tempo não quer dizer que agora eu conheci um novo mundo que eu concordo 100%, eu tenho minhas ressalvas. Então assim, eu começo a me questionar, eu sendo mulher, psicanalista, lésbica e como que eu vou me colocar nesse mundo cheio de preconceitos, cheio de várias coisas e como eu eticamente vou atuar (Entrevista – Hilda).

Na seguinte fala, Hilda ressalta o fato de que, para ela, todas as pessoas que sofreram violência de gênero precisam lidar com isto. Ou seja, precisam atuar sobre si mesmas de modo a superar este tipo de opressão. Por conseguinte, todas as envolvidas em uma experiência como a Tina Martins estão submetidas a este cenário. Ela exemplifica contando sua própria história em que, por desviar do esperado socialmente para mulheres, ficou exposta a uma condição de desamparo.

Por eu ser lésbica, já sofri violência de gênero dos meus pais, então assim... de querer às vezes expulsar de casa por não aceitar. Não é algo que eu abro no trabalho abertamente, mas tem algo em mim ali que tem essa motivação, então acho que a questão de violência de gênero, toda pessoa que trabalha com isso tem alguma coisa a ver, já passou, deixou de passar e precisa lidar sobre (Entrevista – Hilda)

Na trajetória de várias participantes este contexto de violência pode ser observado, como no caso de Violeta que conta que, “logo que eu já tinha uns 12 ou 13 anos, eu já tinha o corpo

bem desenvolvido, então eu já escutava um tanto de coisa na rua, eu andava toda encurvada por causa disso também” (Entrevista – Violeta).

A inserção na Casa Tina Martins pode ser vista como uma maneira de subverter este contexto de desamparo e exposição a partir da criação de diversas práticas coletivas e individuais. No entanto, isso não acontece de maneira fluida, sem barreiras ou imposições externas. Isso fica muito claro em relatos de coordenadoras que contam diversas dificuldades em participar. Como exemplo, temos o caso de Violeta, que, apesar de ter interesse em participar, enfrentava algumas limitações. Seu receio é mostra os entornos de seu campo de possibilidades.

Beleza, fomos à manifestação foi uma manifestação maravilhosa e desaguei na Tina assim. Só que eu não - eu tava no terceiro ano do ensino médio, eu era menor de idade também, eu tinha 17 anos, então eu não tinha muito tempo nem cabeça, nem queria me envolver muito nisso porque eu tinha 17 e, se desse bosta, ia ser pior pras outras pessoas e pra mim (Entrevista – Violeta).

Esta situação se liga ao modo com que Foucault enxerga as práticas de si como “esquemas que ele [o indivíduo] encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2010b, p. 276). Ou seja, é a forma em que o sujeito cria a si mesmo através de práticas que servem para desviá-lo da hegemonia. Neste caso isso pode ser visto pela situação de uma mulher de dezessete anos refletir sobre a participação em algo que poderia a expor a algum risco policial. Isto em outros cenários, como no caso de adolescentes de classes sociais mais altas ou que tiveram maior contato com cenários conservadores, talvez não fosse sequer cogitado.

Minha mãe acha, minha mãe principalmente né, é a pessoa que mais tenho relação, as demais nem tanto, mas também fazem uns comentários. Eles falam que eu dedico muito mais tempo ao movimento que a família, cobram muito a minha presença. (...) É, não é só o movimento, né, tem Universidade, tem várias outras coisas, né, mas elas só enxergam o movimento. Então elas acham muito legal o que eu faço, não têm nada contra, porém às vezes bate aquela coisa de família, temos que estar mais unidos... Mas não é nada que eu não consiga lidar, não. Às vezes a pressão fica um pouquinho mais forte, mas é mais tranquilo. São todas mulheres, né, então eu acho mais fácil de lidar também, elas mais trabalham do que ficam em casa, mais fácil de compreender (Entrevista – Alexandra).

Muitas atividades que acontecem na Tina Martins podem ser pensadas dessa forma, sobretudo ao se levar em consideração a complexidade apresentada acima acerca da inserção do sujeito neste grupo. Atividades como a organização e participação de feiras, rodas de conversa,

festas, eventos, aulas abertas, clube de cinema, aulas de danças e oficinas diversas propiciam este momento de atuação sobre si e são potencializadas pelo coletivo.

Aí eu ia nos eventos, mais por exemplo, uma palestra que tinha na Tina, uma festa junina quando já era no endereço atual e eu entrei em contato com algumas das meninas também, das coordenadoras, gente que já saiu também, mas eu conhecia bem por alto assim. Continuava indo, mas era bem por alto. Aí em 2017 quando eu já tinha os 18 anos, já estava fora do ensino médio, aí eu falei: “não, eu não vou ficar quieta não”, eu vou pegar minhas coisas e aí eu apareci na Tina (Entrevista – Violeta).

Neste relato, Violeta mostra que, além do impacto que estas atividades possuem em sua vida pessoal, estas ainda ajudam na entrada na Tina Martins. Este mecanismo pode ser entendido como uma articulação da estratégia de liberação potencializando sua sofisticação. No entanto, não basta que sejam realizados eventos em grande quantidade e frequência. A preocupação mencionada acima em manter uma proximidade teórica da vida prática, por ser um ponto chave para a sustentação deste trabalho, resulta em uma complexidade no desenvolvimento dessas atividades.

O nosso trabalho é muito político, a gente não é só um trabalho que presta um serviço público. É que presta um serviço público só que de forma popular e alternativo o serviço que a gente oferece. Então a gente precisa estar a todo o momento muito atenta de como isso tá sendo feito e como que isso tá sendo divulgado. Então necessita que a gente esteja mais presente em tudo. Então por exemplo, se vai ter uma atividade, se vai ter uma oficina na Casa, tem que ter uma de nós participando, porque a oficina não é só como fazer um artesanato, mas as pessoas conversam, é um momento ali que às vezes a pessoa tá passando por uma coisa, mas não tem coragem de falar no atendimento, mas na atividade consegue. Então a gente tem que tá presente em tudo. E é um pouco complicado, né, quando a gente tá com poucas de nós (Entrevista – Alexandra).

Imagem 10 – Convites para eventos



Fonte: Extraídas da Página da Casa Tina Martins no Facebook

Acima estão algumas imagens realizadas pelas próprias integrantes da Casa extraídas da página do grupo em uma rede social. Estes eventos são realizados com regularidade, servindo também como meio de divulgar a Casa para a cidade. Esta disseminação segue livre pelas redes sociais e conta com uma rede de amizades já pré-estabelecidas como meio condutor. A integração por meio das amizades é comum no caso deste grupo. Este fator está presente no relato de diversas coordenadoras e participantes; como exemplo pode ser apontado o relato de Violeta:

Eu tava no terceiro ano do ensino médio nessa época, e eu não sei por qual razão que tinha uma amiga que ela conseguiu entrar em contato com um grupo de mulheres que queria fazer uma manifestação de mulheres pela democracia e uma virada cultural na Tina Martins que na época era uma ocupação ainda, que deixou de ser uma ocupação em junho. Né, no caso então a Tina ainda era ocupação. E eu não sei como essa amiga minha entrou em contato com essas meninas e me botou em contato também (Entrevista – Violeta)

Além disso, os eventos voltados ao público externo unem várias dimensões de atuação da Casa, como o acolhimento, e a discussão de temas fortemente políticos, como democracia, ditadura, imigração, racismo, saúde, entre outros. Seguem abaixo algumas fotografias realizadas ao longo da participação nestas atividades.

Imagem 11 – Evento aberto ao público



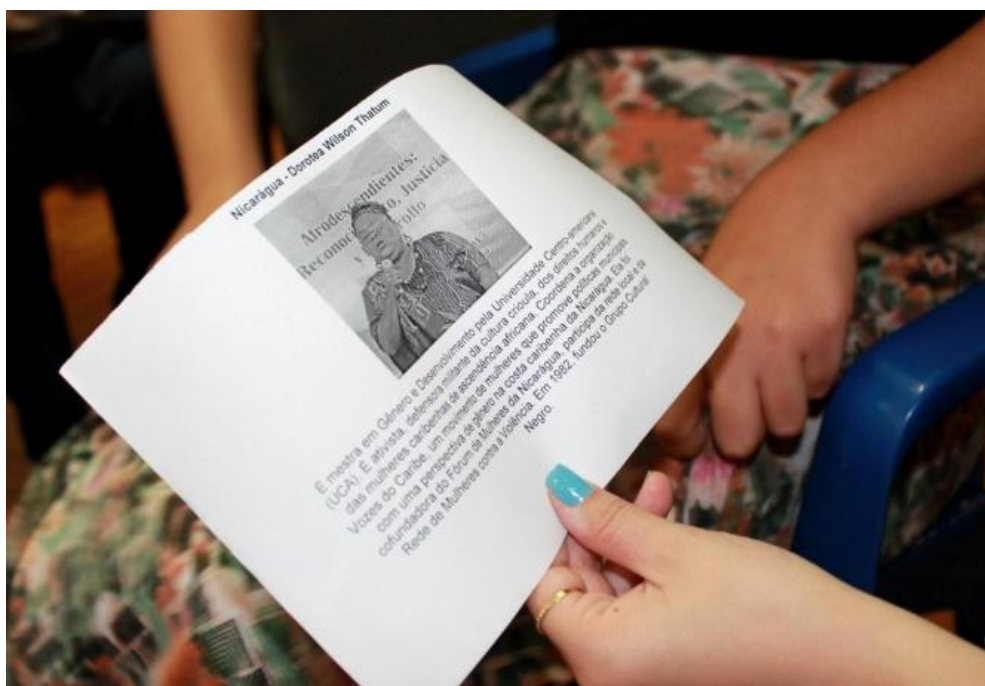
Fonte: Fotografia da autora no evento Resiste Tina

Imagem 12 – Exposição do jornal “Lampião da Esquina”¹⁸



Fonte: Fotografia da autora no evento Resiste Tina.

Imagem 13 – Histórias de mulheres negras, latino-americanas e caribenhas



Fonte: Fotografia da autora em uma atividade da feira de Julho de 2018

¹⁸ O Jornal Lampião da Esquina é uma publicação voltada aos homossexuais que circulou entre 1978 e 1981 vinculada à imprensa Alternativa após abertura política pós-Regime Militar, instalado em 1964 (Ferreira, 2012).

Imagem 14 – Feira da Tina



Fonte: Fotografia da autora

Imagem 15 – Temas



Fonte: Fotografia da autora

Imagem 16 – Trabalhos



Fonte: Fotografia da autora

Imagem 17 – Trabalhos II



Fonte: Fotografia da autora

Imagem 17 – “Sem mulheres não há revolução”¹⁹



Fonte: Fotografia da autora

Imagem 18 – “Mulheres pela Democracia - BH”



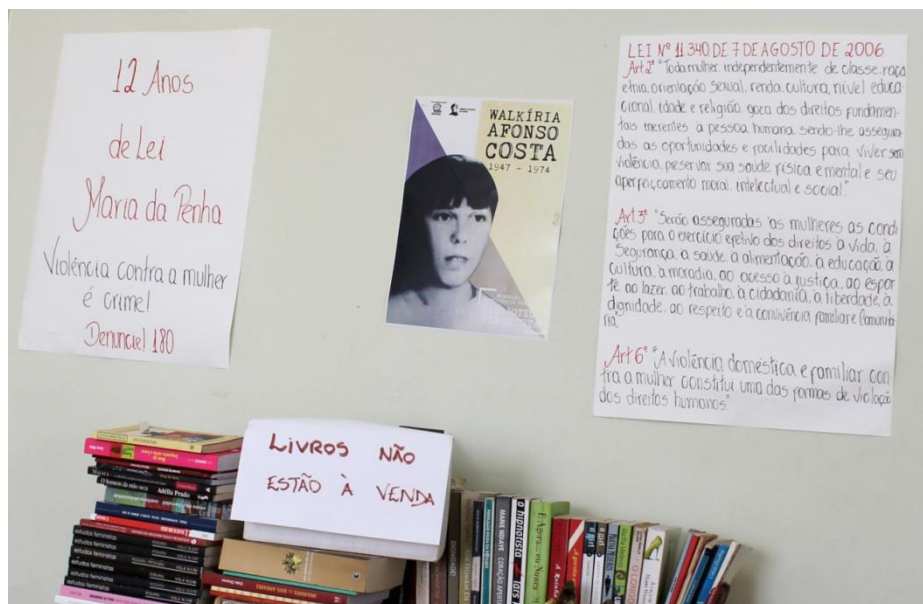
Fonte: Fotografia da autora

¹⁹ Grafite realizado na feira de dezembro de 2018

Estes eventos são organizados não apenas como meio de arrecadação de fundos, mas fazem parte da experiência política. Como pôde ser visto nas fotos acima, temas que buscam resgatar a história por um ponto de vista contra-hegemônico fazem parte das reflexões estimuladas na Casa.

O acolhimento é qualquer mulher que vem aqui solicitando algum tipo de ajuda nossa. Inclusive, tem umas que a gente nem consegue fazer ficha porque é isso, às vezes tá rolando feira e aí chega uma mulher e começa a conversar com você do nada e você começa a perceber ali que ela tá trazendo uma demanda, só que ali é um espaço totalmente informal, não é o momento, né, assim. Então às vezes a gente conversa com ela e não dá nem tempo de fazer uma ficha (Entrevista – Alexandra).

Imagem 19 – 12 anos de Lei Maria da Penha



Fonte: Fotografia da autora em uma sala da Casa

Imagem 20 – Bazar



Fonte: Fotografia da autora

Imagem 21 – Bazar II



Fonte: Fotografia da autora

Um aspecto importante para esta dinâmica é a criação de laços afetivos decorrentes da organização e participação destas atividades. Além de a amizade ser fundamental para a entrada no grupo, que por si só já pode ser vista como uma prática de cuidado de si, a amizade é também um dos recursos mais potentes na permanência das participantes na Casa. Isto perpassa a transformação do sujeito de forma clara. Em muitos relatos pode-se ver como essas relações auxiliam e suportam o sujeito em momentos críticos.

A gente cresce muito quando está inserido e tipo eu... quando eu entrei lá, eu era uma doida, bobinha assim...e eu não sei se você lembra do caso daquela ex-abrigada nossa que falou nos dois anos da casa... ela entrou junto comigo, só que ela entrou como abrigada e eu entrei como pra pessoa da escala e assim... eu acho que esse é um exemplo que eu posso colocar mais porque você vê, você viu como que ela é, ela é articulada de estar lá, ela se coloca, ela fala da importância daquilo pra ela e é uma troca também, também foi muito importante pra mim pra eu poder ver isso, a gente tem contato com as pessoas, a gente tem contato com a realidade delas e a gente vai crescendo em cima disso. Isso é uma coisa incrível. Claro que eu não tô falando que você vai virar “melhores amigas para sempre” da abrigada, da ex-abrigada, a acolhida, mas você estabelecer essas relações tipo, você criar mesmo uma questão, uma levantar e ir levantando a outra, isso é uma coisa que eu gosto bastante (Entrevista – Violeta).

É interessante notar como o exercício de constituição dos sujeitos propiciados pelo espaço da Tina se estabelece de maneira dialógica e coletiva entre as diferentes mulheres que compõem ou passam por este espaço.

Além disso, um dos discursos presentes nesta experiência, dentre diversos outros é o da psicologia, o que ocorre por diversas razões. Primeiro devido ao contexto histórico o qual valoriza o conhecimento científico como legítimo para lidar com problemas relacionados à mente e à subjetividade. É interessante notar, no entanto, que há na Casa a possibilidade de se apropriar deste conhecimento e transformá-lo de acordo com a realidade daquele contexto.

Hilda esclarece como une conceitos teóricos à prática na Casa:

A psicanálise é minha ferramenta teórica, mas lá eu sou psicóloga, então se vai ter hora que eu vou fazer um acolhimento, então vai ter hora que eu não preciso falar nada, ou tem hora que eu tenho que pegar na mão da pessoa e falar assim: “não, tá tudo bem, vamos com calma”, então necessariamente eu tenho um aporte teórico da psicanálise, mas lá não é lugar de análise. A última coisa que eu vou fazer lá, tanto que nem existe, não existe um divã e nem é pra existir porque lá não é clínica de psicanálise, então lá é um outro lugar. Que outro lugar é esse? Com aporte da psicanálise, como ferramenta, há o acolhimento das mulheres em situação de violência. Esse é o trabalho da psicologia lá, um acolhimento e análise, se a pessoa quiser mesmo uma análise, ela vai procurar em outras maneiras. Existem outros lugares em Belo Horizonte, então assim, lá é mais uma coisa emergencial (Entrevista – Hilda).

Hilda deixa muito claro que a Casa não funciona como uma clínica psicanalítica convencional, mas que segue alguns preceitos básicos deste tipo de saber, como a importância da escuta, o que é uma prática fundamental no processo de desnaturalização subjetiva da violência de gênero.

A escuta como uma das mais importantes facetas do acolhimento revela não apenas uma possibilidade de reflexão para as mulheres acolhidas, mas a própria prática de escutar em acolhimento é também uma prática de si. Isto porque a escuta, como feita no contexto da Casa, requer o desenvolvimento de habilidades pouco valorizadas no contexto presente. O desenvolvimento deste tipo de habilidade possibilita uma oportunidade real de transformação de si, pois, ao ser capaz de escutar o outro, o sujeito percebe a existência de outras realidades, estendendo as margens que o circundam.

Ela [a acolhida] vai te contar uma história que você vai parar tipo, wow, pera aí! E é isso, a gente também não pode ter aquele trato super burocrático, só falar não: você veio aqui por causa disso, não ligo para sua outra história. Você precisa escutar e às vezes você escuta uns negócios que você fica assim... [perplexa]. Já aconteceu até casos que falei, pera aí, vou ali pegar um copo d'água pra você e fiquei quieta por uns 5 minutos dentro do banheiro refletindo porque a menina era mais nova que eu... (Entrevista – Violeta).

Este tipo de escuta como prática de si é o que permite que a Casa atinja novas dimensões na luta contra a violência de forma efetiva. Isto na prática se exerce na medida em que há uma busca em preservar o tempo e a liberdade das mulheres acolhidas:

Você vai tirando aos poucos e vai fazendo aos poucos porque a gente tem que respeitar o limite das pessoas, né, porque pra gente que tá de fora é muito fácil chegar e falar assim: “olha, muito simples, você precisa fazer isso, isso e isso”. Mas para uma mulher que teve que sair da onde que ela estava, sair do entorno da família extensa dela pra ficar em uma casa que não é a casa dela, que ela demora um período muito grande ou muitas das vezes nem consegue se sentir pertencente daquele espaço, sei lá (Entrevista – Rosa).

Rosa, assistente social da Casa, deixa muito clara a importância em enxergar as mulheres acolhidas em sua singularidade: “tem mulher que você chega e você dá algumas opções e ela rápido já começa a se... até a questão de, você chega pra uma e fala assim, vamos fazer um currículo? - Ah, depois... não sei...”(Entrevista – Rosa). O espaço de tempo dado às mulheres, mesmo diante da urgência da situação, é fundamental. No entanto, para que isso seja possível, é necessário lidar com a ansiedade gerada no processo.

É um trabalho demorado, que cria muita ansiedade principalmente/ pra gente que está ali, tentando fazer o trabalho. Então assim, imagina a ansiedade que cria pra essas mulheres, né e elas muitas das vezes, a gente tem que sempre estar conversando pra elas não se perderem nesse processo assim de aí, tá muito difícil, acho que o mais fácil é voltar e sofrer violência, mas voltar pra onde eu estava que estava mais fácil, assim, porque é um processo muito difícil, então tem que fortalecer muito essa mulher pra ela conseguir, né, se manter firme durante esse processo porque é um processo difícil e demorado, não é simples, não é do dia pra noite. Tem casos que a gente consegue articular com mais... flui mais rápido. Mas tem casos que não. Que não dá e que é difícil, principalmente quando tem criança na idade infantil assim, né. Crianças muito novinhas que a creche é até 4 e meia. Como que você arruma um emprego que vai te, que você vai sair antes daquele horário pra pegar o filho na creche? Né, aí às vezes acha/ consegue uma vaga na creche na região central. Mas aí essa mulher consegue um emprego na região central, mas ela não vai conseguir alugar uma moradia no centro. Ela vai conseguir alugar em um lugar muito longe, então ela vai ficar, sei lá, duas horas pra chegar no centro (Entrevista – Rosa)

Por outro lado, o acolhimento, como é feito na Tina Martins, não possui uma visão ingênua de que o processo de liberação da violência doméstica ocorrerá sempre de maneira fluida. As dificuldades e as amarras que sujeitam os indivíduos não são ignoradas, entretanto a busca pretendida pelas mulheres é agir nas fissuras. Isso significa lidar com o que se tem disponível a partir da realidade de cada acolhida.

Então pra elas é muito difícil, uma coisa que é básica, vai no conselho tutelar, conversa lá pra conseguir, leva seu boletim de ocorrência, sua medida protetiva que você consegue vaga na creche. Isso pra gente é muito simples, mas pra essa mulher é muito difícil, muito difícil, então às vezes, se a gente não tá junto ali daquela mulher pra é...é aquele negócio né, dar a mão pra ela e vamos lá ou vamo... a gente vai fazendo aos poucos aqui, vamos caminhando juntas até você se sentir forte o suficiente pra você caminhar sozinha e é isso, agora tem mulheres que não, tem mulheres que você dá os indicativos do que pode ser feito e elas conseguem é... fazer de uma forma diferente de outras, né, mas acho que é muito subjetivo isso (Entrevista – Rosa).

Nesse sentido, o convívio entre abrigadas, acolhidas, coordenadoras não ocorre de uma forma completamente horizontal. Isso se deve à dificuldade em incluir as mulheres sem reproduzir um sistema de opressão. Trata-se de uma linha tênue que separa a visão política de ver as mulheres com uma subjetividade transformada e o reconhecimento das limitações impostas pela realidade social. Alexandra esclarece como esta situação complexa é vivenciada na Casa apontando alguns casos como exemplo. Nesta fala, é possível perceber como todos os aspectos mencionados acima são articulados na realidade da Tina Martins:

É, é uma dificuldade que a gente tem. Nossa ideia desde o início era que, por exemplo, essas mulheres abrigadas, participassem bastante das rodas de conversa e entrassem pro Olga quando passasse esse período, sabe, de fortalecimento. Só que na realidade não é assim, né. Essas mulheres, elas têm uma personalidade, elas

geralmente saem daquela violência, mas não saem daquele ciclo de violência. A mulher, quando sai de um ambiente hostil, de um histórico de violência, não quer dizer que ela tá se tornando uma feminista. A gente tá dizendo que ela cansou daquela situação. Então é um pouco complicado assim a forma, porque elas são muito diferentes. Por exemplo, a gente tem uma abrigada hoje que ela lê muito, ela gosta dos nossos livros, então ela leu o livro da Olga, lê livro da ditadura, ela gosta de ler, pergunta pra gente... No corredor, você passa e “Ah, Alexandra, o que é nazifascismo?”, aí chama outra companheira e “Ah, o que é campo de concentração?”, então ela é muito interessada, mas tem outras que não tem muita essa proatividade, não tem esse mesmo ritmo. Então às vezes o que ela quer mesmo é um espaço pra dormir, pra tomar um banho, se alimentar. O que não é o que a gente gostaria, porque pra isso tem outros espaços, então muitas procuram uma estadia, tem outros espaços que podem oferecer esse serviço. Mas é que a nossa metodologia, pro serviço que a gente quer prestar, é importante que essa mulher esteja mais envolvida, mas às vezes nem sempre é o que vai acontecer e a gente respeita o espaço dela porque ela não é obrigada a nada. Se não ela sai de um espaço que ela era obrigada, que diziam o que ela tinha que fazer, pra chegar em outro que tem que dizer o que ela tem que fazer. Então a gente incentiva bastante que elas participem, mas não é obrigatório (Entrevista – Alexandra).

O que Alexandra narra como modo de convivência na casa, entendendo as limitações e barreiras, revela a complexidade da experiência política da Casa Tina Martins. Pode-se, por fim, compreender essa experiência como algo que vai além de uma “força dominada, ou de uma soberania exercida sobre uma força prestes a se revoltar” (FOUCAULT, 2014, p. 85). Acima de tudo, o cuidado de si à luz do mundo greco-romano revela uma forma de “prazer que se tem consigo mesmo” (FOUCAULT, 2014, p. 85).

3. Diálogo com o Estado como prática de si

Para além do acolhimento como prática política de desnaturalização à violência de gênero, a Casa Tina Martins é importante, pois dialoga diretamente com o Estado. Trata-se de reconhecer que esta experiência não é uma ação isolada, mas que está localizada em uma rede complexa de agentes, na qual o Estado possui grande peso. Violeta expõe como este contexto é vivenciado no cotidiano:

É aquela questão, a gente já sofre bastante os cortes e medo de algum dia bater um polícia lá e mandar: “ow, sai, ordem de despejo.” E daí, o que que a gente vai fazer? Com todo trabalho que a gente tem feito. Acho que a minha participação nesse ponto está sendo mais de... olhando e ver o que que vai dar... (Entrevista – Violeta).

Um consenso entre todas as participantes é o slogan criado por elas. Alexandra, coordenadora do núcleo jurídico, e várias outras participantes assim compreendem a situação: “Acho que a Tina Martins é aquela frase que a música mesmo que a gente usa que é ‘Com o Estado, contra o Estado e para além do Estado’. Acho que isso define muito o que é a Tina” (Entrevista – Alexandra).

Além disso, vale esclarecer que olhar a política abarcando a dimensão da subjetividade não significa desresponsabilizar o Estado e negligenciar as lacunas deixadas pelos órgãos públicos em um sentido objetivo. Isto deve ser frisado para não cometer o erro de, ao tratar as ações das mulheres da Tina Martins como um processo positivo de resistência política, considerar que problemas estruturais deveriam ser resolvidos por esforços individuais - o que configuraria um posicionamento político/econômico neoliberal.

Então não há, infelizmente, nenhum compromisso com o governo para que seja dado um enfrentamento de forma séria e qualificada para a violência contra as mulheres e aí o não diálogo conosco é um reflexo disso na verdade, né. Dessa ausência de política, mas isso também não tem feito com que a gente não cobre, então a gente tem cobrado, a gente tem insistido, a gente tem chamado a responsabilidade do governo que ele não pode ser omissivo (Entrevista – Margarida Alves).

Imagem 22 – Cidade Administrativa



Fonte: Fotografia da autora

O Estado possui uma atuação direcionada à violência de gênero. Isto tem nutrido uma rede de enfrentamento composta por alguns órgãos, como as delegacias da mulher, ministérios públicos com a Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher, as casas-abrigo e, ainda, com um Centro de Atendimento a mulheres na capital de Minas Gerais, o CERNA.

A experiência da Casa está tão inserida nesta rede que é possível obter um mapeamento da mesma a partir da própria fala das participantes. Um retrato da atuação do Estado com relação ao problema da violência de gênero é bem desenhado por Rosa, coordenadora do núcleo de assistência social. Ela conta que, com relação às casas-abrigo, o Estado mantém um consórcio em parceria com nove municípios para que algumas vagas possam ser oferecidas em todo o estado de Minas, formado por 853 municípios no total. Além disso, ela traça um caminho da violência doméstica entre os demais equipamentos do governo.

Se você for pensar assim, o estado de Minas que tem 853 municípios tem 52 centros de referência de mulher, tem, sei lá, tem uma promotoria que atende mulheres vítimas de violência doméstica, uma promotoria no estado inteiro, pouquíssimas DEAMS, acho que são 67 DEAMS para o estado inteiro. Então assim, é uma política que a gente custa há muito tempo que se fala, muito tempo que a gente faz lutas para conseguir ampliar os atendimentos, tudo da política de enfrentamento de violência contra mulher e a gente só tem retrocessos, né, a gente tem avanços, mas tem muitos retrocessos, né. Tipo o ministério a gente teve há pouco tempo atrás um ministério de mulheres que hoje já não é mais ministério, já é sub, já é uma subsecretaria de mulheres e a gente não consegue politicamente tratar a situação das mulheres, né (Entrevista – Rosa).

Ná prática. o diálogo político com o Estado acontece na Secretaria de Direitos Humanos (SEDPAC), bem como na Subsecretaria de mulheres. No entanto, este diálogo é auxiliado no cotidiano pelo CERNA, o qual possui uma relação com a Tina Martins. De acordo com uma representante deste centro de atendimentos, esta relação se trata, a princípio, de uma parceria: “uma parceria... hoje menor do que era anteriormente...” (Entrevista – Representante do CERNA).

Esta representante contextualiza o modo de atuação do Centro Risoleta Neves de Atendimento a Mulheres – CERNA. Além disso, ainda expõe a forma em que, para ela, o Estado enxerga seu papel no contexto da violência de gênero.

O serviço é um centro de referência, tem normativa que é unificada/uniformizada a nível nacional, foi criada pela antiga SPM do governo federal, tem uma normativa e nós trabalhamos dentro dessa normativa. Fazemos trabalho de prevenção e atendemos as mulheres em situação de violência psicossocial e um atendimento psicológico individual e em grupo. Fazemos encaminhamentos para a rede de

atendimento e fazemos todo esse acompanhamento. É para mulher, é com mulher, é para mulher. Isso significa que a mulher tem um apêndice que geralmente é a família e geralmente é os filhos e nós não atendemos, mas nós temos parcerias com algumas universidades para atender os filhos das nossas usuárias (Entrevista – Representante do CERNA).

Na entrevista, a responsável pelo CERNA esclarece sua visão sobre os papéis de cada um e como eles deveriam se articular visando a uma comunicação com o Estado:

Eu sou governo, eu sou um organismo do governo, eu faço parte da secretaria de direitos humanos, participação social e cidadania. Eu sou do governo de Estado. Casa Tina Martins é do movimento, então ela tem uma parceria direto com a secretaria de Estado de direitos humanos. Então toda a conversa é com o secretário, com a subsecretária e a gente acorda nos trabalhos, na ponta, no dia a dia, mas toda a conversa é com a secretaria (Entrevista – Representante CERNA).

Fica claro que, para a representante do CERNA, o serviço no âmbito público, deve ser padronizado. Ao ser perguntada a respeito das diferenças entre a Casa Tina Martins e o CERNA, a entrevistada aponta algumas características que distingue a atuação de ambos.

A gente tem uma visão diferenciada em alguns aspectos, mas no grosso é a violência de gênero e a gente trabalha. Porque lá, além da violência, elas fazem outras atividades, né, trabalham com... aqui a gente atende as mulheres em situação de violência, esse é o nosso papel. Claro que tem que fazer um preventivo, tem mulher que vem e participa de grupos, fazendo um atendimento psicológico e individual, mas a casa Tina, ela também tem um outro lado do movimento e aí diferencia nesses aspectos (Entrevista – Representante do CERNA).

Para ela a diferença é que, no caso do CERNA, o trabalho é direcionado à violência de gênero, enquanto o que ocorre na Tina Martins é um trabalho contra a violência somado a algumas outras funções. Isso demonstra que, em sua visão, as demais atividades realizadas na Casa Tina Martins não servem efetivamente para combater a violência de gênero, mas como algo paralelo. A dimensão integral da experiência política da Casa não é percebida, como tratado por Solis e Pintos (2002) ao apontarem que o que interessa ao Estado com relação à violência de gênero são os limites escandalosos da agressão.

Por um lado, a representante do CERNA considera a Casa como uma extensão da rede de enfrentamento à violência de gênero: “a gente faz abrigo de mulheres lá”. Contudo, ela também questiona a legitimidade do movimento em atuar dessa forma. Para ela, o trabalho não remunerado exercido pelas integrantes da Casa se trata de voluntariado, sendo isto antagônico a uma atuação considerada por ela adequada, ou seja, a atuação profissional.

Aqui é uma política, aqui é um centro de referência Estadual, política pública. Lá eles fazem um atendimento que é de movimento. Então não é uma política/ é uma política pública que o movimento está fazendo. Isso não significa que... tem as suas diferenças, tem os seus... o olhar, aqui a gente tem profissionais capacitados para isso, né, nós temos psicólogo, né... o advogado, dentro da política pública que a gente articula com os municípios e com o estado, com o governo federal e com outros estados inclusive, é uma política uniforme dentro do Estado democrático do Brasil. Claro que às vezes a gente implementa pelo know-how que vai criando, a gente diversifica dentro do conhecimento já da prática que a gente está (Entrevista – Representante do CERNA)

Para ela, a padronização no atendimento, com apenas algumas incursões pontuais, é outro fator que legitima a qualidade do serviço. Em sua fala, é possível demarcar alguns sentidos do feminismo, por exemplo, a função de empoderar as mulheres:

O nosso trabalho é de empoderamento dessas mulheres e às vezes elas continuam em uma relação até bem, conseguem superar as violências físicas e passa a ter uma relação igual na questão de gênero, igual, que o homem não bata, que o homem não agrida mais nem com palavras porque ela se sente sujeito de direito. Deixou de ser a Amélia e virou cidadã de direitos (Entrevista – Representante do CERNA).

Nessa fala, pode ser visto claramente o que Solís e Pintos (2002) e Fraser (2000) criticam na visão institucional contra a violência de gênero. Para as autoras, a busca por uma relação igualitária entre os gêneros em um contexto estruturalmente desigual resulta em um esforço utópico e pouco efetivo. Assim, ao relacionar o combate à violência de gênero, a busca pela transformação da mulher em uma cidadã de direitos apresenta as características problematizadas pela ótica deste estudo. Apesar de fazer uso da Casa na prática, como dito anteriormente, o Centro de Referência do Estado faz algumas ressalvas quanto à possibilidade de atuação de um projeto como a Tina Martins.

Tem casos que a gente encaminha para a Tina, que dá. Tem caso que não tem jeito... São sigilosos, não dá pra... eu acho que política pública não é o movimento que faz, esse é meu diferencial. Não é. Lá pode ser uma casa... pode ser uma casa de referência, mas lá não pode ser uma casa-abrigo. É diferente, né. E não é movimento que pode ge... essa é a minha visão, nós estamos falando de política pública, de política de governo/ e aí não é nem de governo, é de Estado, então não é movimento que deve fazer, né? Nós estamos querendo uma política de Estado no enfrentamento à violência de gênero, que seja um sistema baseado no SUS. Política contínua, de Estado, que independente de governo ou não ela está ali, como o SUS é, educação, né, saúde. Nós queremos é isso. Aí assim, eu acho que é uma proposta interessante, mas para uma casa de referência, não para uma casa-abrigo. (...) São meninas que não tem nem preparo para isso, né, são psicólogas que estão lá, voluntárias. Você não faz política pública com voluntarismo, de jeito nenhum. Aqui a gente capacita o tempo todo a nossa equipe. Tem mil e uma... a questão do suicídio, do autoextermínio, como é que você trabalha com essas questões e a gente tem isso, tem muitas mulheres que chegam aqui com esta demanda de autoextermínio. A questão da violência nas redes. Se nós não capacitarmos nossas equipes, como que nós vamos fazer? (Entrevista – Representante do CERNA).

A heterogeneidade do Estado pode ser percebida ao ter como contraponto a fala apresentada pela Subsecretária de Políticas para as Mulheres da SEDPAC, ao afirmar a Tina Martins como “uma materialização da possibilidade real de fazer uma resistência diferente, de proteger as mulheres ao mesmo tempo em que constrói e projeta a luta, de possibilitar outras relações entre as pessoas” (Fala no evento do dia não violência contra mulher – Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da SEDPAC). Continuando a fala, ela ainda expõe que, tendo em vista que o Estado é este “monstro de várias cabeças e que não é, não está a nosso favor”, é necessário que a luta contra a violência de gênero diversifique sua atuação, sendo possível, inclusive, que os sujeitos participem e ocupem este espaço.

A gente não pode esperar do Estado. Eu acho que o Estado, ele, pensando nas políticas para as mulheres, o estado aprendeu muito com os movimentos de mulheres. Então assim, se a gente tem políticas públicas para as mulheres, foi porque os movimentos de mulheres se organizaram e demandaram do Governo e o Governo começou a fazer exatamente aquilo que o movimento social já fazia ou que o movimento social orientou a fazer. Mas, o estado começou a fazer essas ações e parou. Então assim, as ações que a gente tinha na década de 80 como experiência piloto, hoje são as únicas ações que a gente tem, como por exemplo, o Bem-Vinda. A proposta do Bem-Vinda é para ter uma em cada regional, pensando em Belo Horizonte. E a gente continua com uma Casa-Abrigo da mesma forma. E aí eu percebo que Tina Martins vem para inaugurar outra etapa da relação do estado com os movimentos feministas. (...) E as organizações também precisam reconhecer o potencial daquilo que elas produzem, e reconhecer que aquilo que elas produzem também é ciência, também é saber. Porque às vezes fica parecendo que a gente faz só militância, uma coisa diferente. E não é. Pelo contrário. Tudo que a gente faz enquanto militância tem uma potência muito grande. O estado realmente não é homogêneo, e a nossa relação com o estado precisa ser diversa. Assim como o estado não é homogêneo, a gente precisa relacionar com ele (majoritariamente) não, tem alguém que vai ter que ir lá e negociar, tem um outro que vai ter que ir lá e fazer manifestação, tem um outro que vai ter que ir lá e quebrar tudo, tem outro que vai entrar e trabalhar lá dentro (Fala no evento do dia não violência contra mulher – Subsecretaria de Políticas para as Mulheres da SEDPAC).

Entender o Estado como uma superestrutura que não detém o poder de forma pontual é observar estas distintas formações discursivas que nutrem as falas das pessoas que atuam a partir deste lugar. Ao conversar com o Secretário de Estado da Secretaria de Direitos Humanos é possível perceber a função que a SEDPAC entende como sua responsabilidade e sua função: a mediação do conflito.

Como é que a gente entra nisso, né? Para a gente colaborar na mediação desse conflito, que é uma área nossa, né, de construir mediações de conflito em relação aos movimentos sociais e situações como essa. E a gente estava preocupado, porque havia já uma ordem de despejo, e isso poderia gerar um conflito muito sério. O Governo Estadual, ele instituiu no âmbito, né, da sua estrutura, uma mesa de diálogo, exatamente para trabalhar mediação de conflitos (Entrevista – Secretário de Estado da SEDPAC).

Após concordar que o papel dos movimentos sociais é, entre outros, pressionar o Estado para resolver problemas sociais como a violência de gênero, o Secretário afirma entender a Casa Tina Martins como uma experiência inovadora. Neste sentido, o movimento tem pressionado o Estado entendendo que sua responsabilidade vai além de mediar o conflito do imóvel tombado. Margarida Alves, uma das coordenadoras da casa que participou das mesas de negociação, entende que é dever do Estado não apenas ceder o imóvel em condições insalubres, como também torná-lo habitável e garantir boas condições para a Casa: “a gente fez a ocupação e aí o governo só cedeu o imóvel, né. Então a gente não tem nenhum tipo de financiamento público investido aqui na casa, então é um imóvel com uma conta de água e uma conta de luz paga” (Entrevista – Margarida).

Imagem 23 – Femicídios no Estado



Fonte: Fotografia da autora

Para isso, além das atividades exercidas no cotidiano na Tina Martins, as mulheres do movimento disputaram “em 2016 ainda no final do ano uma iniciativa popular que existe que é gerida pela Assembleia Legislativa do Estado que chama projeto de participação popular” (Entrevista – Margarida Alves). Margarida explica as condições deste recurso que se trata de uma lei de orçamento:

tem a ver com investimentos financeiros em projetos de ação social. Então nós apresentamos o projeto da casa, da verdade nós mobilizamos as mulheres que atuam

na casa, as mulheres que contribuem com o trabalho da casa, fomos para esse espaço, né, que foi aberto a toda a sociedade porque é um evento feito para a sociedade civil, então a gente foi para esse lugar, apresentou o projeto da casa, conseguiu a aprovação de um recurso de iniciativa popular, ou seja, não é vinculado, não é atrelado a nenhuma secretaria, nenhum órgão de governo, é um projeto de iniciativa popular (Entrevista – Margarida).

Após conquistar o recurso do Plano Anual de Ação Governamental (PPAG), a destinação do dinheiro não foi realizada para a Casa. Uma vez que na prática o movimento sustenta as atividades da Casa de forma completamente autônoma, esta é uma falha que representa não apenas uma omissão do Governo, como também “uma tentativa de fazer com que esse trabalho deixe de existir, morra por inanição” (Entrevista – Margarida Alves). Margarida deixa claro que o recurso não é um benefício, nem doação, mas um direito conquistado. Angela ainda completa que “o que eles estão fazendo é completamente ilegal, completamente, tipo assim, é lei agora porque isso entra por forma de emenda, né” (Entrevista – Angela).

Só que tem que ser executado pelo Estado, então a Assembleia Legislativa remete ao Governo do Estado para que o governo do Estado destine o recurso que foi conquistado pela iniciativa popular, não foi benefício, não foi doado pelo Estado, foi conquistado, foi fruto da luta das mulheres e esse recurso, ele deveria ter sido destinado à casa desde o ano de 2017 e a gente está em 2018, segundo semestre de 2018, quase dois anos e o governo do Estado até o presente momento não fez a destinação do recurso, embora a gente tenha cumprido todos os pré-requisitos legais, a gente tenha feito todos os projetos, todas as certidões. Tudo o que precisou ser executado para que a gente pudesse ter acesso ao recurso foi feito. O recurso, ele existe, o recurso está na secretaria [SEDPAC] do governo que deveria nos fazer o repasse e agora eles inventam várias manobras administrativas para poder justificar a não liberação do recurso para a casa (Entrevista – Margarida).

De acordo com o secretário responsável, o repasse da verba tem sido impossibilitado por razões legais e se respalda no discurso jurídico:

Uma das questões são essas, que são imposições legais, né, são leis federais, quer dizer. Hoje, para você transferir recursos, né, para qualquer ente que seja público ou privado, tem que ter do outro lado uma organização oficial, né? Se é uma prefeitura que tem uma estrutura oficial. E na sociedade civil tem que ter o mínimo de organização, né, um estatuto, um CNPJ para exatamente... Você vai envolver com dinheiro público, do povo, que é uma responsabilidade. Até para você ter a questão do controle e responsabilidade sobre isso. Até uso indevido desse recurso, você tem como acionar, né, a devolução, o uso correto, sei lá o quê. Então tem que ter pessoa jurídica, [...]. Né? Então, quer dizer, alguns não querer criar, beleza. Né? É direito deles terem uma certa autonomia, essa formalidade, que é um saco, tal e tal. Mas hoje nós estamos presos a essa legislação. Quer dizer, no Governo, nós criamos programas que não precisavam disso, a título de subsídio, de incentivo, de eventos, tal e tal. Mas no caso de construir política pública, que são os convênios, termos de colaboração, quer dizer, você tem que estabelecer tipo um contrato que você faz e do outro lado tem que ter uma, né, “quem que responde juridicamente?”. Né? Tem que ter alguém que responda. É a questão da área jurídica (Entrevista – Secretário de Estado da SEDPAC).

Essa trajetória de disputa contra o Estado por um serviço que é feito para auxiliar o Estado demonstra como a biopolítica é exercida no caso da violência de gênero. Indo ao contrário do princípio de preservar a vida humana, o Estado moderno, ao se omitir, permite que a violência de gênero seja perpetuada, garantindo assim a vida de apenas uma parcela da população em detrimento das mulheres vítimas de violência. Isso porque submete mulheres vítimas de um tipo de violência estrutural a condições próximas ao abandono. Hilda narra alguns destes problemas comuns na rotina da Casa:

Questões hidráulicas que você não pode... exemplo, uma descarga disparou e você não pode mandar ninguém consertar. Então assim, é... chuveiro queimado... e às vezes você vai trocar o chuveiro e aí a resistência da casa, a parte elétrica da casa que não está boa então assim, já várias vezes o pessoal tomou banho lá frio, então tem várias questões físicas que a gente sabe, por ser uma ocupação e por ser aquele imóvel do governo, você não pode fazer porque eu acho que assim, se tivesse boa vontade, a gente já tinha feito um mutirão, já tinha feito isso, mas você não pode, você é impedido (Entrevista – Hilda).

Para além das disputas permeadas pelos discursos oficiais e jurídicos, existe uma realidade que é identificada pelo movimento. Uma das integrantes relata inclusive já ter tido acesso a relatos de pessoas ligadas ao Estado que claramente deslegitimam o sentido do trabalho realizado dizendo: “tá, a gente vai ceder a casa pra vocês e eu quero ver quanto tempo vocês conseguem ficar na casa” (Entrevista – Rosa).

Várias vezes é encaminhado pelo próprio Estado e o Estado não reconhece, até de falar isso porque assim, ah porque vocês não tem CNPJ, a casa não existe. Desde quando a gente precisa de um CNPJ, de um documento para existir, né? Se a gente está aqui, tem esse espaço, tem as pessoas que passam pela casa, que são encaminhadas pelo Estado, pela prefeitura e como que a gente não existe, né? A gente está fazendo para além do Estado, né, paralelo ao Estado e a gente está fazendo este atendimento, mas é claro que a gente gostaria muito de ter é... essa esse espaço confirmado/ é... como que fala... que a gente tivesse é... gente...esse espaço assim, consolidado... consolidado assim, nossa, autêntico, que fosse nosso porque isso dá mais liberdade pra gente e dá mais, como que fala...a gente consegue fazer com... sem ter medo mesmo, assim...porque a gente está em ano eleitoral, se muda o governo, a gente volta na estaca zero dessa negociação que já não tá fluindo, né, porque a gente vai pra cidade administrativa, fica horas lá tomando café ruim deles e lá, olhando, esperando (Entrevista - Rosa).

O tempo novamente ganha destaque. Neste contexto, os meses de espera são problemáticos. Como já foi amplamente discutido, a Casa Tina Martins não é apenas um espaço, uma casa, uma vertente de pensamento ou um grupo específico. A Tina Martins é uma experiência única

que conjuga todos estes elementos. Nesta perspectiva, o recurso conquistado é endereçado a esta experiência específica, e não a qualquer outro grupo ou direção que porventura estiver ocupando a Casa no momento que o recurso estiver disponível para a utilização.

Ter uma visão consistente das falhas do Estado é importante tanto para reivindicá-las mais enfaticamente quanto para assegurar espaço suficiente para o desenvolvimento fluido do trabalho das integrantes da casa; ou seja, para que as integrantes da casa possam focar seus esforços em atividades que são realmente relevantes do ponto de vista de suas concepções políticas sobre o papel da militância.

Alexandra concorda que se o Estado fosse mais presente apoiando a Casa, as participantes poderiam realizar estratégias mais eficientes, se integrar mais e direcionar esforços na desarticulação do sistema patriarcal: “a gente poderia se dedicar muito mais. Ficar uma tarde conversando [com as mulheres]” (Entrevista – Alexandra).

Ademais, é fundamental ter estas fronteiras bem delimitadas uma vez que a relação dessas mulheres com o Estado não ocorre apenas de forma indireta, mas de modo objetivo gerando momentos de enfrentamento pessoal. Por isso, levantar possíveis reflexões críticas sobre as responsabilidades de cada parte envolvida mostra-se como uma possibilidade frutífera no contexto deste trabalho acadêmico.

Então a gente prepara o nosso espírito, prepara o espírito das mulheres que estão ao nosso redor para a gente poder fazer essas resistências. Então é, diálogo com a imprensa, espaços públicos que a gente possa questionar o Estado, porque que ele está se comportando dessa forma, são estratégias diversas, né: trazer o Estado para casa, para ele ver a situação que a casa se encontra e dialogar e dizer qual que é a responsabilidade que ele acha que ele tem sobre isso (Entrevista – Margarida).

Por fim, a experiência política da Casa Tina Martins, vista pela ótica das práticas de si, é capaz de articular uma força potente considerando a biopolítica. Isso pode ser percebido na fala acima quando Margarida liga a atuação das mulheres da Tina Martins à necessidade de preparar o espírito. Das diversas maneiras que esta colocação poderia ser interpretada, a partir do olhar do cuidado de si, isto pode ser visto com um profundo ato de resistência à violência e desnaturalização da violência de gênero.

O QUE, COM ELAS, PODEMOS APRENDER?

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.” – Bertolt Brecht

O sujeito foucaultiano é perpassado por diversos discursos que são moldados pelas relações de poder na história. Ele é político e, em seu agir, encontra formas de romper com cenários fechados formados por discursos que conduzem sua vida por um caminho hegemônico. Política em Foucault é constituinte do sujeito, gerando assim diversos modos de existência que possibilitam ou dificultam determinado exercício de liberdade ou resistência. O cenário atual que envolve as mulheres é resultado de um percurso histórico, o qual incutiu ao corpo feminino uma suposta essência com características convenientes aos interesses das classes dominantes.

Mulheres denunciam desde os primórdios do feminismo que qualidades como a sensibilidade com o cuidado do outro (homens, crianças e idosos), a habilidade nata com trabalho doméstico e a docilidade não passam de aspectos forçosamente sobrepostos ao corpo das mulheres. A violência de gênero inicia-se com esta construção histórica do que a sociedade compreende como ideal feminino. Por conseguinte, os possíveis modos de vida dialogam diretamente com este ideal, seja ao se guiar por ele, seja lutando contra ele.

Pensar sobre isso à luz do conceito da ética em Foucault (2014) possibilita uma problematização não apenas sobre o permitido e o proibido às mulheres, mas sobre suas aspirações de vida e ao que se tem como desejável nesta sociedade. Este olhar conduz à identificação das formas de sujeição, as quais constituem o sujeito e sua ação. Com relação à Casa de Referência da Mulher Tina Martins, foi possível pensá-la como um foco possibilitador de questionamentos em um sentido próximo ao que foi exposto por Foucault no terceiro volume da *História da Sexualidade: o Cuidado de Si*.

Naturalmente, com isso não se propôs pensar a Casa como uma reprodução do *éthos* greco-romano, o qual se sustentava em uma estrutura característica da antiguidade. No entanto,

pôde-se fazer um paralelo na medida em que as mulheres da Tina Martins experimentam um ambiente de rupturas igualmente transformadoras, como as práticas de si do mundo antigo baseavam-se em um prazer que se tinha consigo mesmo. Ao apresentar modos de vida dissonantes, estas experiências proporcionam questionamentos sobre os campos de possibilidades que envolvem os sujeitos e suas transformações.

No caso da violência de gênero na atualidade, buscou-se resgatar um panorama social capaz de compreender a complexidade da rearticulação do patriarcalismo no sistema capitalista do presente. A partir deste cenário, realizou-se uma reflexão crítica acerca das verdades e dos campos de possibilidades dos sujeitos, considerando alguns aspectos culturais relacionados à forma em que a sociedade atual se mantém, sendo o trabalho da reprodução humana a força motriz da vida pautada pelo trabalho e pelo consumo.

Ademais, esta pesquisa pôde atingir seus objetivos e ser coerente à sua concepção acerca das razões da produção de conhecimento. Isso porque superou dicotomias limitadoras articulando método e ação coletiva de resistência. Isso se deu pelo fato de o levantamento do material estudado ter se valido de métodos úteis ao trabalho desenvolvido pelo grupo pesquisado, pois admitiu-se, logo de início, o engajamento na problemática da violência de gênero.

Quanto aos objetivos específicos, a primeira intenção foi construir uma narrativa da experiência política da Tina Martins articulando relatos pessoais às práticas do cotidiano da Casa. Tendo em vista o sujeito como constituído por relações de poder, a realização desta articulação permitiu um olhar profundo sobre como ocorrem processos pessoais de resistência à violência de gênero, ou, como dito por Orellana (2008), as micropáticas de liberação. A participação em um movimento social decorre, também, de processos prévios a esta integração, na trajetória de vida de cada mulher, com a problematização das diversas formas de assujeitamento e violência.

Não obstante, a participação em um movimento social não significa uma situação de plena emancipação ou liberdade, mas remete a sujeição a outros sistemas de convívio. Estes contam com cenários em que há maior flexibilidade para a circulação das relações de poder ao visar reduzir algumas formas comuns de dominação. Da mesma maneira em que as mulheres do Olga Benário buscam um viver menos imbuído do consumo excessivo próprio do

neoliberalismo econômico, o movimento também baseia seu trabalho em práticas organizativas menos produtivistas, o que se reverbera na Casa Tina Martins.

A despeito da impossibilidade do esgotamento total de características do mundo atual, como o controle dos sujeitos e a busca “meritocrática” por resultados tangíveis, cenários flexíveis são possibilitados por técnicas como métodos alternativos de decisão e a prática da escuta. Mais especificamente, essas técnicas são vividas no cotidiano por rodas de conversa, reuniões de discussões e pelo acolhimento à maneira da Casa Tina Martins, conforme retratado na seção de análise do material.

Com o decorrer da pesquisa, foi possível notar que todas as mulheres envolvidas na casa tiveram suas histórias marcadas por um cenário violento e, a partir de seus relatos, foi possível perceber que a consciência destes eventos como situações violentas não aconteceu de forma imediata. Esta identificação é interditada pelos obstáculos impostos pelos discursos hegemônicos, que, como se percebe, não as impedem, ainda que tardiamente, de conhecer pensamentos feministas e de entrar em movimentos sociais.

A partir da compreensão destas narrativas de vida, abarcou-se a análise dos enunciados presentes na experiência da Casa Tina Martins. Estes enunciados se ancoram em diversas formações discursivas, como o feminismo, o discurso científico e o marxismo. O emprego do feminismo se ramifica em múltiplas vertentes que auxiliam o sujeito a se desvencilhar da norma patriarcal. Por outro lado, são adotados ideais revolucionários de justiça social e aniquilação das diferenças de gênero.

Apesar de se tratar de ideais distantes, a mudança de perspectiva é importante, pois apresenta uma forma alternativa ao que é proposto pelo Estado, cujas contradições são proeminentes em seus enunciados. Isso pode ser visto no discurso de um Estado em prol da igualdade de gênero como prioridade, ao mesmo tempo em que atua pela supressão de aspectos estruturais em um nível superficial. Dessa forma, o Estado e suas políticas públicas tendem a tratar a violência contra mulheres como um problema populacional, no nível dos direitos. Justamente por não considerar as vítimas de violência de gênero como sujeitos, mas como população a ser gerida, o Estado contribui com a perpetuação do problema.

A despeito de sua clara heterogeneidade de posições e a partir da análise da interlocução entre a Casa e o governo do Estado, alguns problemas ficaram evidentes. Isto se deve tanto ao modo de atuação estatal no combate à violência de gênero quanto à omissão de seus representantes com relação às demandas apresentadas pela Casa Tina Martins.

Ao se considerar a realidade dos abrigos e das ações já existentes, pode-se dizer que o Estado se pauta em um objetivo contraditório ao fixar um ideal de igualdade de gênero em um contexto estruturalmente desigual. Por outro lado, a proposta da Tina Martins parte de um ideal de sujeito. Ainda que ambos encontrem barreiras que dificultem o alcance de seus ideais, a experiência da Tina visa a uma atuação mais ampla e profunda, tendo como guia uma reflexão sobre si a qual se verbaliza na pergunta: “quem somos nós?”.

Isto foi percebido pela forma em que esta experiência busca lutar contra a violência de gênero propondo um novo modo de viver. Apesar de diversas demarcações de poder serem perceptíveis nas falas sobre a relação entre o Movimento de Mulheres Olga Benário e a Casa Tina Martins, a predominante reflexão sobre o modo de vida hegemônico patriarcal apresenta-se como uma possibilidade de ruptura a opressões cristalizadas e naturalizadas que respaldam a violência contra as mulheres no mundo atual.

Essas dimensões normalmente passam despercebidas no âmbito da política por terem sua importância subestimada. Isto ocorre devido a relações de poder que formam uma hegemonia no campo científico, cuja maior atenção normalmente se direciona a dados tangíveis e informações comprováveis acerca da realidade. Por outro lado, o cotidiano das relações familiares e domésticas são aspectos que, apesar de pouco valorizados, possuem grande relevância no estudo de temas culturais como a violência de gênero.

Quanto ao papel do Estado, constatou-se a apropriação do discurso jurídico para postergar ao máximo a entrega de recursos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho da Casa, ainda que haja a compreensão declarada da relevância social do projeto. Apesar da fala de ocupantes de cargos políticos apoiar-se em ideais progressistas, os quais compreendem o conceito de violência de gênero, a responsabilidade assumida por estes sujeitos, na prática, relaciona-se mais a uma ideia de contenção de conflitos. O Estado se exime da

responsabilidade em apoiar efetivamente as demandas da Casa, ainda que utilize este espaço no dia a dia, como se isto fosse ação suficiente para garantir uma postura progressista.

As mulheres da Casa Tina Martins, por sua vez, fazem uso de ferramentas discursivas para evidenciar que o Estado não se alinha às concepções políticas apresentadas à população. Ao cobrar coerência dos sujeitos atuantes nos órgãos estatais, a Casa proporciona também uma reflexão sobre a importância dos discursos políticos na vida cotidiana, para além do período das eleições. As estratégias utilizadas para isso são suportadas pela dinâmica da Casa, a qual proporciona mais do que apenas um ambiente para atuação de voluntários, mas um espaço para articulação de ações políticas no sentido de pressionar e cobrar um posicionamento efetivo do Estado, o que serve para que a Tina Martins ganhe maior projeção a longo prazo.

Para a área de Estudos Organizacionais, a pesquisa de cunho participativo em um movimento social revelou amplo campo de atuação. Isso porque, neste contexto, a organização se ampara em objetivos éticos que consideram reflexões sobre a existência para além da geração de lucros. Uma vez que o consumismo alienado e o produtivismo excessivo são características relacionadas ao modo de vida do sistema capitalista, pensar em organizações para além desta localização histórica proporciona um avanço teórico, metodológico e epistemológico à área de estudos.

Abarcar as organizações nesta dimensão, no caso deste trabalho, foi possibilitado por meio da apropriação do pensamento do filósofo contemporâneo Michel Foucault. Neste processo, foi mantida a intenção de buscar uma experiência de pensamento inspirando-se em sua filosofia, fugindo assim de um reducionismo de sua teoria. Isto ocorreu não apenas na análise do material, mas também guiou a imersão no campo de pesquisa na medida em que o pensamento foucaultiano propõe uma reflexão sobre as formas pessoais de conduta e sobre os modos de se relacionar com os outros.

Assim, naturalmente o pensamento foucaultiano foi vivenciado na prática da pesquisa de maneira profunda, para além da metodologia descrita. Isso pôde ser visto pela interação com os demais sujeitos da pesquisa, especialmente na escrita do diário de campo, bem como nas entrevistas em profundidade, que não ficaram presas ao padrão formal normalmente atribuído pelos ditames acadêmicos. De forma geral, o respaldo no pensamento foucaultiano,

entendendo as formalidades científicas como discursos localizados, contribuiu para o não aprisionamento gerado pelas regras rígidas da norma culta.

Tal posicionamento diante da pesquisa acadêmica proporcionou certa harmonização das variadas técnicas empregadas nesta pesquisa. As fontes secundárias como notas do diário de campo, relatos das páginas sociais e outros materiais produzidos pelo grupo compuseram um material vasto, o qual poderia ter sido mais explorado com uma pesquisa mais longa. No entanto, visto o tamanho reduzido de uma dissertação de mestrado, alguns recortes foram necessários, deixando pouco explorados aspectos ricos presentes nestes materiais.

Por isso, ao invés de uma conclusão única, algumas impressões foram construídas com a participação nas atividades da Tina Martins. Tais percepções foram discutidas com as demais participantes da pesquisa em uma elaboração conjunta da experiência. Com isso, algumas limitações da experiência foram sugeridas, como a dificuldade em criar uma relação efetivamente horizontal entre todas as funções presentes na Casa.

Por exemplo, ainda que uma inserção mais ativa das mulheres abrigadas seja um ideal, articular as diversas frentes de trabalho para manter o projeto apresenta-se algumas vezes como uma dificuldade. Além das barreiras geradas pelo fato de o tempo de permanência dessas mulheres na Casa ser indeterminado, as coordenadoras e organizadoras da Tina Martins, muitas vezes, ficam sobrecarregadas com problemas que seriam facilmente solucionáveis diante da atuação mais responsável dos representantes do Estado.

Da mesma forma que Foucault olha para o mundo grego sabendo que, apesar de não ser uma sociedade perfeita, seria possível aprender algo com esta realidade diferente, o ensinamento que esta pesquisa extraiu da experiência da Tina Martins também parte desta concepção. Apesar de saber que não se trata de um momento de libertação plena, observar o exercício coletivo de resistência nos leva a compreender a complexidade da desnaturalização da violência de gênero a partir de um olhar que problematiza condutas, rompe paradigmas e luta para olhar as mulheres abarcando a dimensão do sujeito.

A relação entre sujeito e poder pôde ser estudada, compreendida, esclarecida e esmiuçada no decorrer de todo este trabalho. A despeito daqueles que dizem que o conceito de poder em

Foucault é demasiado abstrato e imaterial, um dos diversos relatos obtidos com este trabalho pode ser usado para ilustrar esta relação. Angela, ao lembrar-se de uma ex-abrigada, conta que, apesar desta mulher não sofrer violência física, seu cônjuge “gritava muito, quebrava coisas dentro de casa” e que, com isso, “a filha de sete anos começou a esconder faca... começou a esconder as facas dentro de casa porque ela tinha medo do que ele podia vir a fazer” (Entrevista – Angela). O poder, neste contexto, possui dimensão real.

E que sujeito é este, que, aos sete anos, esconde facas dentro de casa? Dentre tantos outros casos que poderiam ser narrados, esta mulher já conhece as fronteiras de seu caminho. Mais do que inserir mulheres no mercado de trabalho ou superar relações violentas, o olhar alternativo proposto pela experiência da Tina Martins relaciona a liberdade a um valor subjetivo: a felicidade. Ao perguntar para uma das coordenadoras seu sonho para a Tina Martins, ela sobrepõe sua resposta em duas etapas: a primeira enfatizando o desejo de existência da Tina; a segunda mostrando seu ideal em que uma ação como a Tina não seria necessária:

Gostaria muito que a gente conseguisse nos regularizar aqui, porque essa sensação de não saber como vai ser o dia de amanhã... Que aqui não seja essa instabilidade de mudança de governo sabe, seja uma política de Estado. Que a gente tenha muita força e que a gente dê conta de tocar esse trabalho pra sempre assim, até a gente não precisar mais de casas de referência, o machismo acabar e todas as mulheres serem felizes (Entrevista – Alexandra).

Por fim, como caminhos futuros, não apenas uma agenda de pesquisa pode ser proposta envolvendo a experiência política da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, mas acredita-se neste espaço como um polo próprio de reflexões de modo a resistir às formas mais naturalizadas de violência que sofrem as mulheres nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, A. M. M. A mulher e o samba: a violência cantada. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada)**, v.2, n.1, 2010.

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2008

BALASCH, M.; MONTENEGRO, M. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: Las producciones narrativas. **Encuentros en Psicología Social**, v. 1, n. 3, p. 44-48, 2003.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**.(1977). Lisboa (Portugal): Edições, v. 70, 2010.

BARROS, V.; LOPES, F. T. *Considerações sobre a pesquisa em história de vida. Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: **EDUFES**, 2014.

BASTOS, C. D., 2016. Tina Martins: from occupation to reference house. **V!RUS**, [e-journal] 13. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/carpet_data/73/73en.pdf> Acesso em: 05 abr. 2018.

BASTOS, C.D.et al. Entre O Espaço Abstrato E O Espaço Diferencial: Ocupações Urbanas Em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, 2017.

BASTOS, M. L. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Lei" Maria da Penha". Alguns comentários. **Jus Navigandi**, Teresina, ano, v. 10, 2006.

BEASLEY, Chris. **What is feminism?: An introduction to feminist theory**. Sage, 1999.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 4. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

BLOCH, A. H. Reseña de Mass Media and the Shaping of American Feminism, 1963-1975. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. 12, n. 23, 2006.

BONNICI, T. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Editora da Universidade Estadual de Maringá-EDUEM, 2012.

BORGES, M.E. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. In *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Guanabara. 1987.

BRIZUELA, Natalia. **Depois da fotografia**: uma literatura fora de si. Rocco, 2014.

BUTLER, J. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. routledge, 2011.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/form/ação**, v. 29, n. 2, 2006.

CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. **Trans/Form/Ação**, v. 31, n. 1, 2008.

CANDIOTTO, C. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica. CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 81-96, 2013.

CAPPELLE, M. C. A., MELO, M. C. O. L., BRITO, M. J. M., & BRITO, M. D. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 2, p. 1-17, 2004.

CARDOSO, N. M. A socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In Zanella, A.V.; Siqueira, M. J. Lulhier, L. A. & Molon, S. I. (Orgs.). **Psicologia e práticas sociais** (pp. 280-292). Porto Alegre: Abrapso,1997.

CECCONELLO, A. M. Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco. Tese (Doutorado em psicologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Brasília, 2018

CONSOLIM V. H. Um pouco da história de conquistas dos direitos das mulheres e do feminismo. **Justificando**. set. 2017a. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/13/um-pouco-da-historia-de-conquistas-dos-direitos-das-mulheres-e-do-feminismo/>. Acesso em 03 abr. 2018a.

CONSOLIM, V. H. A história da primeira onda feminista. *Justificando*. 2017b. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/14/historia-da-primeira-onda-feminista/>. Acesso em: 5 mar. 2018b.

CYPRIANO, B. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Estudos Feministas**, p. 11-39, 2013.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, 2017.

DIAS, R. **Nietzsche, vida como obra de arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- DINIZ, S. G. A violência de gênero como questão de saúde. **Jornal da Rede de Saúde**, n. 14, 1997.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica** (2ª Edição ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010.
- DUARTE, A. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, n.1, p. 1-16. 2008.
- DUARTE, A. Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno. Foucault. **Filosofia e política**, p. 53-69, 2013.
- DUSSEL, I. Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. **Educação & Realidade**, n.29 v.1, 2004.
- EICHLER, M. **Nonsexist research methods: A practical guide**. Routledge, 2013.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEITOSA, S. de M. “Mulher não vale nem um real”: patriarcado nas letras das músicas de forró. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2011
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa. Versão 5.11a. CD-ROM: Editora Positivo Informática. 2004.
- FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, n. 27, p. 39-46, 2003.
- FERREIRA, C. Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina. **Revista Alterjor**, v. 1, n. 1, 2012.
- FILOMENA, N. **O “Cuidado de si” na hermenêutica do sujeito de Michel Foucault**. Rio de Janeiro, p. 264-287, 2006.
- FISCHER, B. T. D. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. Memoria, conocimiento y utopía. **Anuario de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación**. n.1., p. 161, 1997.
- FISCHER, R.M. B. Foucault e o Desejável Conhecimento do Sujeito. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 1, 1999.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação **Cadernos de pesquisa**. São Paulo. N. 114 (nov. 2001), p. 197-223, 2001.
- FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. EDUC-Editora da PUC-SP, 2014.

FONTANA, M.; SANTOS, S. F. **Violência contra a mulher**. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. 2001.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa, Portugal, 1968 (Original: *Les Mots et les Choses*. Paris, Gallimard, 1966).

_____. **Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1982

_____. et al. O cuidado com a verdade. **Ética, sexualidade, política**, Rio de Janeiro: Forense universitária, p. 240-251, 2004.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história (1967). In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II: A Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2005. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; tradução: Elisa Monteiro.

_____. Diálogo sobre o poder (1978). In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2006. Organização e seleção de textos : Manoel Barros da Motta ; tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 262p.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária (7ª edição), 2008a.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572 p. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica** (2ª Edição ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010a.

_____. La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad. *Nombres: Revista de Filosofía*, 2010b.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, v.3, 2014.

FRASER, N. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1995.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos** (1927-1931). São Paulo: Imago, 1996.

_____. Por que a guerra? Carta a Einstein, 1932. *Freud S. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Obras Completas: **Totem e Tabu**, *Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos:(1912-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S.; DE SOUZA, P. C. *Obras Completas: O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GALLO, Silvio et al. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, 2012.

GABRIEL, Y., CARR, A. Organizations, management and psychoanalysis: An overview. **Journal of managerial psychology**, n.17 v. 5, p. 348-365, 2002.

GIACOIA JUNIOR, O. Sobre direitos humanos na era da bio-política. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 49, n. 118, p. 267-308, 2008.

GOLDBERG, A. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Rio de Janeiro, 1987. 217p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.101, 1987.

GONÇALVES, R. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, n. 27, p. 119-131, 2011.

GREGORI, M. F. As desventuras do vitimismo. **Estudos Feministas**, v.1, n.1, p.143, 1993.

GREGORI, M., Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. *Novos Estudos Cebrap*, v. 23, São Paulo, 1989, p. 163-175; Heleieth I. B. Saffioti e Suely de Souza Almeida, **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

GROSSI, P.; AGUINSKI, B. Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In. **Violências e gênero: Coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: Edipucrs, pp. 19-45, 2001.

HARDING, Sandra G. **The science question in feminism**. Cornell University Press, 1986.

JAGGAR, A. M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. Em A. M. Jaggar & S. R. Bordo (Orgs.), **Gênero, corpo, conhecimento** (pp. 157-185). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

JUSTO, J.; VASCONCELOS, M. S. Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 9(3), 2009.

KARAKOLA, E. Diferentes diferencias y ciudadanías excluyentes: una revisión feminista. *AAVV. OTRAS INAPROPIABLES*, p.9-33, 2004.

KOZMHINSKY G. Movimento de Mulheres Olga Benario realiza 1º Encontro de Núcleos. *A verdade*. Ago. 2016. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2016/08/movimento-de-mulheres-olga-benario-realiza-1o-encontro-de-nucleos/>>. Acesso em: 03 abr. 2018

LAZZARATO, M. Enunciação e Política: uma leitura paralela da democracia-Foucault e Rancière. In: **Foucault: filosofia & política**. orgs: Guilherme Castelo Branco, Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LERNER, G. The origin of prostitution in ancient Mesopotamia. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 11, n. 2, p. 236-254, 1986.

LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 516 p

LOPES, F. T. **Entre o prazer e o sofrimento: histórias de vida, drogas e trabalho**. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013

LOPES, V. S. **Empoderamento, Representatividade e Crítica ao Racismo em Lemonade, Beyoncé, 2016**. 2017. 97 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LOPES, F. T.; PAES DE PAULA, A.P. Entre a bebida e a atividade de doméstica: Um estudo sobre a relação entre o uso de drogas e o trabalho. **Revista Gestão & Conexões**, v. 6, n. 1, p. 15-39, 2017.

LOPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface. Botucatu*, v. 16, n. 40, p. 121-134, Mar. 2012

LOUREIRO, I. M. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: Unesp, 2004.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, pp. 935-952, 2014.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MARIGUELA, M. A. Genealogia da ética: o sujeito em questão. **Educação Temática Digital**, v.8, n. 204, 2007.

MASCARENHAS, L. B. (2011). Entre vagabundear por ai e embutir o insólito no café da manhã eu fico com o almoço (que eu mesmo esquentei): o que fazem estes dois pontos no meio do título?. 2011. 262f. Dissertação (mestrado em Administração) – Centro de Pós-

Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

MATOS, M. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, 2010.

_____. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, p. 333-357, 2008.

MATTOS, F. C. Nietzsche e o primado da prática: um espírito livre em guerra contra o dogmatismo Tese (Doutorado em filosofia). USP. São Paulo. 2007.

MAYORGA, C. Pesquisar a juventude e sua relação com a política-Notas Metodológicas. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, 2013.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/FEMINISMO/>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, Durham, v. 12, n. 3, p. 333-358. 1984.

MOTTA, M. B. **Michel Foucault: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. 4, 2003.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 8, 2006.

NEOS. Gênero, raça e sexualidade: mulheres e lutas políticas. *Youtube*. Nov. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=f9ZQmzT1CNo&t=6749s>>. Acesso em: 03 abr. 2018

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. Em L. Almeida e E. Fernandes (Edts), **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação**. Braga: CEEP, 2001.

OFFEN, K. Defining feminism: A comparative historical approach. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 14, n. 1, p. 119-157, 1988.

OLGA BENÁRIO, Movimento de Mulheres. Página do Facebook, 2015. Disponível em: < https://www.facebook.com/pg/olga.benario.14/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 05 abr. 2018

OMS (Organização Mundial de Saúde). **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo a violência contra a mulher: ação e produção de evidência**. 2012. Disponível em http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=3697C4100F8DBB52AB82AAFA622353FF?sequence=3. Acesso em: 31 mar. 2018.

ORELLANA, R. C. Ética da resistência. In: ORELLANA, R. C. **Foucault y el cuidado de la libertad**. Lom Ediciones, 2008.

ORTEGA, F. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEREIRA, R. D. Sobre heróis, coronéis e operários—notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014

PÉREZ, L., T.; VALDERRAMA, G. C.; ALVAREZ, C. Las producciones narrativas como metodología de investigación feminista en Psicología Social Crítica: Tensiones y desafíos. **Psicoperspectivas**, v. 16, n. 2, p. 20-32, 2017.

PIMENTEL, T. 'É nossa vida que está em jogo', diz ativista da Casa de Referência da Mulher Tina Martins em BH. *GI*. Mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/e-nossa-vida-que-esta-em-jogo-diz-ativista-da-casa-de-referencia-da-mulher-tina-martins-em-bh.ghtml>. Acesso em 05 abr. 2018

PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor Presidente Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In M. Baquero (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: Cultura política, gênero, exclusão e capital social (pp. 173-208). Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PRADO FILHO, K. Trajetórias para a leitura de uma história crítica da subjetividade em Michel Foucault. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-170, 2001.

PRECIADO, B. Contrassexualidade. In: PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: *Ed. Mulheres*, p. 25-37, 1998.

REDESAÚDE. **Saúde da mulher e direitos reprodutivos**. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. 2001.

RIBEIRO, D. As diversas ondas do feminismo acadêmico. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em 05. abr. 2018.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, v.13 n.1, pp. 179-199, 2005.

SAFFIOTI, H. I.; CORRÊA, M. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. **Gênero e cidadania**, 2002.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, L. C. et al. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia & sociedade* (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, p. 35-50, 2004.

SERVA, M.; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em Administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 1, São Paulo, 1995, p. 64-79.

SCHIMID, W. **En busca de un nuevo arte de vivir**. La pregunta por el fundamento y la nueva fundamentación de la ética en Foucault. Valencia: Pre-textos. 2002.

SCHRAIBER, L. B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

SCHVAMBACH, J. A fotografia como fonte de pesquisa e sua ficção documental. MICHELON, F. F.; TAVARES, F. S. (organizadoras). **Fotografia e memória: ensaios**. Pelotas: Editora e gráfica Universitária da UFPel, pp. 153-161, 2008.

SCOTT, J. W. Deconstructing equality-versus-difference: Or, the uses of post-structuralist theory for feminism. **Feminist studies**, v.14, n.1, pp. 33, 1988.

SILVA, N., Jr. Modelos de subjetividade em Freud: Da catarse à abertura de um passado imprevisível. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 13, n.139, pp. 34-48, 2000.

SOLER, R. D V. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. **Fractal: Revista de psicologia**, v. 20, n. 2, p. 571-582, 2008.

SOLÍS, C. V.; PINTOS, B. M. Gobernar la violencia: apuntes para un análisis de la rearticulación del patriarcado. **Política y sociedad**, v. 39, n.2, 415-436, 2002.

SYCORAX. Prefácio. In: FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante Editora, 2014.

TELES, M. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRUTH, S. **Eu não sou uma mulher?** Ain't I a Woman [1851]. Tradução; Osmundo Pinho. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira)/ University of Texas (Austin). Geledés - Instituto da mulher negra. Publicado em: 08/01/2014. Disponível em:

<<http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>>. Acesso em 02 abr. 2018.

UFPB. Informações da Ascom do HU. Agência de Notícias. 2012. Disponível em <http://www.ufpb.br/content/hu-sedia-1%C2%BA-encontro-do-movimento-de-mulheres-olga-ben%C3%A1rio>. Acesso em: 05 abr. 2018.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência: Homicídio De Mulheres No Brasil**. FLACSO BRASIL. Brasília. v.1. 2015.

WEIDUSCHADT, P.; FISCHER, B. D. História oral e memória: aportes teórico-metodológicos na investigação de trajetórias docentes. *Memórias docentes: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação*. São Leopoldo: Oikos, p. 66-82, 2009.

WERBA, G. C. Quero ficar no teu corpo... Violência contra o corpo da mulher. **I Jornada Gênero e Corpo**, PUCRS, Porto Alegre, 2002.

WOLLSTONECRAFT, M. **The Rights of Woman**, 179. *John Stuart*, 1759.